



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1743/12	DATA: 03/12/2012
INÍCIO: 15h41min	TÉRMINO: 20h09min	DURAÇÃO: 04h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h28min	PÁGINAS: 103	QUARTOS: 54

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IVONE FERREIRA CAETANO - Juíza Titular da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro — TJ/RJ.
MARCUS FERREIRA - Juiz da Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro.
LUCIANA PHEBO - Coordenadora do Escritório da UNICEF no Rio de Janeiro.
BÁRBARA LOMBA BUENO - Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro — DPCA/Centro.
FERNANDO REIS - Diretor do Departamento Geral de Polícia Especializada.
LUIZ BRITO FILHO - Representante da Secretaria de Turismo do Rio de Janeiro.
CARLOS NICODEMOS - Coordenador Executivo da ODH Projeto Legal.
JOSÉ DOMINGO GONZALES Y BOUZON - Diretor de Hospedagem da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro.
GEORGE IRMES - Presidente da Associação Brasileira das Agências de Viagens do Rio de Janeiro — ABAV-RJ.
AFONSO HENRIQUE REIS LEMOS PEREIRA - Promotor do 4º Centro de Apoio Operacional (CAOp) das Promotorias da Infância e da Juventude do Ministério Público do Rio de Janeiro.
MARIA CRISTINA MILANEZ WERNER - Psicóloga, Presidente do Instituto de Pesquisas Heloisa Marinho — IPHEM.
MARISA DREYS - Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Estado do Rio de Janeiro.
EDNEI DE OLIVEIRA LUNA - Representante da Secretaria Municipal da Ordem Pública do Rio de Janeiro.
MARIO DE LIMA E SILVA - Fiscal de Atividades Econômicas da Secretaria Municipal da Ordem Pública do Rio de Janeiro.
WALTAIR DO NASCIMENTO - Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro.
HUMBERTO LIMA - Coordenador do Conselho Municipal Antidrogas do Rio de Janeiro.
NAURA LIANE DE OLIVEIRA ADED - Diretora do Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto — IMLAP/RJ.
JULIANA BATISTUTA VALE - Representante do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância — CIESPI-PUC/Rio.
MARTA SERRAT DOS SANTOS - Coordenadora do Projeto Vida de Criança.
CRISTIANE SANTANA - Coordenadora do Serviço de Enfrentamento de Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Município do Rio de Janeiro.
MARCELO CAMPOS - Representante da Federação de Motoclubes do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Audiência pública sobre as medidas adotadas por entidades e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado.



OBSERVAÇÕES

Audiência realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Há oradores não identificados.

Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

Há expressão inaudível.

Há expressões ininteligíveis.

Há intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradecendo à Deputada que abriu esta reunião da CPI, quero apenas desejar uma boa tarde a cada um e a cada uma de vocês e dizer que é uma alegria muito grande da CPI estar aqui no Rio de Janeiro, onde passaremos a semana inteira para fazer uma série de diligências, que me parecem importantes para que possamos fazer um diagnóstico e avançar no enfrentamento à exploração sexual e ao turismo sexual de crianças e adolescentes.

Eu quero, antes de qualquer coisa, agradecer ao Presidente desta Assembleia Legislativa, Deputado Paulo Melo, que autorizou e ofereceu os recursos necessários para que nós pudéssemos estar fazendo esta reunião aqui.

Esta reunião é fruto do Requerimento nº 29, de 2012, de autoria da Deputada Liliam Sá, do Rio de Janeiro, Relatora desta CPI, que está aqui à Mesa. Agradeço, mais uma vez, à Deputada Claise Maria Zito, Presidenta da Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, que nos possibilitou estar aqui no dia de hoje.

Há uma série de pessoas que nós gostaríamos que pudessem fazer uso da palavra para que possamos fazer uma discussão a mais aprofundada possível. Nós já estivemos em vários locais do Brasil. Estamos aqui no Rio de Janeiro e vamos continuar fazendo diligências em vários pontos. Além da nossa ida aos locais, já solicitamos a todas as Unidades da Federação que remetessem à CPI os seus planos de enfrentamento à exploração, se é que existem, bem como as ações dos Ministérios Públicos e do Poder Judiciário, com o nível de responsabilização de cada uma das Unidades da Federação.

Portanto, esta CPI entrou em contato com o Ministério Público de todas as Unidades da Federação, com os Executivos de todas as Unidades da Federação e também com o Poder Judiciário, na perspectiva de trabalhar com alguns aspectos, dentre eles com a responsabilização que achamos ser extremamente precária neste País.

A impunidade, ao ser alimentada, dentre outras coisas, alimenta simultaneamente o sentimento de naturalização do que não é natural. Portanto, nós precisamos enfrentar a impunidade, que é uma realidade neste País, que tem tanta dificuldade de fazer os lutos, inclusive o luto do colonialismo, período em que os donos da terra amigos do rei também se sentiam donos das mulheres, das crianças



e dos trabalhadores. O Brasil precisa fazer seus lutos, fechar os ciclos. Não pode sair do colonialismo, da escravidão ou mesmo da ditadura sem que esses traumas da nossa história, da nossa construção cidadã e da nossa construção de um imaginário não cindido, mas um imaginário de Nação, possam ser fechados, sem que os ciclos possam ser fechados para que possamos estar construindo uma contemporaneidade que não dialogue ou que não tropece na sua construção cidadã nos pedaços desses períodos traumáticos da nossa história.

Um outro aspecto que nós estamos trabalhando diz respeito ao atendimento das vítimas, porque penso que o Brasil está avançando na denúncia. Seguindo o lema do movimento *“Quem cala consente e quem denuncia protege”*, o Brasil tem aumentado o número de denúncias. Temos como exemplo disso não apenas o trabalho da Polícia Rodoviária Federal, que é absolutamente louvável nas nossas rodovias, mapeando inclusive os pontos vulneráveis, mas também o do Disque 100, que é um bom banco de dados, uma boa base para que nós possamos ver o nível de incidência.

É preciso falar. A denúncia é absolutamente fundamental, porque significa a desnaturalização da violência sexual e a responsabilidade que a sociedade expressa com nossos meninos e meninas, seguindo a lógica da doutrina de proteção integral, prevista no Estatuto, que tem também como construtora dessa proteção integral a própria sociedade. É preciso ver o que acontece com essas meninas e com esses meninos que são vítimas de violência sexual e de exploração sexual, para sabermos que nível de atendimento se presta a eles e o nível de responsabilização.

É por isso que nós estamos solicitando todos esses dados do conjunto das Unidades da Federação, para que possamos traçar um diagnóstico e pontuar não apenas com as sugestões de indiciamento, que cabe à CPI, mas também com propostas seja do ponto de vista das mudanças e dos avanços nos marcos legais, seja do ponto de vista da elaboração e da construção de políticas públicas que possam varrer a exploração sexual do Brasil.

Portanto, nós estivemos hoje com a Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, traçando diagnósticos, vendo quais são os equipamentos, até porque, se nós falamos de responsabilização, isso não é uma função apenas no Poder Judiciário. Se o Executivo trabalha, se as estruturas de segurança trabalham, se a



polícia técnica trabalha com qualidade, se há o acolhimento e a leitura diferenciada das denúncias de exploração sexual, nós vamos ter inquéritos com robustez suficiente para se transformarem em denúncias e também em sentenças judiciais. Por isso, há uma cadeia de responsabilização que tem que ser encarada em sua globalidade.

Por fim, esta CPI tem particular preocupação com alguns elementos que estão dados neste momento no País e que não foram considerados, porque inexistiam durante a realização da CPI Mista, na qual o Congresso se envolveu, que discutia e investigava a violência sexual de crianças e adolescentes.

Nós estamos falando das grandes obras. É preciso proteger nossos meninos e meninas, nossas crianças e nossos adolescentes. É preciso protegê-los dos impactos que são trazidos e que vêm no bojo da construção das grandes obras de milhares de homens que se instalam dentro de cidades sem qualquer tipo de vínculo, o que tende a aumentar os índices de violência contra crianças e adolescentes. Para isso nos baseamos nos dados objetivos das construções de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia.

O outro aspecto diz respeito aos grandes eventos. É preciso que o Brasil se prepare para eles — e se preparar não é apenas dotar o País de infraestrutura hoteleira, portuária ou aeroportuária. Significa também proteger nossas crianças e nossos adolescentes.

Outros elementos nos quais estamos trabalhando são as diversas e inúmeras denúncias que nós temos recebido das fronteiras deste País, onde nós vamos estar também, com um olhar muito especial, tentando desconstruir e enfrentar a exploração sexual, que carrega dentro dela uma série de desigualdades, como a sexista, a desigualdade de gênero, a desigualdade e a discriminação étnica, a discriminação adultocêntrica e a discriminação e exclusão social, fenômenos que permanentemente ocorrem com a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, nós estabelecemos uma lista de convidados, para que nós possamos ter uma discussão o mais aprofundada possível. Nós estamos contando aqui à Mesa com os dois representantes do Poder Judiciário, uma juíza e um juiz, os quais nós iremos escutar sem nenhuma dúvida. De pronto, vou ler a lista das pessoas que aqui estão, lista que será acrescida ainda por outras pessoas que



estão aqui presentes, porque nós achamos que seria importante as escutarmos para podermos nos aprofundar tanto no diagnóstico quanto nas proposições e iniciativas desta CPI.

Portanto, vamos ainda chamar para fazer uso da palavra a Delegada Bárbara Lomba Bueno, que aqui está; o Sr. Ronald Ázaro, Secretário de Turismo do Estado do Rio de Janeiro ou seu representante; o Promotor Afonso Henrique Reis Lemos Pereira; Luciana Phebo, Coordenadora do escritório da UNICEF no Rio de Janeiro; Coronel Erir Ribeiro Costa Filho, Comandante da Polícia Militar; inspetor Ednei de Oliveira Luna, representante da Secretaria Municipal da Ordem Pública do Rio de Janeiro; Mário de Lima, Fiscal de Atividades Econômicas da Secretaria Municipal da Ordem Pública; José Pinto Monteiro, Presidente do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente; Conselheira Elma Maria da Silva de Alleluia, representante do Conselho Municipal; Waltair do Nascimento, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares; a Inspetora Marisa Dreys, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro, Sílvia Regina, Coordenadora Especial da Política de Prevenção à Dependência Química da Prefeitura do Rio de Janeiro; Humberto Lima, Coordenador do Conselho Municipal Antidrogas do Rio de Janeiro; Naura Aded, Diretora do Instituto Médico Legal; Dayse Tozzato, Diretora-Presidente da Childhope do Brasil; Dra. Beatriz Galli, integrante da Comissão de Bioética da Ordem dos Advogados; George Irmes, Presidente da Associação Brasileira das Agências de Viagem; Alfredo Lopes de Souza Júnior, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis; Vanessa Domingues, Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Juliana Batistuta Vale, representante do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância da PUC-Rio; Carla Riquet, Coordenadora de Qualidade do Sindicato dos Hotéis; Zeca Borges, Coordenador do Dique-Denúncia; Rosemary Caetano, Gerente do Programa de Atenção às Crianças e Adolescentes Vítimas de Maus-Tratos; Indianara Siqueira, representante da Região Sudeste da Rede Transbrasil; e a Marta Serrat, Coordenadora do Projeto Vida de Criança.

Nós estamos aqui também com o representante do CONANDA, que nós queremos escutar, e, também com o Delegado Fernando Reis e a Dra. Cristiane Werner. Nós temos outras pessoas que aqui estão também.



Solicito às pessoas que desejam fazer uso da palavra que se inscrevam para que nós possamos compor e finalizar a nominata de quem usará a palavra.

Estamos prevendo um tempo de 10 minutos para cada uma das pessoas que farão uso da palavra; no final nós tomaremos os encaminhamentos.

A Relatora tem a prerrogativa de inquirir e se posicionar no momento que queira, na medida em que sinta necessidade de buscar elementos ou de pontuar, acrescentar, realçar o que achar necessário para compor o relatório.

Vamos começar com a Dra. Ivone Ferreira Caetano, para que possa fazer as suas considerações. Depois vamos ter certo rigor no controle do tempo, que não está associado à nossa vontade de fazê-lo, mas pela necessidade de que possamos escutar a todos e a todas para termos as diversas leituras, as diversas políticas, as diversas atuações tanto da sociedade civil quanto do próprio Estado nas suas diversas esferas, para que possamos ter a noção mais aproximada da realidade e as sugestões mais necessárias para podermos superar a exploração sexual.

Passo a palavra à Dra. Ivone Ferreira Caetano, que é Juíza titular da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Boa tarde a todos. Eu agradeço a honra de estar aqui. Parabenizo a Deputada Liliam Sá pela iniciativa. Cumprimento a Mesa na pessoa da Deputada Erika Kokay, da Deputada Claise Maria, e do meu colega Dr. Marcius Ferreira da Costa.

A iniciativa da Deputada é mais do que bem-vinda, uma vez que este problema vem, a cada dia que passa, se tornando mais visível e mais preocupante.

A exploração sexual que nós vemos atualmente, no Brasil, como disse a Deputada Erika, decorre de uma cultura no Brasil, de uma cultura advinda da colonização, escravidão e tudo o que se seguiu. Mas o hábito de manter relação sexual ou de ter predileção por criança é um hábito que vem da antiguidade, quando tal cultura era até institucionalizada.

Na idade moderna, e na pós-modernidade, nós vemos reações a isso, mas ainda muito tímidas. Nós não estamos sequer começando, nós estamos na periferia, de tamanha é a gravidade desse tema.



Mais uma vez, voltando à fala da Deputada Erika, vejo que ela disse que não é o Judiciário o único que iria resolver esse problema. Eu acho que o Judiciário é o último a resolver tal problema, porque só se bate à porta do Judiciário quando tudo já falhou. E nós temos, antes, que verificar as possibilidades do Executivo — não é, doutora? — e do Legislativo para que tenhamos uma legislação mais forte, mais rígida e que, na verdade, se possa realmente responsabilizar e identificar quem tem de ser identificado, posto que nós temos uma enorme rede favorecendo a exploração infantil e de adolescente.

Essa rede perpassa pela própria família. Em inúmeros casos, aliada à pobreza ou à falta de informação ou à ignorância. Mas, de qualquer maneira, a própria família, principalmente de famílias pobres que residem ao longo das estradas, que oferecem suas filhas e filhos em busca de dinheiro. Não é?

Nós temos a rede que se transmite pela mídia e pela Internet, o que é gravíssimo. Nós estivemos conversando agora com uma senhora que nos mostrou coisas terríveis. E nós temos uma coisa também muito grave, que é o tráfico de crianças e adolescentes.

E, falando nesse tráfico — não é, Deputado? —, é uma pontuação que venho fazendo junto com alguns membros do Legislativo em relação à ausência de registro da criança refugiada que aqui chega e se torna invisível, porque muitas crianças que chegam refugiadas não têm condições de obter registro e se tornam invisíveis. Nesse momento, elas se tornam objeto da pedofilia, da exploração sexual e do trabalho escravo.

Seria muito interessante que o Legislativo, aqui representado pelas senhoras, tivesse em mente que, quando brigo por isso, não estou querendo dar nacionalidade brasileira à criança estrangeira. Eu estou tão somente querendo que se cumpra a doutrina da proteção integral. E, na verdade, uma criança sem registro não está protegida em nenhum dos princípios que envolvem a doutrina da proteção integral. E acho que o nosso País, como um dos signatários de todas as convenções internacionais que preveem a proteção integral, tem a obrigação de dar a mesma proteção a qualquer criança que esteja no território brasileiro.

Então, a minha ponderação, primeiro, é a família. A família pobre, principalmente do Nordeste, ao longo dos anos, vem oferecendo seus filhos à



exploração sexual. Depois, a essa imensa rede de publicidade que tem em relação à criança e adolescente no aspecto sexual. E, por último, ao fato de que a criança refugiada não recebe, neste País, os devidos cuidados.

E fico mais preocupada ainda quando, na minha Vara, só batem crianças africanas. Fico preocupada, com maior força, quando recebo as respostas de que eu estou querendo dar nacionalidade brasileira para criança estrangeira. Como a maior parte é africana, fico pensando: que nacionalidade é essa que nós queremos dar para o africano, se foi o sangue do negro que por tanto tempo lavou essa terra?

Então, eu gostaria que as senhoras verificassem essa possibilidade. Verificassem a possibilidade de haver uma alteração na Constituição, na qual contemplasse, da mesma forma que contempla o brasileiro que nasce no estrangeiro, a possibilidade de ter um registro até que possa se manifestar ou optar aos 18 anos. Da mesma forma, essa criança, entre aspas, “africana”— estou falando africana porque até agora só bateram na minha porta os africanos — tenha a mesma possibilidade de ter um registro, para não se tornar invisível. E, no momento em que uma situação se apresentasse que justificasse a anulação daquele registro, aos 18 anos, ele também tivesse a possibilidade de optar. Isso, no mínimo, retiraria esse contingente da pedofilia, da exploração sexual e do trabalho escravo.

Por último, vou retornar: o Judiciário é a última peça em toda esta mobilização. Nós temos de atentar para o Executivo e para o Legislativo.

É isso que inicialmente tenho a dizer aos senhores.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Dra. Ivone Ferreira Caetano.

Eu passo a palavra ao Dr. Marcius Ferreira, que é Juiz da Infância e Adolescência.

O SR. MARCIUS FERREIRA - Inicialmente, cumprimento a Deputada Federal Erika Kokay, Presidente da CPI, a Deputada Federal Liliam Sá, e a Estadual Claise, que é a pessoa por quem a gente tem um carinho especial, e a todos presentes.

E digo mais: todos nós que aqui estamos temos, para com relação ao problema, responsabilidades. Responsabilidades no sentido de agir para que, dentro de uma rede de proteção, tal como é colocado pelo Estatuto, possamos estabelecer



objetivos, traçando metas com a finalidade de efetivamente evitarmos e afastarmos essa exploração sexual.

Eu acredito, inclusive, que existem dois grandes universos: um universo da sociedade, como todo mundo desse mundo moderno, como disse a minha colega Ivone Caetano, no sentido de que a sociedade tem essa responsabilidade também essa conscientização, dentro de um parâmetro cultural, e os próprios órgãos instituídos, principalmente os órgãos ligados à segurança pública. E, dentro dessa ação do Executivo, com leis fortes, com leis que passam principalmente por movimentos do tipo desta CPI, que vai aos locais, que vai aos Estados, que ouve todos, que procura apurar o problema e conscientizar-se, através das necessidades que são prioritárias e das ações que devem ser tomadas. Isso eu acho que é grande diferenciação entre escrever um texto, onde simplesmente palavras ali são jogadas sem nenhum objetivo, e se estabelecer textos legais, federais, com abrangência em todo território nacional, sabendo-se qual é o problema de cada um desses universos. Isso é o grande diferencial. Acho que isso é a base de todo o sistema. E eu acho que, com essa conscientização, com essas parcerias do poder público dos três níveis, com a sociedade civil, há de ser feito, há de se desenvolver o trabalho.

Então, eu acredito, sinceramente, que estamos no caminho certo buscando esse objetivo. O que a Dra. Ivone falou, o que já foi dito pela Mesa e essa finalização que eu digo de conscientização, eu acho que é a base de tudo que a gente busca hoje, neste momento, a nível nacional.

É só essa colocação que a gente faz, porque o resto a gente precisa debater para se chegar a uma conclusão. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dr. Marcius Ferreira.

Eu passo a palavra neste momento à coordenadora do escritório do UNICEF, no Rio de Janeiro, Luciana Phebo, que está aqui acompanhada da Cecília Soares e da Melissa Steinbrück.

Vou passar porque, já de antemão anunciando, ela terá de ser retirar em função de compromissos inadiáveis.



A SRA. LUCIANA PHEBO - Boa tarde. Agradeço o convite em nome do Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF. Eu sou Luciana Phebo, coordenadora do escritório aqui do Rio de Janeiro.

O Brasil, como quase 190 países, assinou a Convenção de Direitos da Infância, e, por conta disso, o UNICEF está no Brasil para monitorar as políticas públicas, para denunciar as violações de direitos contra as crianças e os adolescentes, mas também para apoiar o Governo, a sociedade civil a garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

Então, agradeço muito o convite. Estamos no lugar certo para estar com vocês, sociedade civil e Governo, para enfrentar essa violação de direito: a exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Eu trago aqui algumas palavras propositivas, e estou também acompanhada de uma colega da agência ONU Mulheres. Na verdade, eu trago aqui duas propostas para contribuir com essa agenda: a primeira iniciativa que o UNICEF desenvolveu, inclusive a Dra. Ivone participou como uma das colaboradoras. O UNICEF, junto com a Fundação Oswaldo Cruz, construiu um grupo de indicadores sobre o enfrentamento municipal com relação à exploração sexual de crianças e adolescentes. O Ministério Público também participou dessa iniciativa.

É muito importante que os gestores municipais, sejam eles da área da saúde, da educação, da assistência, da proteção, possam avaliar os seus serviços, as suas ações, os seus avanços ou retrocessos. Esses indicadores falam sobre isso.

O trabalho do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças, o atendimento no posto de saúde, pela estratégia de saúde da família, na escola, como está acontecendo a prevenção, a promoção, a notificação, a responsabilização dos perpetradores dessa violência, o atendimento das vítimas.

Esse *kit* de indicadores eles dão conta de todas essas etapas, essas fases, esses serviços. Esses indicadores estão à disposição do Governo do Estado do Rio, do Município do Rio e, inclusive, de todo o território nacional, já porque eles foram validados por diferentes gestores de todas as regiões do Brasil.

Mas uma outra proposta que eu também trago aqui como contribuição é uma iniciativa que está sendo realizada agora, junto com as duas agências do Sistema ONU. Na verdade, é um programa em conjunto — UNICEF, ONU Mulheres e ONU



Habitat e Prefeitura do Rio de Janeiro — que tem o foco na violência contra a mulher.

Também estamos muito preocupados com os megaeventos esportivos que vão acontecer nesta cidade, que podem ser, sim, uma oportunidade fantástica para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas também podem ser risco; risco para a exploração sexual, para o trabalho infantil e para as tantas outras violações de direito.

Nessa iniciativa em conjunto, as três agências mais a Prefeitura do Rio, o foco é a violência contra a mulher, contra o jovem, contra a menina, e, certamente, exploração sexual está aí num dos eixos.

A proposta é iniciar com diagnósticos participativos, perguntando para as próprias meninas, para as próprias mulheres que são violentadas sobre o que acontece na cidade e como elas propõem também soluções. Estamos, no momento, realizando esses diagnósticos participativos em algumas comunidades do Rio sobre os espaços públicos, como iluminação, infraestrutura, como isso pode impactar, sim, a violência contra a mulher, sobre a qualidade de serviços, sobre informações. Por exemplo, poucas mulheres sabem onde existem CREAs no Rio de Janeiro. Isso é um dado importante. Essa informação não chega à população.

Se nós pudéssemos estabelecer e disseminar fluxos de atendimento, onde estão os serviços, como funcionam, para o que é que serve cada serviço, isso pode ser uma boa contribuição, acredito eu.

Nessa proposta, as mulheres também vão elaborar planos de ação, como a própria comunidade, como a própria juventude pode também colaborar com os gestores, com as autoridades, com os serviços públicos.

Enfim, estamos no início, é o primeiro ano dessa iniciativa. Em princípio, o tempo dessa iniciativa é de 5 anos. Estamos num momento muito importante que é exatamente planejar esses 5 anos, e gostaríamos muito do resultado desta CPI, se nós pudéssemos também introduzir, colocar no plano de ação dessas 5 agências aqui, no Rio de Janeiro, as recomendações e os encaminhamentos que forem dados aqui por esta CPI.

Agradeço, mais uma vez, o convite. Estamos à disposição.



A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Dra. Luciana, eu gostaria de perguntar onde estão esses dados. Nós não entendemos onde eles estão à disposição.

A SRA. LUCIANA PHEBO - Nós estamos fazendo essa consulta no momento. A consulta vai ser finalizada no primeiro trimestre de 2013. Certamente, nós poderemos e queremos disponibilizar esses dados. Eu acho que vão ser informações muito úteis. Porque, quando se incluem as pessoas que são vítimas, quando se incluem os próprios jovens, as próprias mulheres na discussão dessas soluções, isso é um passo fundamental, e é essa a proposta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim. A senhora falava dos dados sobre o atendimento das vítimas e de responsabilização. Nós estamos buscando levantar esses dados, inclusive encaminhando para todos os Tribunais e para os Ministérios Públicos de todas as Unidades da Federação — grande parte tem respondido — quantas denúncias foram originadas, e às Polícias também, quantos inquéritos foram feitos, quantas denúncias e quantos responsabilizados e quantas sentenças foram efetivadas. E nós vamos perceber um nível muito baixo, muito precário de responsabilização.

E têm alguns casos que são absolutamente emblemáticos e que merecem um enfrentamento mais aprofundado do conjunto do Estado, que são pessoas que detêm poder econômico e poder político, em determinadas localidades, que adulteram laudos, que impõem, que ameaçam, enfim, que atentam contra a vida, em função das denúncias de exploração sexual.

Esse é um aspecto interessante. Nós queremos a parceria, inclusive, do UNICEF nessa perspectiva. E o outro aspecto diz respeito ao atendimento. E há o diálogo que nós estamos fazendo com o Governo Federal, na perspectiva de que o Disque 100 não fique apenas na denúncia e no encaminhamento, mas que ele possa acompanhar o desdobramento. Ou seja, não adianta só ter a denúncia, encaminhá-la para os Conselhos Tutelares. Não que não adiante, isso é muito importante. Sem dúvida nenhuma, isso é um grande avanço, um grande avanço você ter esse nível de comprometimento da sociedade. Mas é insuficiente.

Então, nós precisamos colher os dados para que nós possamos fazer o diagnóstico. Nós estamos levantando isso com as informações dos Estados. E nós gostaríamos, primeiro, havendo o resultado da pesquisa, a pesquisa participativa,



com protagonismo infantojuvenil, que nós possamos... A CPI agradecerá se puder ter acesso a ela e puder contar com esses dados para o seu...

Da mesma forma, uma vez consolidados os dados, isso aí estará no relatório. Nós gostaríamos, sem nenhuma dúvida, de contar, porque os dados por si só não dizem muita coisa. Eles dizem muita coisa, são caminhos importantes, mas eles não resolvem o problema, apenas o diagnóstico. O diagnóstico é importante para que você possa elaborar política pública, fazer mudanças nos marcos legais. Ele é fundamental, mas ele não resolve os problemas. E nós, a partir daí, queremos fazer uma grande parceria.

A SRA. LUCIANA PHEBO - Compromisso feito aqui publicamente. Inclusive, se tivermos oportunidade, podemos apresentar os dados e convidar as próprias meninas e mulheres para apresentarem os seus dados e os seus planos de ação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com certeza, nós vamos sugerir uma audiência pública da CPI. A gente discute depois com a Secretária da CPI o melhor período para ser feita, para que nós possamos discutir esses dados, como fizemos com a Polícia Rodoviária Federal, com o mapeamento das vulnerabilidades, pontos vulneráveis e também fizemos com o Disque 100 acerca dos processos.

Então, agradeço mais uma vez à Coordenadora do escritório da UNICEF aqui no Rio de Janeiro, Luciana Phebo, pela sua contribuição, com o compromisso de nós estarmos dialogando com o dados que possamos colher na perspectiva de elaborarmos o melhor diagnóstico possível, porque ele é peça imprescindível para a superação e o enfrentamento da violência sexual, embora, por si só, não baste.

Eu passo a palavra agora para Delegada Bárbara Lomba Bueno, que é titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, a DPCA/Centro.

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Boa tarde a todos. Sou Bárbara Lomba, Delegada titular da DPCA, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. Agradeço, em nome da Polícia Civil, o convite de participação nesta audiência pública.

A Polícia, muitas vezes, é a primeira a tomar conhecimento de fatos criminosos, inclusive contra a criança e adolescente, mas, muitas vezes, não é



chamada a esse tipo de debate. Então, agradeço muito que a Polícia Civil, a Polícia possa ser representada aqui, para que nós possamos participar deste debate.

E me incumbiu hoje a Chefe de Polícia, numa reunião que já tivemos sobre o tema, de relatar aos senhores o que a Polícia Civil se compromete, o que ficou como compromisso da Polícia Civil ser feito daqui pra frente.

Primeiro, queria só esclarecer que a Polícia Civil, na questão de criança e adolescente, está dividida em duas delegacias: a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, da qual sou titular, trata precipuamente de atos infracionais, mas nós não perdemos nossa atribuição de tratar de casos de crimes contra a criança e o adolescente. E, desde 2005, existe a Delegacia de Criança e Adolescente Vítima que trata também de forma precípua de casos contra, de crimes contra crianças e adolescentes, mas nós atuamos em conjunto. Então, a DPCA também recebe esses casos. Nós temos inquéritos, inclusive antigos — nós até comentamos hoje na reunião —, de desaparecimento de diversas meninas. Esses casos têm em comum o relato de sequestro. Já há um suspeito. Enfim, eu tomei recentes medidas nesses inquéritos para que eles possam ter um andamento mais adequado.

Eu penso muito que uma questão principal que a gente tem carência no País, no Estado, é a integração de informações. Nós precisamos... Diversos órgãos atuam em diferentes temas. Nesse tema, vários órgãos atuam, órgãos públicos e a sociedade civil, família, Judiciário, Executivo, Legislativo, enfim, diversos órgãos dentro dessas estruturas, e nós não nos comunicamos bem. Nós não nos comunicamos bem. Vários órgãos públicos possuem bancos de dados que podem ser comunicados, mas não nos comunicamos bem.

Esse enfrentamento à violência sexual ou a qualquer tipo de violência contra a criança e o adolescente depende, no meu entender, fundamentalmente, da comunicação de informações, de troca informações, que não é ideal ainda.

Então, muitas vezes, como a Dra. Ivone bem colocou, o Judiciário é o último a tomar conhecimento e deve ser mesmo, até pela sua função, mas o Judiciário, por vezes, em esferas não criminais, doutora, toma conhecimento de crimes.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Seria uma integração das polícias.

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Pois é. Exato. Então, nós precisamos que isso seja encaminhado realmente para que a Polícia, o Ministério Público, enfim,



deem início a investigações e desencadeie o processo que vai levar a uma condenação.

Bem, eu vou pontuar o que nós... Hoje, ficou decidido que a Polícia Civil se compromete nessa questão. A Chefe de Polícia falou no estreitamento da parceria que nós já temos com o Disque Denúncia, no recebimento de denúncia e encaminhamento à Polícia e aos outros órgãos. Falamos também na criação de cursos de treinamento de policiais na Academia de Polícia sobre esse tema. Foram solicitadas informações sobre como estão as investigações, quais são as investigações instauradas em andamento hoje no Estado e como são os canais de comunicação, como esses fatos chegam ao conhecimento da polícia, de que forma, se é mais através de Disque 100, se é o Disque Denúncia, se são as próprias famílias, de onde estão vindo essas informações em maior número. Isso já está sendo... A chefe já determinou que essas informações sejam levantadas e passadas a esta CPI.

Já ficou também definida uma reunião com a Secretaria Municipal de Assistência Social, que é um órgão que tem muito conhecimento do que acontece, principalmente nas ruas — nós pontuamos isso —, tem informações que recebe dos próprios adolescentes que estão em situação de exploração sexual, de prostituição, porque há pontos nas ruas onde é explorada a prostituição. Então, é preciso que nós nos falemos, busquemos essa integração de informações. Haverá uma reunião com a Secretaria Municipal de Assistência Social, que é um parceiro importantíssimo da polícia; tem que ser.

Historicamente, nós não nos falamos muito, porque a polícia adquiriu, ao longo dos anos, ao longo da história, uma imagem um pouco complicada, que nós queremos reverter. Então, a polícia tem que ser trazida como parceiro. A polícia tem que ser encarada, definitivamente, Deputados, como promotora de direitos — não adianta —, porque a polícia vai tomar conhecimento de crimes. É necessário o trabalho da polícia para a investigação de crimes, e é necessário que a polícia tenha informações. A polícia, sem informação, não consegue trabalhar, principalmente a polícia de investigação. Então, é preciso que as informações cheguem.

Eu disse na reunião que, muitas vezes, a questão de prostituição, de exploração sexual, quando é explorada por uma rede de criminosos, não chega



especificamente. Nós recebemos muitas informações pontuais, de violências cometidas contra uma criança dentro da família ou por algum conhecido, de uma pessoa praticando contra uma criança. A rede mesmo, a organização criminosa ou organizações criminosas que têm como atividade principal a exploração sexual ou a prostituição, o tráfico de crianças, não chega com clareza à Polícia Civil hoje, porque, logicamente, isso é uma atividade que fica totalmente clandestina e escondida.

Por exemplo, ações para se flagrar esse tipo atividade nesses centros conhecidos de prostituição — se nós as fizermos, nós não vamos conseguir flagrantes disso, porque se chega ao local, e isso é acobertado, não fica evidente. Isso não é uma coisa que fica evidente. Não se encontram menores, adolescentes ou crianças, abertamente nesses locais.

Então, é preciso que nós recebamos, que nós tenhamos informações mais precisas. E é preciso que as informações cheguem. Logicamente, a polícia pode correr atrás de informação? Pode, mas se nós conversarmos mais, certamente nós teremos mais sucesso nisso. Vai facilitar, não é? Acho que aceleraremos o processo se nós nos falarmos mais. Acho que nós não nos falamos adequadamente hoje.

Outra providência. A chefe de Polícia relatou aos senhores que foi criado um núcleo para atuação em grandes eventos. Isso surgiu em decorrência daqueles problemas com torcidas organizadas — torcidas organizadas seriam usadas, na verdade, como quadrilhas para a prática de crimes. De qualquer forma, a atuação tem que ser global em qualquer crime que possa ser explorado numa situação de evento ou de acontecimento de grande porte que haja na cidade, no Município ou no Estado.

Então, haverá uma reunião com essas delegacias envolvidas, dentre elas a DRCI (Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática), porque também há uma constatação de que essas redes atuam no ambiente virtual, que ainda é um ambiente para o qual não temos mecanismos de controle, que não conseguimos identificar bem. Até falta conhecimento, muitas vezes, dentro da própria polícia, para se investigar. Então, essa Delegacia estará envolvida nessa reunião, para que nós tracemos algumas providências em conjunto também.



A DPCA se comprometeu a informar esta CPI, a trocar informações com esta CPI sobre os inquéritos que estão em andamento sobre o desaparecimento de diversas meninas — aqueles dos quais eu já falei. Há relatos de sequestro por um homem, e há um suspeito em vários desses inquéritos.

Recentemente, eu requeri ao Judiciário uma medida que é sigilosa — eu não posso relatar qual —, mas que vai confirmar ou não o álibi que ele usa. Essa pessoa vem à delegacia e sempre apresenta um álibi, que já foi derrubado em um dos inquéritos. Já houve uma condenação, e está prestes a haver outra condenação. Salvo engano, em uma das varas criminais, o processo está na iminência de ser concluído.

Mas ele está em liberdade, essa pessoa, porque foi condenado só por sequestro — não se sabe o que aconteceu especificamente com a criança. E para o crime de sequestro, se houver uma condenação só por crime de sequestro, a pena realmente ainda não é tão grave, e a pessoa consegue permanecer em liberdade.

Mas, de qualquer forma, eles estão todos reunidos, estão sendo trabalhados em conjunto, e todos os inquéritos em que houver reconhecimento ou indicação dessa pessoa, no momento presente, já estão em andamento. Eu já dei seguimento aos inquéritos. Então, em breve, teremos mais informações. Mas também vamos trocar, não é, Deputada? A senhora disse que também tem alguma informação a dar sobre isso, sobre esse assunto.

Eu queria destacar que, recentemente, a Polícia Civil conseguiu a prisão, através de uma investigação, de um aliciador de meninas na Rocinha. Foi divulgada essa prisão. Então, de novo, houve — para enfatizar — uma informação precisa, e a Polícia Civil desenvolveu a investigação e conseguiu a prisão dessa pessoa. Então, várias meninas estavam envolvidas já numa... Não se sabe se há conexões entre ele e outros grupos, mas o que ele fazia na Rocinha já se conseguiu debelar, essa atividade dele.

As atribuições da DPCA e DCAV já foram expostas, mas nós trabalhamos em conjunto; a DPCA manteve essas atribuições. E nossa dificuldade, como eu já disse, no meu entender, a principal é ainda a insuficiência de troca de informações. Ela precisa ser bastante melhorada, e acredito que iniciativas como a CPI vão contribuir para que seja diminuída essa carência de troca de informações.



Muito obrigada.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Seria uma integração das Polícias, no caso?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não necessariamente.

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Também das Polícias, mas com outros órgãos, porque a segurança pública sofre, ela recebe os problemas em primeiro lugar, mas ela é um resultado de influências de outros setores. Todo problema de segurança pública decorre de... Então, os outros atores, quem participa, quem atua em qualquer tema que vai resultar num crime, são responsáveis por fornecer as informações. Nós precisamos que as informações cheguem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Queria agradecer à Dra. Bárbara, Delegada Bárbara, e agradecer também à Chefe de Polícia Civil, Dra. Martha Rocha, que nos acolheu. Essas resoluções foram fruto dessa reunião que fizemos na parte da manhã.

Quero dizer que, realmente, circular as informações, articular os órgãos de enfrentamento, sejam eles órgãos da segurança pública, a própria escola, órgãos da educação, da saúde, que têm a obrigatoriedade da notificação inclusive, da assistência social, com os CREAs, é absolutamente fundamental. Então, nós estamos de acordo.

E estamos de acordo também com essa caracterização, que é o que nós vimos no Brasil por onde temos andado. As redes ficam muito intocáveis, mas há um nível de responsabilização que tem crescido, pelos dados que nós temos, no que diz respeito ao abuso sexual, a relações interpessoais, intersubjetivas. Mas as redes, as estruturas... Nós temos mapeadas, segundo uma primeira pesquisa que foi feita alguns atrás, quase 1 década atrás, mais de 200 redes de exploração sexual, que dialogam também com o tráfico de pessoas, com o tráfico de drogas enfim. E nós temos muita dificuldade de responsabilizar.

Eu queria anunciar a presença do Diretor da DGPE da Polícia Civil, Fernando Reis, e perguntar se ele quer fazer uso da palavra, porque ele é responsável por um segmento ao qual nós temos nos dedicado: os crimes por Internet. Há uma mudança no *modus operandi* das redes, das estruturas criminosas, e, muitas vezes, as crianças e os adolescentes não são ofertados nas ruas, mas são ofertados nas



redes. Nós colhemos, Delegado, depoimentos de meninos em situação de rua em que isso é bem evidente.

O SR. FERNANDO REIS - Perfeito.

Primeiramente, boa tarde a todos. Quero cumprimentar os componentes da Mesa. Na verdade — eu sou policial há 29 anos e delegado há 18 —, e hoje eu estou como Diretor do Departamento Geral da Polícia Especializada.

Só para acrescentar dois itens à fala da Dra. Bárbara — há vários outros interlocutores —, a Polícia Civil, juntamente com o Ministério Público do Rio de Janeiro, vem acompanhando uma experiência muito interessante no Rio Grande do Sul, especificamente em Porto Alegre, que objetivamente trata do seguinte: quando a gente fala de criança e adolescente vítima de abuso sexual, essa criança acaba sendo "revitimizada" quando o Poder Público toma conhecimento dessa violência.

Só para vocês entenderem, para quem não conhece o circuito, essa criança, no mais das vezes, é ouvida no hospital; o profissional de saúde convoca o Conselho Tutelar, essa criança é novamente ouvida pelo Conselho Tutelar, e por aí vai. Então, a gente está falando de, pelo menos, umas seis, sete entrevistas dessa mesma criança. E o mais triste da história é que, em muitas dessas etapas, essa criança merece mais de um exame clínico. Imaginem: além da gravidade da violência, essa criança é exposta aos exames que, em etapas distintas, são necessários.

O esforço que vem do Rio Grande do Sul — na verdade, é uma experiência que já vem da Europa e, na Inglaterra, está bem adiantada —, é não levar a criança para esses vários locais, e sim trazer o Poder Público, trazer os profissionais que atuam nessa área, nessa rede, para um mesmo ambiente. E o que mais nos agradou — a mim, à Dra. Naura, que é a Diretora do nosso IML, e aos promotores que estiveram conosco — foi a simplicidade do circuito.

Para vocês terem ideia, é um andar do Hospital Presidente Vargas, em Porto Alegre. Nesse andar, foram reunidos um agente da Polícia Civil... Esse hospital, na verdade, virou referência para criança e adolescente vítima de abuso sexual. Essa criança tem várias portas de entrada. Chegou ao colégio, chegou a qualquer outro hospital, chegou à própria delegacia a notícia dessa violência, o referencial é exatamente o Hospital Presidente Vargas.



Essa criança é então encaminhada a esse hospital, a um grupo multidisciplinar de profissionais da área — a gente está falando de psiquiatra, psicólogo, enfermeiro, clínico, perito legista. Ou seja, toda essa estrutura é montada exatamente para que se faça o diagnóstico mais preciso possível daquela criança. Se houver necessidade de encaminhamento clínico, ele é feito na lógica da emergência. E o mais extraordinário: tudo isso funciona num andar com salas que não têm mais do que 8 ou 9 metros quadrados.

E a gente não tem dúvida — eu, a Dra. Naura e os colegas do Ministério Público — de que é só uma questão de a gente se organizar para conseguir reproduzir o que a gente viu lá. Obviamente, como é um fato, é uma rotina nova, está sujeita a várias alterações, aperfeiçoamentos e tal. Mas, sem dúvida, isso é algo muito diferente do circuito que a gente impõe às crianças e adolescentes vítimas aqui. Esse material está sendo tratado pela Polícia Civil, junto ao Ministério Público e ao Judiciário também, e eu quero crer que, muito em breve, a gente terá pelo menos experiências-pilotos para estartar esses novos procedimentos.

Para finalizar, coloco-me à disposição de eventuais perguntas. Só lembro — eu não queria particularizar ainda, mas acho importante, porque, no final das contas, a gente acaba perdendo a memória de alguns temas — de uma situação que está me chamando muito a atenção. A Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática faz parte da estrutura do DGPE, e têm chegado várias informações que dão conta de uma modalidade criminosa. Alguns de vocês — estou vendo aqui muitas pessoas ligadas ao tema — já sabem disso, mas imagino que outras, nem tanto.

Está havendo uma verdadeira epidemia na Internet de um determinado crime no qual o autor, o pedófilo, se faz passar por alguém da mesma idade daquela menina; no mais das vezes, a vítima é uma menina de 12, 13, 14 anos. Na medida em que esse pedófilo ganha a confiança dessa menina, ele passa, então, naquele jogo de sedução, a pedir que a menina tire a blusa e tal. No momento em que ele consegue uma imagem mais exposta da menina, ele vai agudizando, então, a exigência dele.

Então, a gente tem imagens bastante estarrecedoras. Como eu disse no início, estou há 29 anos na polícia, e a gente sempre acha que já viu tudo. Só para



vocês terem ideia, na medida em que aumenta a violência dele, as ameaças, a menina tem que se desdobrar para fazer as poses mais absurdas que ele impõe.

Há o caso de um rapaz que morava em Copacabana e que a gente identificou. Quando ele percebeu que tinha sido identificado, fugiu do País. Hoje ele está na Califórnia, e a gente está buscando gestões com a INTERPOL e aguardando a conclusão do pedido de prisão que fizemos. E o objetivo, a nossa torcida é de que a gente consiga o mandado de prisão e, obviamente, a localização dele. Só esse rapaz vitimou 30 meninas. Uma delas, de 13 anos, ficou 20 dias sem ir ao colégio, e os pais acharam nas suas anotações, nos diários, o esboço do que poderia ser um bilhete dela para a mãe, para os pais, com o intuito de suicídio. Então, isso acendeu uma luz vermelha.

O Dr. Gilson esteve com a gente em várias reuniões. A gente está dando prioridade a esse tema. Por quê? A exploração sexual infantil nas ruas, em pontos já conhecidos, como a gente já teve oportunidade, várias vezes, de dizer à Deputada Liliam Sá, trocando informações... A gente percebe que os locais que a rede conhece são mais ou menos idênticos. O grande desafio é quando você sai desse local físico e vai para o ambiente virtual, porque o autor e a vítima estão dentro de seus lares. E se os pais, os irmãos, os amigos, o colégio... Eu acho que ninguém mais do que o professor, do que os colegas de sala têm essa oportunidade de perceber a mudança de comportamento de alguém que está sendo vítima de um crime covarde como esse.

Então, para finalizar, o apelo que a gente faz e que eu fiz no último encontro com a Deputada, na ALERJ, é o de que a gente multiplique essa informação. Na verdade, a gente está diante de um crime gravíssimo, mas que ainda é um crime invisível, que é exatamente o que eu chamaria de extorsão sexual. A menina, se não atende aos caprichos, à extorsão verdadeira cometida pelo autor, é submetida a várias e várias outras ações ainda piores. Então, se a gente puder sair daqui, se a gente, de todo esse público, conseguir sensibilizar parte de vocês, para que vocês multipliquem isso junto a seus parentes, amigos, com certeza, a gente vai estar avançando no sentido de dar visibilidade a esse crime covarde e, obviamente, proteger os nossos filhos e os nossos parentes mais novos.

Muito obrigado.



A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Dr. Fernando, a Dra. Ivone Caetano passou uma informação que ela gostaria que se passasse para todos: já foi instalada no TJ a sala de depoimentos sem dano, conforme o senhor disse.

O SR. FERNANDO REIS - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É só pra anunciar para as pessoas também.

O SR. FERNANDO REIS - Perfeito. Na verdade, o que está faltando agora é exatamente construir o circuito.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Como disse a delegada, falta informação.

O SR. FERNANDO REIS - Exatamente. Perfeito. Exatamente por esse motivo é que a gente buscou ver...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São duas coisas diferentes — o depoimento sem dano —, mas são complementares.

O SR. FERNANDO REIS - Na verdade, são duas etapas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São duas etapas.

O SR. FERNANDO REIS - São duas etapas. Nós temos a primeira etapa, que é essa que eu disse ao início, que funciona no hospital, e, no segundo momento, a audiência em juízo. Na verdade, existe o primeiro momento, da persecução, e o segundo momento. Em algumas situações, há até a possibilidade de produção antecipada de provas. Mas isso vai depender muito do que se tem no primeiro momento, da persecução.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É um processo novo. Vamos fazer uma audiência pública para discutir essa experiência no Rio Grande do Sul. É um processo inicial, de percepção, que depois tem uma outra etapa, que é a etapa do depoimento, que tem que ser sem danos mesmo e que, segundo a Dra. Ivone, já está sendo feito aqui no Rio de Janeiro.

Eu gostaria de saber se o Dr. Ronald Ázaro está presente. O representante é o Sr. Luiz Brito Filho. O senhor quer fazer uso da palavra? Eu vou lhe passá-la e depois passo para o Carlos Nicodemos e para o representante do Sr. Alfredo Lopes, que tem um compromisso e precisa se retirar.



O SR. LUIZ BRITO FILHO - Boa tarde, Sras. Deputadas, Sra. Magistrada, Sr. Magistrado, demais participantes.

Uma coisa muito importante que nós observamos quanto ao Rio de Janeiro, no tocante à área do turismo, é que, felizmente, nós não ponteamos em âmbito nacional, embora recebamos o maior número de turistas do mundo, nesse tipo de violência por parte do turismo, do turismo sexual em si. Nós não somos ponta, com toda a certeza, o Rio de Janeiro. Mas, infelizmente, dentro da interação social, realmente a lama é muito grande, essa coisa corre bastante, e, como foi dito, somos o segundo no Brasil.

O que o turismo do Estado do Rio tem procurado fazer? Quero dizer, a nossa Secretaria, a TURISRIO? Nós estamos trabalhando integradamente, inclusive com o Ministério Público e com os demais. Foi criado o Programa Integrado de Turismo, voltado, primeiramente... O turismo é de legislação federal, não é? A maior parte dele. Toda a legislação turística é federal. Então, fiscalização referente à atuação de guias, aos hotéis, aos transportadores, isso tudo está implícito, está inserido na Lei Geral de Turismo.

Mas o que se está fazendo hoje, inclusive em relação, já, aos megaeventos? Está-se trabalhando através do Programa Integrado de Turismo. Além dessa fiscalização, que é exercida para efeitos profissionais, para efeitos operacionais, está trabalhando com a Polícia Civil, está trabalhando integradamente com o Ministério Público o nosso setor, a nossa Diretoria de Operações, que é a diretoria, que opera nas ruas com esses procedimentos em relação a essa parte de ilegalidade. E nós estamos já começando a obter bons resultados.

Então, acho que um alerta tem que se acender já, e é um grande teste. Eu acho que essa iniciativa está vindo em muito boa hora — viu Deputada? — aqui ao nosso Estado.

Parabéns ao Poder Legislativo Estadual, aqui referendado pelo Legislativo Federal.

Eu acho que nós, o turismo principalmente, estamos nos desfocando de um apelo que havia muito, o de uma imagem que, inclusive, diminuía o valor da mulher. Esse era o chamado. Para o nosso País, havia o chamado com a visão da mulher



simplesmente sem roupa praticamente. Era um apelo, era um *marketing* que depreciava a nossa dignidade, a dignidade das nossas mulheres.

Eu acho que isso já está começando a cessar. Essas propagandas, esse *marketing* está cedendo para outros apelos. Nós estamos mostrando a outra parte nossa: a nossa cultura, o desenvolvimento que nós estamos alçando em âmbito mundial, porque nós hoje temos uma economia, temos uma série de coisas que foram conquistadas com muito trabalho. Mas estamos alerta, para que não voltemos atrás nesses procedimentos. As nossas mulheres, as nossas crianças não podem ser alvos, porque tudo vem acontecendo há muito tempo.

Agora, é muito importante também, Excelência, o problema da ronda da escolar. Eu sei que a Guarda Municipal inclusive mantém uma ronda escolar. Nós que passamos como cidadãos pelas ruas, vemos, às vezes, crianças que saem dos colégios, colégios de Zona Sul e de todo lado, e que não têm realmente ninguém os monitorando. Eles entram nos *shoppings* e ficam alvo de uma série de possibilidades.

Eu acho que todos nós, habitantes desta cidade, deste Estado, deste País, temos que ser olhos e ouvidos, para que justamente o desdobramento desta CPI e o trabalho que a Dra. Ivone vem fazendo, o Dr. Marcius e todo o Poder Executivo e o Legislativo possam, no futuro, ter o resultado que nós esperamos.

Então, a Secretaria de Turismo está inteiramente à disposição, está envolvida nesse trabalho.

Mais uma vez; parabéns a esta Comissão.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ Eu gostaria de fazer algumas perguntas.

O SR. LUIZ BRITO FILHO - Pois não.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Que tipo de campanhas? Como vocês estão se preparando para os grandes eventos que estão para acontecer — a Copa do Mundo, a Copa das Confederações, a Jornada da Juventude?

O que a Secretaria de Turismo está preparando para avisar as pessoas, em campanhas contra a exploração sexual, o turismo sexual com as nossas crianças? Vocês estão com alguma campanha a ser lançada? Já lançaram alguma?

O SR. LUIZ BRITO FILHO - A ideia justamente é essa, integradamente com o Ministério Público, para que não haja uma campanha isolada no turismo, para não



demonstrar que nós estamos sozinhos nisso aí. Não, é muito maior; é a sociedade que está envolvida.

Mas já temos campanha. Estamos preparando já campanhas justamente para os megaeventos. Nós vamos estar com um público de, mais menos, 5 milhões de pessoas, a maioria jovens, no Rio de Janeiro. E, com a Copa das Confederações e os desdobramentos que vêm aí, nós temos consciência, sim, de que o trabalho é grande e, por isso, estamos trabalhando de forma integrada.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Ainda estão fazendo um trabalho de prevenção.

O SR. LUIZ BRITO FILHO - De prevenção, justamente. Esse é o que tem que ser, porque não adianta o remédio depois, ao final, depois que acontece. Aí vai cair na mão da Dra. Ivone, vai cair na do Dr. Marcius, e eu acho que não é por aí.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E vocês trabalham com a rede hoteleira?

O SR. LUIZ BRITO FILHO - Justamente. A rede hoteleira... Inicialmente, nós procuramos visar os hotéis que estão trabalhando legalmente. Então, nós temos a visão... A nossa Diretora de Operações procura ver aqueles hotéis que não estão cadastrados no Ministério do Turismo, que não têm um cadastro, que não estão, oficialmente, em condições de estar de portas abertas, operando. Então, na DIH, nós temos muitas chegadas, sim.

Inclusive, a rede hoteleira do Estado do Rio de Janeiro tem um bom conceito. Existe uma ficha de inscrição — o pessoal da DIH deve estar por aqui também —, que eu acho que tem que ser cobrada, sim.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Vocês fiscalizam isso?

O SR. LUIZ BRITO FILHO. - É fiscalizado, para se ver, inclusive, o nível de hóspedes. Mas a parte policial — a DEAT, a Delegacia do Menor... —, toda a parte está sempre atenta. Nós sabemos que o Batalhão de Turismo e o DEAT vêm desenvolvendo um belo trabalho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mais alguma coisa, Deputada?

Então, eu agradeço a participação do Sr. Luiz Brito Filho e digo que, depois, vamos solicitar que o senhor nos remeta os progressos que houve. O senhor disse:



“*Felizmente, estamos tendo progressos*”. Então, que o senhor possa... Depois nós vamos oficiar ao senhor que nos remeta os progressos que houve.

Eu passo a palavra para o Carlos Nicodemos. Em seguida, eu vou passar para o José Domingo Bouzon e, depois, para o George Irmes, que tem um compromisso.

Então, com a palavra, o Carlos Nicodemos, que é Conselheiro do CONANDA e representa a Organização de Direitos Humanos Projeto Legal.

O SR. CARLOS NICODEMOS - Deputada Erika Kokay, cumprimentando-a, é um prazer, mais uma vez, tê-la aqui no Estado do Rio de Janeiro, Presidenta desta CPI.

Deputada Liliam Sá, Relatora desta CPI, que tem muito contribuído para o desenvolvimento das ações de enfrentamento dessa temática, nossa Deputada Claise Zito, pela presença sempre significativa, também contribuindo, no Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, para a temática, membros do Poder Judiciário, senhoras e senhores, nossos cumprimentos.

Sra. Presidenta, nós trazemos aqui um tema, um capítulo dessa questão sobre a exploração e violência sexual contra criança e adolescente, que é aquela praticada no sistema socioeducativo. Na verdade, é um capítulo, acredito eu que esteja aberto na CPI, que me dá todo o conforto trazê-lo, sem nenhum estranhamento, na medida, inclusive, em que nós temos aqui o representante do Poder Judiciário, Dr. Marcius, representando a Vara da Infância e da Juventude, que opera a questão do sistema socioeducativo no Rio de Janeiro.

Eu serei muito breve, buscando o melhor momento de fazer a leitura dos dados de uma pesquisa realizada, no ano de 2011, com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos, pesquisa essa realizada e executada pela Organização de Direitos Humanos Projeto Legal, que traz o tema *Diversidade e Violência Sexual no Sistema de Justiça Juvenil do Estado do Rio de Janeiro: Um Olhar sobre os Adolescentes do Sexo Masculino nas Unidades de Internação*.

Essa pesquisa obedeceu a todas as suas fases e etapas, inclusive tendo sido registrada no Conselho de Ética da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), conforme preceituam e determinam os critérios acadêmicos de validação de uma pesquisa. Então, essa pesquisa tem dados riquíssimos que vão elucidar e vão



apontar caminhos, no que diz respeito à questão das violências sexuais dentro do sistema socioeducativo.

Eu, muito francamente, penso que nós precisaríamos de muito tempo. Nós temos muito convidados para falar, pessoas importantes.

Então, eu apenas gostaria de trazer um dado em relação à parte qualitativa que nós conseguimos executar, porque não foi possível executar a parte de entrevista com os adolescentes no sistema socioeducativo. Segundo os dados levantados, com participação de vários atores do Sistema de Garantia de Direitos do Estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito à pergunta sobre os direitos sexuais dos adolescentes contemplados no sistema socioeducativo, notadamente quanto à questão da violência, no qual 72% dos atores entrevistados reconhecem que há violência sexual dentro do sistema socioeducativo. Essa pesquisa está toda municada, toda instruída, com os questionários aplicados, relatados. E francamente não vejo aqui condições para fazer uma exposição que realmente possa agregar aquilo que entendo que vá agregar à CPI.

Então, eu, com a notícia de que a CPI está essa semana aqui no Estado do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro, eu me coloco à disposição, a qualquer dia, hora, local, para que nós possamos nos encontrar, fazer a leitura desses dados e entregar oficialmente a parte qualitativa da pesquisa que foi executada com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos.

No dia 7, sexta-feira, nós faremos a leitura desses dados num seminário. Não sei se há possibilidade de agenda para esse dia, mas, independentemente disso, a Deputada Liliam Sá sabe do nosso compromisso de nós estarmos em qualquer lugar, dia e hora, para poder fazer a leitura desses dados. Nós estamos entregando o convite também para o lançamento da leitura desses dados.

Finalizando, quero dizer que o Estado do Rio de Janeiro conta com o Plano Estadual de Enfrentamento às Violências Sexuais desde 2004. Ele foi aprovado pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Ele está naturalmente desatualizado, e seus mecanismos de controle não estão efetivamente funcionando. Então, esse é um dado preocupante.

Outro dado preocupante — e ressentindo aqui a ausência da Presidenta da FIA, a Dra. Teresa Cosentino, que é o órgão público do Governo Estadual que opera



a política de proteção para os direitos da criança e do adolescente. Nós temos acompanhado o esforço da Presidenta de dar conta de uma agenda múltipla na área da criança e adolescente, inclusive com essa temática, com o orçamento cada vez menor, em termos de investimento na estrutura de proteção do Estado do Rio de Janeiro. Então, uma outra preocupação e um outro indicativo também a ser perseguido para se melhorar e se qualificar.

Com isso, então, eu encerro e agradeço a oportunidade.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Carlos Nicodemos, nós sabemos da sua luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Que você continue assim, nesse trabalho maravilhoso. Mas a Dra. Teresa foi convidada. Nós passamos *e-mail* e tudo, e ela não respondeu.

O SR. CARLOS NICODEMOS - Ótimo, então.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nicodemos, eu vou passar para o Dr. Marcius, que quer fazer um comentário.

O SR. CARLOS NICODEMOS - Claro.

O SR. MARCIUS DA COSTA FERREIRA - É apenas uma observação. Eu não conheço o trabalho que você mencionou, até porque nunca foi levado ao meu conhecimento.

Quanto à pesquisa não ter abrangido as entrevistas das crianças e adolescentes, em nenhum momento chegou algum pedido nesse sentido ao Juizado que pudesse ser examinado. E, com toda certeza, seria autorizado.

Hoje em dia, no que diz respeito à liberdade sexual da infância e da juventude dentro do sistema socioeducativo, existe aqui uma comissão estudando detalhadamente esse plano, para que seja dada eficácia ao que diz a Lei do SINASE, que é do início deste ano. Eu não encontro nenhum respaldo assim, aparentemente, na pesquisa. Eu até gostaria de tomar conhecimento depois dela. Só isso.

O SR. CARLOS NICODEMOS - O.k. Dr. Marcius, apenas para título de esclarecimento, serão entregues à CPI os 14 ofícios que foram enviados à Secretaria de Educação, assim como à Vara da Infância e Juventude, inclusive da sua assessoria, solicitando as perguntas da pesquisa — foram entregues as perguntas —, solicitando autorização para ingressar no sistema socioeducativo. Isso



será entregue documentalmente à CPI, para que ela aprecie e dê os encaminhamentos que achar necessários.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Claro, é isso que nós gostaríamos.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Porque isso é uma denúncia, né?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que nós pudéssemos ter acesso à pesquisa tão logo seja lançada. E nós devemos convidá-lo para uma audiência pública na CPI, para fazer uma exposição mais detalhada acerca da pesquisa. Então, talvez não tenhamos tempo de fazê-la ainda este ano, mas a faremos provavelmente no começo do ano que vem.

O SR. CARLOS NICODEMOS - Permita-me, Presidenta, sugerir, porque poderia dizer, por experiência, que esse não é um problema do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Na verdade, esse é um retrato da política nacional. Talvez fosse interessante abrir um capítulo na CPI sobre essa temática, o sistema socioeducativo, e aí num lugar central, como Brasília, fazer uma leitura nacional sobre isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, aí nós chamaríamos também a Secretaria de Direitos Humanos, enfim, o CONANDA, para que nós pudéssemos fazer essa sessão.

O SR. CARLOS NICODEMOS - Claro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, de pronto, quero dizer a V.Sa. que nós gostaríamos muito de receber o resultado da pesquisa tão logo seja lançado. E também V.Sa. será convidado para uma audiência pública, que deverá ser realizada provavelmente o ano que vem.

O SR. CARLOS NICODEMOS - O.k., Presidenta. Farei chegar às suas mãos os documentos e o convite para o lançamento da pesquisa na sexta-feira.

Muito obrigado a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É um prazer.

Conforme anunciado, passo a palavra agora ao representante do Sr. Alfredo Lopes de Souza Júnior, José Domingo Bouzon, Diretor de Hospedagem da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro. Em seguida, falará o Sr. George Irmes, a pedido.



O SR. JOSÉ DOMINGO GONZALEZ Y BOUZON - Boa tarde à Mesa Diretora, boa tarde a todos os presentes. Estou aqui representando o Presidente Alfredo Lopes, da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.

Quero aqui enfatizar que a Associação tem grande interesse, apoia firmemente todas as medidas de proteção à criança, ao idoso, como uma mudança de imagem da cidade do Rio de Janeiro, mostrando o que realmente nós temos. A Associação procura constantemente nas suas várias reuniões de fórum de recursos humanos, de fórum de hotéis de 3, 4 e 5 estrelas, enfatizar o treinamento das pessoas para detectar a tentativa de algumas pessoas... Por exemplo, pedir a identidade do menor, confrontando com a identidade do pai e da mãe. Quando uma criança que não está acompanhada do pai ou da mãe, pedir um documento, mostrando que aquela pessoa tem autorização dos pais para estar com ela naquele local. Quer dizer, a Associação procura sempre, através dos seus fóruns de treinamento de pessoal e de gerentes, enfatizar o controle de não permitir a entrada de menores que não estejam acompanhados dos pais ou de pessoas autorizadas. Esse é o nosso foco.

No dia 25 de setembro, nós levamos o Delegado da DEAT, Dr. Alexandre Braga, à nossa reunião de gerentes de hotéis, a fim de que ele expusesse técnicas de identificação para quem tenta burlar esse tipo de procedimento. Então, a Associação apoia firmemente os órgãos na proteção dos menores adolescentes.

Essa é a nossa declaração em relação a isso.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E o que vocês estão preparando para os grandes eventos?

O SR. JOSÉ DOMINGO GONZALEZ Y BOUZON - A nossa dedicação para os grandes eventos é o treinamento de pessoal. Alertar, mostrar, quer dizer, intensificar reuniões, que sempre foram constantes na nossa Associação, em períodos mais curtos. E sempre, nas nossas reuniões normais, enfatizar o cuidado que se deve ter para não permitir a entrada de menores em hotéis desacompanhados dos pais, ou que não estejam documentalmente... Quer dizer, para nós, o zelo é extremamente importante. Quer dizer, passar essa imagem...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas isso não se estende aos taxistas?



O SR. JOSÉ DOMINGO GONZALEZ Y BOUZON - Os taxistas não fazem parte da nossa Associação.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não fazem parte mesmo, para treiná-los...

O SR. JOSÉ DOMINGO GONZALEZ Y BOUZON - Isso não parte. É uma coisa que a gente pode estudar, mas o nosso foco são os hotéis realmente.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Só os hotéis, e não os prestadores de serviço?

O SR. JOSÉ DOMINGO GONZALEZ Y BOUZON - Não. Por enquanto, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada. Obrigada, Dr. José Domingo Bouzon, diretor de hospedagem.

Eu queria anunciar, com muita alegria, a presença da Sílvia Pontes, que trabalha na prevenção à dependência química, na Prefeitura do Rio de Janeiro. É um prazer imenso tê-la aqui no dia de hoje, com toda a sua história já conhecida em defesa da cidadania.

Eu queria anunciar também a presença do Clayton Helal Alvarenga, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e da Bárbara Salvaterra, Gestora de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde. Eu queria perguntar à Dra. Bárbara se ela deseja posteriormente fazer uso da palavra. *(Pausa.)* Pronto! Então, anunciando e agradecendo a presença, bem como a presença do Sr. Paulo Henrique, advogado da Associação Brasileira das Indústrias de Motel, e da Sra. Alexandra Salvador, do Projeto Legal.

Eu vou passar a palavra agora, conforme anunciado, ao Sr. George Irmes, Presidente da Associação Brasileira das Agências de Viagens do Rio de Janeiro.

O SR. GEORGE IRMES - Boa tarde para todos. Eu agradeço. Sou professor e temos prova final hoje na Estácio, eu tenho que dar aula, exatamente por causa disso que eu pedi essa gentileza.

Nós, agentes de viagens, também somos favoráveis, vamos dizer, à defesa de tudo isso, mas, nós, no Rio de Janeiro, não temos esse problema. Eu estou há 48 anos em turismo, ou seja, estou bastante velho nesse negócio. No Nordeste, tem esse problema, mas nós nos preocupamos tanto que, ano passado — não sei se as senhoras participaram do Congresso da ABAV, que reúne mais de 20 mil pessoas, ocupamos este ano 45 mil metros quadrados no Riocentro, tivemos 52 países



presentes —, no dia 19 de outubro, nós assinamos uma declaração de compromisso corporativo no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no turismo. Quem assinou a declaração foi a nossa Presidente da ABAV Nacional, Xuxa Meneghel, representando a Fundação Xuxa Meneghel, a Ministra Maria do Rosário Nunes, Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, e Gastão Vieira, que naquele tempo era Ministro de Turismo.

Então, eu queria até entregar a declaração, porque está explicado o que nós desejamos quanto a essa parte. E, principalmente, eu queria só lembrar que nós não mais fazemos essa propaganda como antigamente era feita de colocar mulheres lindíssimas. Nós não temos culpa de ter mulheres lindíssimas no Brasil, mas hoje em dia a propaganda, tanto da RIOTUR quanto da TURISRIO quanto da EMBRATUR, ela se dedica mais à parte de natureza, ou seja, à parte natural, à parte cultural e à parte histórica do Brasil. Então, dificilmente, vocês vão ver hoje realmente mulheres nuas. Não é mais isso que está sendo apresentado. Nós estamos vendendo natureza, estamos vendendo cultura, estamos vendendo história. E, graças a Deus, no Rio de Janeiro não temos esse problema de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Ah, não! Vou discordar do senhor. Não, não, não! Que o senhor não saiba, que o senhor não saiba é diferente!

O SR. GEORGE IRMES - É.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não pode afirmar isso, porque é um equívoco.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor... Eu vou passar...

O SR. GEORGE IRMES - Eu estou falando, desculpe, do turismo.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É, mas tem sim.

O SR. GEORGE IRMES - Quer dizer...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor quer dizer, sim, que não tem...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por favor, vamos passar a palavra para a Relatora, que vai fazer as perguntas necessárias para que o senhor possa respondê-las.



A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Talvez ele não tenha se expressado direito. Ele quer dizer que aqui não existe aqueles pacotes de voos *charter*.

O SR. GEORGE IRMES - Não.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É isso que o senhor quer dizer, não é isso?

O SR. GEORGE IRMES - Isso, isso.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Talvez o senhor queira dizer isso, mas que existe turismo sexual com crianças nós sabemos. Nós somos todos atores aqui, todas as pessoas envolvidas, nós sabemos que existe. Não tanto quanto existe no Nordeste quanto está existindo lá agora. Nós estamos trabalhando na questão de Manaus, Amazonas, ali, que a coisa ficou complicada, mas nós não podemos admitir isso. Que existe, existe. Nós temos...

Quando eu era Vereadora aqui, nós fizemos uma CPI dessa, e nós constatamos que crianças estavam sendo exploradas sexualmente para o turismo. E, recentemente, lembra aquele menino que entrou num hotel em Copacabana, de 9 anos de idade, que era para exploração sexual? Isso foi provado. Então, nós não podemos...

(Não identificado) - Por diplomata americano.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É, por diplomata americano.

Então, nós não podemos afirmar que não exista no Rio. Não tanto quanto... Então, eu gostaria até de falar para o senhor que a gente pode fazer firmar até... Junto com a CPI, nós vamos fazer, no dia 18 de maio, um grande movimento em relação a um pacto com todas as entidades no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. E o senhor poderia ir até o Rio de Janeiro para estar junto conosco para também nos ajudar nessa questão.

O SR. GEORGE IRMES - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Porque nós vamos chamar o Brasil inteiro.

Eu gostaria de saber o que o senhor está fazendo em relação à prevenção. Como vocês têm trabalhado em relação à prevenção? Porque em muitos lugares a gente entra não precisa nem da identidade. A criança está ali. Às vezes, a pessoa supostamente acha que é filho, e não é. Como vocês fazem a fiscalização, junto com quem, como vocês trabalham? É isso que eu gostaria de saber.

O SR. GEORGE IRMES - Bom.



A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Esses pacotes de viagens o senhor não vende. Está certo. Não tem pacote de viagem, assim, pra... Mas vocês trabalham com a prevenção? Mesmo assim, levando, assim, o turista tem algum *folder*, algum trabalho de vocês?

O SR. GEORGE IRMES - É isso que eu estava querendo dizer. Em segundo lugar, o que os governos, principalmente municipal, estadual e federal, podiam fazer, inclusive, um *folder*, fazer um folheto, ou colocar na Internet, nos seus *sites*, falando sobre, vamos dizer, a proibição dessa parte de exploração sexual.

Nós, agentes de viagens, nós fazemos receptivo e exportativo. Nós estamos falando agora de receptivo. O Rio de Janeiro é o maior receptivo, é o portão de entrada do Brasil. Recebemos dois milhões de turistas internacionais, através dessas agências que são ligadas, além da ABAV, a BITO, que é a Brazilian Incoming Tour Organization, e lá os turistas vêm fechados. Ou seja, a gente sabe quem está vindo. Os nomes estão lá.

Esse pessoal, quando eu falo que nós, agentes de viagens, não recebemos, não temos esse problema... Inclusive, o que eu aconselharia é que a Polícia Civil, principalmente através do DEAT, com o qual nós estamos ligados diretamente... Estatisticamente eles vão ver que não há praticamente nenhuma denúncia quanto a esse problema do turismo de crianças e adolescentes. Ou seja, adultos é uma outra coisa, mas crianças...

Nós estamos aqui para proteger, para cuidar. Então, não existem estatísticas quanto a essa parte na nossa cidade. Não quer dizer que não exista, mas da nossa parte não existe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dr. George, ainda existe uma grande precariedade no levantamento de dados. Existe o fato de não haver... Por exemplo, o fato de o Rio de Janeiro ser o terceiro apontado no Disque 100, ou a terceira unidade da Federação com relação à violência sexual, não quer dizer que o Rio de Janeiro seja realmente o terceiro local do Brasil em incidência. Quer dizer apenas que é o local onde se tem mais denúncias, que não necessariamente se traduzem em incidência.



O fato de você não ter tido dados — é a mesma coisa, é o mesmo raciocínio —, não significa que não exista a violação de direitos com essas cores, mas significa apenas que não há dados. Não há dados acerca disso.

Portanto, é muito perigoso quando nós falamos que não existe, não é? O senhor pode apenas dizer, como disse agora, que não existem dados, porque pode haver uma precariedade no levantamento dos dados acerca disso.

Mas eu gostaria de parabenizar o pacto que foi feito, que diz: Ampliar a pauta de responsabilidade social, empresarial no turismo, através dos agentes de viagens associados à ABAV, incluindo explicitamente a proteção do direito da criança e do adolescente de crescerem livres de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Desenvolver e programar, de forma sistemática, ações concretas e efetivas de conscientização e educação continuada em empresários de turismo, pesquisando seus associados e parceiros da indústria sobre o tema, incentivando a denúncia. Quando possível, estabelecer cláusulas nos contratos assinados pelos agentes de viagens e seus principais distribuidores de produtos e promotores da atividade turística, declarando-se explicitamente a rejeição a qualquer forma de exploração sexual.

No seu art. 4º, a partir da 39ª edição do Congresso Brasileiro de Agências de Viagem, a ABAV passa a incluir, em sua programação oficial, palestras de conscientização e educação feitas por líderes nacionais ou internacionais, incluindo apresentações de melhores práticas e seus resultados.

Art. 5º - A signatária produzirá um selo, que retratará o comprometimento da entidade e de seus associados no enfrentamento ao tema, a ser utilizado obrigatoriamente em todos os meios próprios de comunicação da entidade, como *site*, *pan release*, *e-mails*, anúncios, contratos, enfim.

Art. 6º - Os associados da signatária e a imprensa especializada serão convidados e incentivados a também utilizar o selo digital em seus materiais promocionais e em mídia, divulgando a importância da promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, prevenindo a exploração sexual e divulgando, sempre que possível, os canais de denúncias locais.



Isso seria interessante. Inclusive pode ser feita uma legislação nesse sentido de, como existe a obrigatoriedade de dizer que crianças e adolescentes não podem entrar desacompanhados, também retratar ali o telefone dos conselhos tutelares e do Disque 100.

Art. 7º - Divulgará, nos pavilhões da Feira das Américas, a partir da edição de 2011, e em cartazes próprios de conscientização, materiais elaborados por entidades oficiais, como o Ministério do Turismo e a Secretaria de Direitos Humanos.

Art. 8º - As ONGs dedicadas ao sul terão espaço permanente na Feira das Américas, a partir do critério de seleção e convite da ABAV, como forma de divulgar suas ações de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes e engajar profissionais no setor.

Art. 9º - O tema será incluído também nas ações educacionais regulares da ABAV, que também incentivará e convidará as ABAVs estaduais ao engajamento na campanha.

E, do acompanhamento, temos, no art. 10, que cabe à empresa signatária dar os devidos encaminhamentos para a criação de mecanismos de acompanhamentos e compromissos desta declaração.

Art. 11 - A empresa deverá, no prazo de 60 dias após a assinatura desta declaração, editar, elaborar e aprovar iniciativas para a promoção desse compromisso, assim como seu acompanhamento e monitoramento.

E último artigo: a signatária compromete-se a apresentar relatório semestral sobre a execução das ações de julho.

Nós, então, nesse sentido, estaremos solicitando a V.Sa., porque agora, em dezembro de 2012, a ABAV deveria apresentar esse relatório. Nós vamos solicitar uma cópia e o conhecimento, por esta CPI, do relatório de dezembro de 2012.

Mas, assim, queria parabenizar a ABAV pelo compromisso e dizer que nós também trabalhamos na CPI com a possibilidade de uma responsabilização mais aguda para o estabelecimento de hospedagens que aceitem crianças e adolescentes sem acompanhamento, ou seja, inclusive propondo a cassação do alvará se houver a reincidência.

Então, nós vamos apresentar a esta CPI uma legislação nesse sentido, porque não adianta só a proibição. Mas é preciso que tenha... Infelizmente, a mão



invisível do mercado capturou, muitas vezes, a cidadania e as cidadanias da intimidade, inclusive, capturando os próprios desejos dos nossos meninos e meninas. E nós vamos, então, apresentar uma legislação com o recrudescimento na responsabilização dessas empresas.

Mas eu queria agradecer a V.Sa. a presença, também parabenizá-lo e pedir para o senhor anotar para nos enviar o relatório de dezembro de 2012 acerca do acompanhamento dessas medidas acordadas nesse pacto cidadão.

O SR. GEORGE IRMES - Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada.

E eu vou passar agora a palavra ao Promotor Afonso Henrique Reis Lemos Pereira, Coordenador do 4º CAOp — Centro de Apoio Operacional — das Promotorias da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Agradecendo a sua presença, passo a palavra ao Dr. Afonso Henrique, que disporá de 10 minutos.

O SR. AFONSO HENRIQUE REIS LEMOS PEREIRA - Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar, inicialmente os componentes da Mesa, a Deputada Erika Kokay, Presidente desta CPI; a Deputada Liliam Sá. Um especial cumprimento também à Deputada Estadual Claise Maria Zito, que vem sempre, ao longo do tempo, promovendo vários eventos sobre essa temática, propiciando o debate sobre o tema aqui no Estado do Rio de Janeiro. E também, como não deveria deixar de ser, os meus cumprimentos aos Srs. Juízes, Dra. Ivone Caetano e Dr. Marcius Ferreira, aqui presentes.

Não obstante a complexidade do tema, vou tentar ser o mais breve possível, dividindo minha breve exposição em três segmentos.

O primeiro, relativo às ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e até mesmo pelo Ministério Público em âmbito nacional, no que diz respeito ao enfrentamento da violência sexual, seja ela abuso ou exploração. Numa segunda parte, abordarei algumas questões referentes aos grandes eventos, e, por fim, algumas proposições concretas.

Em relação à atuação do Ministério Público, no ano de 2011, foi eleito como prioridade na área da infância e da juventude o desenvolvimento de um projeto



específico para enfrentamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes. O nome do projeto, Quem Cala Consente, envolvia dois segmentos: um voltado para a área protetiva, e outro, como não deveria deixar de ser também, voltado para a área da responsabilização do agressor. Na verdade, não há como se dissociar a parte de proteção da criança e adolescente vítima da área de responsabilização. Então, esse projeto compreendia uma primeira fase de divulgação dos canais oficiais de denúncia, o Disque 100 e a Ouvidoria-127, da MP.

Nesse sentido, é importante relatar que, no primeiro ano, houve um incremento de aproximadamente 90% do número de denúncias com o lançamento da campanha, tanto do Disque 100 quanto do 127.

Esse projeto — e é uma meta que todos nós perseguimos na área protetiva — busca em todos os Municípios, como foi mencionado aqui pelos colegas da Polícia Civil, a integração e a construção de um fluxo de atendimento que envolva a área protetiva, juntamente com a área de responsabilização, evitando que essa criança e esse adolescente vítima sejam ouvidos 5, 6, 7 vezes, que é o que muitas vezes acaba ocorrendo na prática. Então, nesse sentido, nós mantivemos uma aproximação — e ela vem se estreitando — muito grande com a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, buscando desenvolver um fluxo que permita a responsabilização, incrementalmente essa responsabilização que é buscada, e, ao mesmo tempo, não viole direitos, não exponha a criança e o adolescente-vítimas.

Além disso, foi criado um grupo específico de Promotores de Justiça voltados tão somente para a apuração de crimes praticados contra a criança e o adolescente, crimes sexuais, que vem também, aos poucos, alcançando bons resultados.

Em âmbito nacional, pode-se dizer que uma grande preocupação, e até um reflexo desse projeto, um desdobramento vem sendo idealizado em razão dos grandes eventos: Olimpíadas e Copa do Mundo. Então, nesse sentido, nosso material gráfico, nós estamos em conversas também com a Secretaria de Estado de Turismo na confecção de um material buscando conscientizar o turista que ingressa no País, no Rio de Janeiro, no sentido de que manter relação sexual com criança e adolescente, envolver-se com casos de prostituição infantil, é crime e dá cadeia. É uma mensagem bem direta, objetiva.



Como muito bem pontuou a Deputada Erika Kokay — e também a Deputada Liliam Sá —, essa campanha deve ser estendida não só a aeroportos, rodoviárias, como também, e principalmente, à rede hoteleira. A afixação desses cartazes busca alertar os turistas e eles devem ser distribuídos nos aeroportos. E também, como foi colocado, é muito importante uma atuação junto aos taxistas, que muitas vezes são aquelas pessoas que atuam como intermediadores.

Então, agora, passada essa fase, assim, de prestação de contas bem rápida do que vem sendo feito, eu gostaria agora de colocar algumas preocupações do Ministério Público e algumas proposições, já elogiando, desde logo, a iniciativa do Legislativo, porque a atuação do Poder Legislativo é fundamental até para respaldar o que todos nós estamos buscando.

O primeiro momento são os grandes eventos, Olimpíadas e Copa do Mundo.

Recentemente foi organizado um simpósio pelo Conselho Nacional do Ministério Público em que o Governo Federal apresentou várias ações voltadas para a Copa do Mundo, ou seja, o que vem sendo feito. Então, muito se focou nas grandes obras, na construção de estádios, nas obras de mobilidade urbana, no embelezamento das cidades, mas, na verdade, não houve um painel sequer sobre a questão da criança e do adolescente, sobre a questão da exploração sexual, que é logo um problema, uma temática, que vem à mente quando nós pensamos em grandes eventos, e até antes, como também foi colocado, as próprias obras já trazem esse problema antes mesmo da realização dos eventos.

Então, assim, acho que um primeiro ponto é saber, exatamente em âmbito nacional, o que existe em termos de plano de enfrentamento, de iniciativas a serem divulgadas e espalhadas por todo o Brasil no que diz respeito a esse ponto específico, além das articulações locais pelos Estados e Municípios, que acho bem importante.

Nós até indagamos o Ministério da Justiça no que diz respeito ao monitoramento do ingresso — existem países que têm cadastro já de pedófilos, de condenados em crimes sexuais —, se existe algum monitoramento, algum projeto de monitorar essas pessoas ou, então, alguma investigação, até preventiva, buscando identificar junto à rede hoteleira quais seriam essas redes de aliciamento de prostituição. E não existe, na área repressiva, até o momento.



É uma provocação que nós estamos fazendo porque, aqui no Rio, sabemos que realmente não é uma coisa que encontramos na rua, uma criança, um adolescente se prostituindo diretamente na Avenida Atlântica, mas são intermediadores no hotel, taxistas. E até me solidarizo com os colegas da Polícia Civil, porque é uma investigação muito difícil de ser feita, essas redes serem descobertas, desbaratadas. É muito complexo, porque elas são realmente bem clandestinas.

E também não adianta a questão do Disque 100. Atuamos em articulação estreita com o Disque 100, sempre mantendo muito contato, buscando aprimorar. E a proposta de focar, de aprimorar o sistema, realmente é excelente, mas alguns problemas nós identificamos, principalmente relativos ao encaminhamento.

Os conselhos tutelares acabam sendo os destinatários naturais de muitas das denúncias. Não pode investigar, mas envolvendo crianças vítimas. E hoje observamos que realmente existem muito poucos conselhos tutelares em comparação à população, e os conselhos não são equipados o suficiente para dar conta de todas essas denúncias. Inclusive, o uso do Disque 100 como sistema totalmente informatizado seria excepcional. Ele vem sendo aprimorado, mas esse ciclo só se completaria na medida em que os conselhos tutelares tivessem estrutura para conseguir efetivamente alimentar esse sistema, conseguir dar resposta, até para que tenhamos o retorno.

Então, dentro dessa perspectiva, em termos de legislação, acho que duas propostas ousado sugerir, mas acho que trariam efeitos práticos muito relevantes. Seriam, em primeiro lugar, em relação à investigação, à área policial, tendo em vista a complexidade dessas investigações, a necessidade de capacitação específica dos policiais, delegados e todos os que operam, que lidam, com esse tipo de questão. E, além do fato de serem investigações lentas, não são investigações rápidas, requerem todo cuidado, são fatos que não ocorrem às escâncaras, às claras. Talvez, uma lei estipulando parâmetros populacionais mínimos para a criação de delegacias especializadas de proteção à criança e adolescentes vítimas.

A partir daí, porque hoje, no Rio de Janeiro, só temos uma delegacia, no interior, não temos delegacias especializadas. Temos Municípios muito grandes que teriam já uma demanda para uma delegacia especializada, que poderia fazer um



trabalho realmente aprofundado, especializado, de investigação, porque é realmente desumano. Nós temos um corpo de policiais para lidar com essas questões atualmente.

Além da questão de um parâmetro populacional mínimo para as delegacias especializadas, existe uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que estabelece parâmetros de funcionamento dos conselhos tutelares, e ali tem um parâmetro populacional mínimo de um conselho para cada 100 mil habitantes, além de estrutura física mínima para cada conselho tutelar. Não existe uma lei federal. E o próprio Estatuto, quando dispõe sobre os conselhos, não estabelece, por lei federal no ECA, a obrigatoriedade de um mínimo de conselhos tutelares por Município ou, talvez, alguma questão... Existe a resolução do CONANDA, tem um parâmetro, mas acho que é assim: a obrigação de você ter uma estrutura física mínima também no conselho tutelar acaba viabilizando o... É a ideia de tentar viabilizar o funcionamento dos conselhos tutelares. Aqui no Rio, nós temos até uma lei já municipal que prevê a implementação de mais de 10 conselhos, mas efetivamente ainda não chegamos aos 20 que as leis preveem.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Por falar nisso, eu votei, foi aprovado mais de 10 conselhos, mas não sabemos se eles já estão funcionando.

O SR. AFONSO HENRIQUE REIS LEMOS PEREIRA - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É isso que queremos até perguntar à Secretaria de Assistência Social, para saber se eles já estão funcionando.

O SR. AFONSO HENRIQUE REIS LEMOS PEREIRA - Existe até uma ação civil pública ajuizada pela MP, já para a implementação de todos os 10 conselhos previstos nessa lei municipal, mas, até agora, só cinco, dois inicialmente, posteriormente, mais dois, mais um pouquinho o quinto, mas ainda não se atingiu o patamar dos 10 implementados por essa lei. Foi aprovada uma lei que tem mais de 2 anos, acho, aproximadamente dois anos, mas os dez ainda não foram implementados.

Então, assim, acho que, de repente, essas duas proposições... Nós teremos uma reunião no Ministério Público. Nós temos dados, informações. Acho que poderemos aprofundar essa discussão mais ainda. E essa preocupação dos grandes eventos realmente, porque acho que nós estamos nos mobilizando, o



Ministério Público Nacional, mas acho que também haveria necessidade de uma maior provocação do Governo Federal no que tange a planos de enfrentamento dessa questão em âmbito nacional, porque é um problema que já estamos enfrentando nas obras e certamente nos grandes eventos ele vai eclodir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês têm alguma denúncia recente?

O SR. AFONSO HENRIQUE REIS LEMOS PEREIRA - Por ora aqui, em obras, chegou uma ou duas, muito pouco. Mas não deve ter chegado a cinco em questões de prostituição em obras. Nós temos as denúncias corriqueiras que envolvem muito, assim, aliciamento com intermediários na rede hoteleira, taxista. Isso acontece muito. E os pontos de exploração sexual, que nós já iniciamos investigações...

Por exemplo, houve até um trabalho pioneiro na região de São Cristóvão, onde havia muitas meninas que realmente se prostituíam ali na rua. E, nesses casos, não se conseguiu identificar uma rede de exploração. As meninas também se colocavam ali na rua, e o fato é que muitas pessoas, até a própria população às vezes encara aquela situação como algo natural, quando não deveria ser, não é? Mas a questão das redes de prostituição mesmo, a maior parte das denúncias que nos chegam até envolvem sempre essa intermediação de taxistas, às vezes na recepção do hotel, esse oferecimento sempre ao turista quando ele chega ao Rio de Janeiro.

Eu acho que são essas, assim, tentando ser o mais breve possível. É muito complexo o tema, deixando mais uma vez, claro, que nós estamos tentando, aqui no Rio de Janeiro, até em fases avançadas, de produção de material gráfico específico para a divulgação dos hotéis.

A outra dificuldade que nós temos também, porque o nosso material gráfico original é muito incisivo. A mensagem que nós passamos é que quem cala, quem tem conhecimento de uma violência sexual é coautor, responsável também pelo que está acontecendo na medida em que se mantém inerte. Mas a questão da imagem é um óbice para que a própria rede hoteleira fixe no hotel, porque espanta, assim, o turista. Então, até essa dificuldade a gente tem que tentar pensar num material que



consiga conciliar e estimular que ele seja amplamente divulgado e que ao mesmo tempo atinja a finalidade de inibir o turismo sexual.

Bom, agradeço mais uma vez a iniciativa da CPI, cumprimento as Sras. Deputadas e agradeço pelo uso da palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós agradecemos o Dr. Afonso Henrique.

Quero apenas informar que recentemente foi aprovada uma lei acerca dos conselhos tutelares que asseguram um por Município e região administrativa do Distrito Federal, porque não tem Município. Eu fui Relatora dessa lei. Assegura também os direitos trabalhistas, a capacitação continuada e a unificação das eleições.

As eleições serão unificadas no ano de 2015, o que é importante porque dá visibilidade. Unificar as eleições dá visibilidade. Rompe o caráter localizado, o provincianismo desse processo e faz com que nós tenhamos uma nova dinâmica.

Mas é óbvio que o CONANDA recomenda um para cada cem mil, e nós estamos longe disso. Mas já aprovamos pelo menos um por Município, que é uma realidade que ainda não é vigente no Brasil. O Brasil não tem conselhos tutelares em todos os Municípios. Isso aí já é lei. Agora precisamos apenas... Como é lei, também os direitos porque são absolutamente...

Eu vou passar para a Deputada Estadual Claise Maria Zito, que ela vai ter de se despedir de nós, infelizmente, e depois eu vou passar para a Dra. Cristina Werner, para usar a palavra e, em seguida, para a inspetora Marisa Dreys. Essa é a nossa programação.

Só antes de passar para a senhora, muito rapidamente, nós recebemos aqui uma carta da Cristiane, um bilhete, da Cristiane Santana e Márcia Cristina, que são coordenadoras do Serviço de Enfrentamento de Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Município do Rio de Janeiro, que representa a Secretaria Municipal de Assistência, porque nós solicitamos que vocês possam indicar uma representante para também fazer uso da palavra, porque têm razão. Vocês foram extremamente citadas porque estão com a responsabilidade da proteção. Então, uma de vocês que possa fazer uso da palavra.



Acerca da FIA, que aqui foi mencionada, que é a Fundação para a Infância e Adolescência, está prevista a fala nesta Mesa também.

Passo para a Deputada Estadual Claise Maria Zito, a quem mais uma vez também agradecemos a colaboração.

A SRA. CLAISE MARIA ZITO - Quero justificar minha saída, é porque agora, às 18 horas, estarei agraciando, com a Medalha Tiradentes, a Dra. Mafalda Lucchese, ainda tenho de passar no meu gabinete para os preparativos finais. Então, fiquei até a hora que pude mesmo, é porque agora faltam só 20 minutos, e quero receber todos os convidados no plenário.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar as Deputadas Liliam Sá e Erika Kokay por esta iniciativa. Quero deixar um abraço para a Dra. Ivone, que também vai me acompanhar, não é, Dra. Ivone? Vai participar do evento, e o Dr. Marcius Ferreira também foi convidado para a cerimônia da medalha.

Quero deixar aqui um abraço para todos e colocar o meu gabinete e a Comissão que presido à disposição desta CPI. O que precisarem, podem sempre contar com a Deputada Claise Maria.

Um grande abraço e sucesso para a CPI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada. Agradecemos.

Quero aproveitar para agradecer a Carolina Silveira a presença, que é do Centro de Promoção de Saúde; a Nilza Rogéria Nunes, que também é do Centro de Promoção de Saúde da Associação de Mulheres Cristãs Virtuosas; a Hilda Gomes Rezende; ao Sr. Leonor Serafim Machado, da Comissão Disque Criança da ALERJ; a Luciana Gonçalves Dias Lopes, da Secretaria de Assistência Social; a Maria Cristina Almeida; a Rafaela de Martino Pontes; ao Sr. Waltair do Nascimento, que irá falar para nós; a Alexandra Salvado. Enfim, o Paulo Henrique já foi anunciado; a Bárbara Salvaterra, gestora de saúde, também já foi anunciada. Enfim, agradecer a vocês a presença, registrando-a.

Passo a palavra para Cristina Werner, para que possa se pronunciar e, em seguida, vamos passar para a Inspetora Marisa Dreys.

A SRA. MARIA CRISTINA MILANEZ WERNER - Boa tarde, Deputada. Prazer em revê-la, estive há três semanas no Senado Federal, na Semana de



Valorização da Primeira Infância, para o Lançamento do Livro *Primeira Infância - Ideias e Intervenções Oportunas*. Tive a oportunidade de ouvi-la, e foi um momento muito importante, porque a primeira infância, inclusive, é o tema desta CPI. Trabalhando com a infância, tem de ser prioridade realmente para o gestor público.

A Deputada Liliam Sá não está presente, mas devo a ela o convite para estar aqui. Eu estava em um dos eventos brilhantes que a Dra. Ivone sempre organiza na EMERJ, no Fórum da Criança e do Adolescente, e o evento era sobre pedofilia. A Deputada ouviu minha fala e me pediu para vir conversar um pouquinho sobre essa questão. Mas assim, como acredito que os trabalhos da Comissão já estejam bastante avançados, não sei se cabe falar tanto dos pedófilos como ela me pediu.

Eu sou psicóloga, pesquisadora e diretora do Instituto de Pesquisa Heloisa Marinho, que é uma instituição que já trabalha há 28 anos com criança e adolescente; também sexóloga, fui delegada da Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana, e sou terapeuta familiar, fui presidente da Associação de Terapia Familiar do Estado do Rio.

Estou fazendo essa observação para explicar qual é o motivo das minhas palavras propositivas, as duas propostas que quero fazer à Comissão. Deputada, nos últimos anos tenho trabalhado muito com ajuda humanitária e é por conta disso que é uma das minhas propostas.

A senhora colocou que dentre as ideias da Comissão é trabalhar com os grandes eventos e trabalhar também com as grandes obras. O que eu gostaria de sugerir à Comissão que a senhora preside é que inclua também no rol das preocupações desta CPI a questão dos desastres naturais.

Eu tive a oportunidade de trabalhar em Nova Friburgo, em janeiro de 2011, e tive a oportunidade de trabalhar por 4 meses com as vítimas do Bumba. Eu era presidente da Associação de Terapia de Família do Estado e não me furtei a trabalhar.

O que acontece em uma situação de desabrigamento e desalojamento é que a forma como essas famílias são alocadas e abrigadas em locais disponíveis nos Municípios é absolutamente precária.

E o que eu pude observar empiricamente nesse trabalho, já trabalhando com a capilaridade, é que as crianças ficam ainda mais expostas à violência do que já



estão em casa porque os alojamentos, muitas vezes, são separados por cortinas por falta de paredes, e as crianças ouvem práticas sexuais, inclusive dos adultos. E elas, muitas vezes, perdem, se tornam órfãs, perdem pai e mãe e, aí, é o que a Deputada Liliam Sá falou, aparece sempre alguém que diz: esse filho é meu. E não é. E a criança desamparada, por não ter mais pai e mãe, muitas vezes ela acaba se submetendo.

E existe uma coisa importante quando acontece tragédia, é o número de vítima. Vocês sabem que se passado o número “x” de vítima a União intervém na cidade, no Estado, e isso não é muitas vezes interesse da cidade e do Estado. Então, existe às vezes uma subnotificação do número de vítimas. Então, algumas pessoas somem dessa estatística. E, quem sabe, uma dessas pessoas pode ser vítima, as crianças.

Eu acho que um dos focos também da CPI é o tipo de trabalho que tem de ser feito nesse momento.

Outra situação que acontece em desastre natural é que para tamponar a dor de ter perdido doentes queridos, a casa e todo o material, as pessoas acabam abusando do álcool. É uma forma de tamponar, não são alcoolistas, mas acabam usando. E quando você usa álcool você perde o seu centro de referência de decisão. Então, muitas vezes acontece o que nós chamamos de pedófilos situacionais, que não é, na verdade, um pedófilo, é um molestador de crianças.

Nós temos cinco tipos de pedófilos: o não criminal, o criminal, o criminoso qualquer, o pedófilo doente mental e o pedófilo situacional. Não sei se a Deputada teria interesse, ou não, de ouvir brevemente a explicação desses cinco, mas é preciso levar em consideração esses cinco tipos de pedófilos quando se trabalha na CPI. Então, um deles é essa categoria do pedófilo situacional por conta de a criança estar ainda mais exposta num abrigo precário.

Lá em Niterói nós trabalhamos durante algum tempo nas escolas municipais e por uma questão de conflitos de prioridade, que as aulas precisavam voltar, elas foram alocados em galpões do Exército que estavam desativados, e ficaram muito tempo ali.



Um problema que acontece, nós temos aqui a nossa Coordenadora da Secretaria de Dependência Química, é que muitas vezes adolescentes de facções rivais ficavam juntos no mesmo alojamento.

Enfim, então a situação: o Brasil não está preparado, é o País que mais terá tragédias naturais ao longo dos próximos anos, pelo nosso tamanho, do nosso continente, e não existe política pública para isso.

O curso que eu dei em Brasília, no Senado Federal, graças a Deus lotou, pessoas interessadas, era sobre estresse pós-traumático em criança em situação de desastre natural. Nós não estamos preparados, nós não temos capacitação, e os psicólogos, nós trabalhamos, trabalhamos dentro de um consultório ou de uma instituição que tem janela porta e cadeira. Eu trabalhei no meio da rua, em pé, e crianças me relatavam, inclusive em visitação nesses abrigos, que o pai a molestava.

Então, a gente, depois da tragédia inicial, tem as outras tragédias humanas que preexistiam a essa situação. Então, a minha primeira proposição é essa, que incluía também a preocupação com crianças que já sofreram o primeiro trauma com as enchentes, com as tragédias, para que não sofram um segundo trauma sendo violentadas ou sendo exploradas sexualmente por alguém que se diz da família.

A segunda coisa, a segunda proposta, e com ela vou encerrar, obviamente não vou ter tempo de poder explorar, é o material com que eu trabalho há 28 anos, criança, adolescente e família. O material da minha tese de doutorado é a preocupação que eu imagino dos senhores, fazer o melhor trabalho possível, mas existe uma situação muito séria.

A gente às vezes fala de abuso, de ofensa, de exploração comercial e sexual e começa a usar, Deputado, de forma bastante prejudicial à criança, a palavra abuso. A palavra abuso é completamente inadequada para se usar quando se trabalha com ofensa sexual. E resumidamente vou lhe dar meu livro para explicar melhor, a Deputada Liliam Sá conhece.

Primeiro: abuso sempre significa usar além do uso. Então, quando eu falo que eu abusei da comida eu comi demais. Eu abusei do álcool, bebi demais, abusei dos gastos, gastei demais, abusei do sono, dormi demais. Tudo isso são situações em que o uso é aceito, o uso é adequado. O problema é quando eu abuso. Então, eu fiz



em excesso. Quando eu uso a palavra abuso sexual, eu estou metacomunicando que é comunicar por debaixo dos panos que o problema não é usar sexualmente a criança, o problema é abusar.

E, aí, a gente tem frases do tipo: *“Estupra, mas não mata”*; *“Foi só uma ‘vezinha’”*; *“Só passei a mão.”* Isso são minimizações por quê? Porque a palavra abuso libera o uso; apenas isso. Então, esse é um grande problema, porque a antropologia nos mostra que quando a gente quer mudar uma forma de operar na realidade, de mudar a forma como nós lidamos com a realidade, nós temos que, em primeiro lugar, mudar a forma como nós nos referimos a essa realidade. Daí a gente ter mudado para portador de hanseníase, e não mais tuberculoso; soropositivo, e não mais aids; pessoa com necessidades especiais, e não paralítico; alcoolista, e não alcóolatra. Enfim, nomes que estão sendo mudados por quê? Para dar a dimensão real do fato. Então, a palavra abuso libera o uso, apenas recrimina o excesso dele. Nós não temos direito de usar nossas crianças, muito menos de usá-las em excesso.

Segundo motivo: é que abuso não entra na ambiência da ofensa sexual, da exploração comercial, que é a dor. Quando eu falo abuso, eu apenas estou falando de uso, eu não estou falando de dor; e quando eu falo de ofensa, automaticamente quando você fala: *Alguém me ofendeu*, eu entendo que: *Eu estou magoada, eu estou sofrida, eu estou mal*. Então, se eu troco por ofensa, eu vou estar entrando na ambiência real do que acontece numa situação de violência sexual.

Terceiro motivo: é a forma como as pessoas são faladas: *Fulano é um abusador*. Quem é que em sua consciência em seu consultório vai acolher com a devida necessidade a figura do abusador, que é uma pessoa doente emocional e socialmente? Eu preciso acolhê-lo, porque tem que ser tratado. Um pedófilo serial, se ele não for parado, ele vai cometer em média 360 episódios de abuso ao longo da vida dele. Então, se eu o acolho como um ofensor, é alguém que causa mal a outrem, eu tenho que tratar. E, por outro lado, a pessoa ofendida é aquela que está sofrida, então eu também tenho que fazer um tratamento. Então, a CPI precisa levar em consideração esses dois versos de atenção na política pública: o gestor tem que fazer um programa para tratamento dos ofensores, tratamento dos ofendidos e



tratamento da família ofensora, porque existe alguém na família que foi negligente, fechando esse triângulo, e que não conseguiu proteger a criança.

Quarta questão: é que dentro do direito, quando você fala em crime contra a vida, você fala em vítima; quando você fala de um crime contra o patrimônio, você fala que a pessoa foi lesada; e quando você fala de crimes contra a honra, a pessoa foi ofendida. Então, a gente está ainda mais dentro, de acordo com a nomenclatura jurídica.

E a última questão é que mundialmente a gente já usa a palavra ofensa. A Associação Internacional de Tratamento de Ofensores Sexuais não fala de abuso. E os locais em que eu tenho ido, até estive com o Dr. Ivônio no ano passado em Berlim, na Humboldt University, trazendo essa ideia da necessidade da mudança de nomenclatura no Congresso Internacional de Saúde Mental e Lei. Foi muito bem aceita essa ideia e eu acho que a gente precisa.

Então, a minha contribuição é exatamente essa nesses 28 anos de trabalho com criança: parar de falar abuso, porque a gente está liberando o uso; nós estamos falando da dor; estamos mantendo uma pecha, um apelido muito ruim na forma de se relacionar com essas figuras ofendidas, e acho que com ofensa a gente caminha para a ambiência da dor. E levar em consideração situações de desastre natural, porque as crianças ainda ficam muito mais desprotegidas.

Muito obrigada pela atenção.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Dra. Cristina Werner, desculpa, eu tive que sair na hora da sua fala. Eu só gostaria que a senhora encaminhasse pra gente as suas considerações pra CPI. Está bom?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA CRISTINA MILANEZ WERNER - *(Inaudível)*... os cinco tipos de pedófilos, enfim. Mas estou à disposição da Comissão.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Tem que falar ali para poder gravar.

A SRA. MARIA CRISTINA MILANEZ WERNER - É o seguinte, Deputada, não entrei em detalhes dos cinco tipos de pedófilos que a senhora me pediu na ALERJ, na ocasião, que falasse. Não sei se tem interesse que coloque, mas, enfim, eu estou à disposição da Comissão pra falar, porque a gente precisa fazer uma



diferença grande entre molestador de criança e pedófilo, porque não é a mesma coisa. Nem todo molestador é pedófilo nem todo pedófilo é molestador.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Isso é verdade.

A SRA. MARIA CRISTINA MILANEZ WERNER - Os pedófilos não criminosos são pedófilos não molestadores, porque eles têm o desejo sexual. E, como eu costumo dizer, ninguém sabe exatamente o que o outro está pensando no momento em que ele está tendo uma relação sexual, pode estar pensando em tudo, inclusive em criança. Desde que ele não parta para a ação, ele não é criminoso, ele precisa ser tratado terapeuticamente porque é uma orientação de desejo equivocada, mas ele é um pedófilo não criminoso.

Ao passo que nós temos o pedófilo criminoso que é aquele que tem desejo por criança, parte para ação e ele precisa ser apenado. Ele sabe muito bem o que ele está fazendo. Diferentemente do pedófilo doente mental que parte para a ação também, mas ele não tem consciência do que faz. E, aí, precisamos de um grupo de pessoas, *experts*, psicólogos ou psiquiatras pra conseguir fazer essa diferenciação. Ele não vai ser apenado, mas ele vai ser de alguma maneira responsabilizado porque ele vai para o manicômio judiciário. Ali ele tem de ficar, senão ele vai fazer isso de novo.

Temos os criminosos, que são aqueles que colaboram para a divulgação, como o caso aqui que uma pessoa colocou na Internet. Nós temos o programa (*ininteligível*) *Internet Grooming*, que é uma prática agora que está existindo, que é levar as crianças a postarem fotos e se exibirem numa *webcam*. E esses, então, são criminosos. Aqueles que comercializam não necessariamente são pedófilos.

E existe aquele situacional que não tem atração por criança, mas briga com a mulher, bebe, ofende a enteada, ofende o próprio filho e, numa situação em que ele está sozinho, como na situação de enchente, que eu falei, de desastre natural, ele se torna momentaneamente pedófilo, apesar de que ele tem um *drive* sexual alto, mas ele é apenas um molestador. O que não faz diferença em termos de responsabilização. Aliás, é só para a gente ter noção do quanto de pessoas que as próximas leis precisam abarcar, todos eles, com exceção daquele que não parte para a ação.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada, doutora. Obrigada pela sua contribuição

Eu vou passar a palavra para a Dra. Ivone Caetano, porque ela tem que se ausentar, ela quer fazer algumas considerações, depois eu vou chamar a Marisa Dreys

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Peço desculpas, Deputada, porque eu tenho que me retirar também. Tenho um compromisso já, conforme a Deputada Claise falou.

Eu queria fazer duas considerações. A primeira é o fato de que — eu não sei se tem conselheiros tutelares aqui, eu queria dizer que é um dos grupos com os quais eu melhor trabalho. Mas eu acho que essa questão atinente a hotéis, taxistas e pacotes de viagem, eu acho que está fora da atribuição dos conselheiros. Eles já têm uma atribuição enorme, está previsto no ECA, não está prevista essa questão. E, na verdade, não estão estruturados pra isso, não estão estruturados. E eu acho extremamente complicada a questão da criança entrar e se cadastrar no hotel, de que forma isso seria comunicado ao conselho.

Também na questão dos pacotes, na verdade, Dr. Promotor, eu acho que isso deveria ser responsabilidade do hotel, da rede hoteleira, e responsabilidade daqueles que fazem o pacote. Eles teriam que comunicar imediatamente ao Judiciário e ao Ministério Público por força de que estão faltando os documentos necessários.

Atingir o conselheiro neste momento, dar essa atribuição a eles, eu acho extremamente complicado. Assim como os hospitais informam as crianças que são abandonadas, das mães que querem doar para o Juizado, que na mesma hora oficia ao Ministério Público, essa também deve ser a responsabilidade tanto dos hotéis quanto do...

E mais, não sei como eles vão fazer em relação aos taxistas, porque teria que ter uma forma — a delega já foi embora —, mas teria que ter uma forma, Sra. Delegada, já que a senhora voltou, de se pegar os taxistas. *(Risos.)* A senhora me pegou com a boca na botija, isso foi terrível. *(Risos.)* Então, eu acho que a Polícia Civil teria que ter uma forma de conseguir pegar os taxistas, porque é muito grande a rede de exploração sexual em relação aos taxistas. É enorme.



E fica aqui a minha proposta. Vejam bem, não é o conselho tutelar o órgão primeiro para essa questão, tanto dos hotéis quanto dos pacotes, porque haverá de ser fiscalizado e comprovado se tem ou não a documentação necessária. Eles têm que pedir autorização da forma que se pega autorização pra viagem todas as vezes que houver alguma coisa que não foi o genitor ou os responsáveis que estejam com as crianças.

Era isso que eu queria colocar. E acho que tinha mais alguma coisa aqui. Tanta coisa que eu anotei.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Pois é, mas eu não consegui o nome dele. Eu gostaria que a senhora pedisse. Eu queria aquele relatório, mas eu acho que, como a Delegada falou, é necessário um entrosamento muito maior entre os órgãos, todos nós e a sociedade. Outra coisa eu lembrei. Eu achava que deveria ser proposta, de alguma forma, uma divulgação maior entre os canais que têm grande expressão na sociedade em relação à determinada... a uma campanha contra a pedofilia, a exploração sexual e a ofensa sexual. Veja bem, o Ministério Público tem uma... O senhor tem um disquete que os senhores fizeram? Eu acho que isso deveria ser divulgado nos canais de televisão de grande monta. Foi a minha pontuação. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Para dar uma informação, eu entrei com um projeto de lei obrigando às empresas televisivas e de rádio a cederem 30 segundos — seriam 60 inserções por mês de 30 segundos — para fazer esse tipo de campanha contra a exploração e o abuso, porque a criança estaria assistindo... Teria que ser num horário que pudesse pegar o público infantojuvenil. Eu dei entrada nesse projeto. Vamos ver! Vamos ver!

Quero passar a palavra ao Dr. Marcius. Quero também agradecer: muito obrigada, Dra. Ivone. Sexta-feira, nós estaremos lá visitando a sua Vara.

O SR. MARCIUS FERREIRA - Deputada, eu queria agradecer pelo convite. Sempre que for convidado, estarei presente. A Vara está a sua disposição para qualquer experiência ou trabalho que queira desenvolver lá. Eu me despeço deixando um grande abraço.



A denúncia “feita”, entre aspas, na realidade, seria fruto de um trabalho do qual eu não tenho conhecimento. Eu fiscalizo permanentemente todas as unidades, inclusive seguindo orientação do próprio CNJ. O CNJ este ano emitiu o segundo relatório, dizendo inclusive que o Rio de Janeiro desponta como ponto de referência no sistema socioeducativo do País. Não são palavras minhas, mas do relatório do CNJ. Se, por um acaso, existe uma situação desse tipo, até o momento, não é do meu conhecimento. Se o for, toda e qualquer responsabilidade será apurada, independentemente de qualquer coisa. Parece-me que não é bem esse o objetivo da denúncia, muito embora toda e qualquer providência que tenha que ser tomada será tomada. Eu não conheço... Registrar com pesquisa neste País? Eu faço em qualquer órgão com a maior facilidade. Posso dizer isso até porque fiz mestrado e doutorado e sei muito bem como funciona. Agora, parece-me que as coisas não foram mostradas. Dizer que ofícios foram enviados sem mostrar um é muito fácil! Quem teria que dar autorização para falar com algum adolescente seria eu. Talvez eu jamais desse autorização se aquela autorização fosse, de alguma forma, expor o adolescente, porque aí eu estaria violando a proteção integral e corroborando com uma pesquisa que não tem, em realidade, nenhum fim pedagógico. Então, não sei, mas estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada pela sua contribuição.

Quero chamar agora para fazer uso da palavra a Inspetora Marisa Dreys, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. MARISA DREYS - Boa tarde. Vou fazer um breve uso da palavra em função do adiantado da hora. As pessoas estão cansadas. Estou aqui representando a 5ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e venho trazer para vocês o que a Polícia Rodoviária Federal está fazendo na área do enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. Inicialmente, digo que a Polícia Rodoviária Federal já vem trabalhando há 10 anos no Projeto Mapear. O Projeto Mapear é esse que vocês acabaram de receber. Ele está atualizadíssimo e verificando quais são os pontos vulneráveis. O que são pontos vulneráveis? São pontos onde efetivamente



existe a exploração? Não, necessariamente. São pontos que reúnem condições, indicadores. Como isso foi feito? Foi feito a partir de critérios científicos. A Polícia Rodoviária Federal se associou à Secretaria Nacional de Justiça, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, ONG Childhood, a OIT e a Secretaria de Direitos Humanos. Por quê? Porque nesse tipo de crime não adianta querer trabalhar sozinho, a gente tem que trabalhar em rede. Então, nós buscamos uma rede que tivesse um órgão que pudesse desenvolver uma metodologia científica para fazer esse mapeamento. Quem nos proporcionou isso foi a OIT e também com o apoio da Childhood, através da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência. O que nós temos aqui? Nós temos toda a metodologia. A quantidade de pontos encontrados é de alto risco, médio risco e baixo risco. Como a Polícia Rodoviária Federal determinou esses níveis de risco? Está escrito aqui, e vocês podem verificar. Através de alguns indicadores, que seriam: se esse local também tem tráfico de entorpecente. A cada indicador era atribuído um peso, como se fosse uma ponderação de média. Então, o que eleva muito o nível de vulnerabilidade de um ponto é, por exemplo, se existe tráfico de entorpecente ou se existem adultos se prostituindo e assim por diante. Vocês podem abrir na página, se não me engano, 34 e está lá o nosso Estado do Rio de Janeiro.

Aqui no Rio de Janeiro foram mapeados 98 pontos entre 2009 e 2010 e 48 pontos atuais entre 2011 e 2012. Por que houve essa queda? Em função do trabalho. Que trabalho? Só da Polícia Rodoviária Federal? Não! Trabalho de toda a rede. Que rede? A rede que está junto com a gente, nós, as demais polícias e principalmente o tipo de investimento que foi feito.

Como já citou ali, a Dra. Bárbara disse que é muito difícil a gente conseguir um flagrante desse tipo de crime. É difícil, sim, é lógico. A gente só consegue mapear com inteligência e fazer com operação repentina. Nós, então, que somos policiais ostensivos, a nossa viatura parece uma árvore de Natal, cheia de luzes e fazendo barulho. Claro que a gente não vai pretender fazer um flagrante desse tipo numa ação ostensiva. É lógico que isso é uma ação de inteligência. No momento exato e oportuno, sim.

Então, que tipo de combate, que tipo de enfrentamento a Polícia Rodoviária Federal tem feito? A Polícia Rodoviária Federal aposta no foco educacional. Em que



sentido? Uma vez que nós somos parte dessa rede, nós participamos da elaboração de materiais, muitos materiais, não são só os que vocês receberam, temos inúmeros outros, é que não dava para trazer todos: cartazes, *folders*, cartõezinhos. Vocês receberam aí também um cartãozinho. Para que serve esse cartãozinho? Para andar dentro do bolso do policial, que é o primeiro foco de treinamento da PRF. Por quê? Porque primeiro nós temos que ter os nossos policiais treinados. O que é treinamento? São olhos críticos para a sociedade, olhando aquela sociedade e pensando: será que é dessa maneira mesmo? Nesse cartãozinho existem algumas perguntas padrão que ele pode fazer para localizar se é questão de tráfico de seres humanos ou se também está havendo exploração sexual. Além disso, da elaboração de materiais, muito, muito treinamento, muita valorização da matéria Direitos Humanos, tanto no curso de formação, como em todos os cursos operacionais dos quais o policial rodoviário vá participar.

Existe uma portaria que orienta dessa maneira, e nós, com muito orgulho, com muita dedicação, a cumprimos, ou seja, o curso de operações aéreas, tiro, abordagem, no que quer que seja é incluída a matéria Direitos Humanos. Dentro dela, exploração sexual de crianças e adolescentes. É claro que não existe como falar desse crime sem admitir que ele é fundamentalmente uma violação aos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Então, é preciso que os nossos agentes tenham uma visão macro do problema. Aí, então, enxergar essa violação.

Além disso, além de treinar os nossos agentes, a Polícia Rodoviária Federal também se dedica a trabalhar com a sociedade civil da seguinte maneira: participamos de um programa que se chama Na Mão Certa, que é uma parceria com a sociedade civil, sim, e envolve uma grande gerenciadora de risco, que é a Pamcary, Della Volpe, Luft e várias outras grandes transportadoras. E qual é o acordo? Será que é só fazer palestra? Não! Essas empresas não param em postos de combustível que façam parte do mapeamento de pontos vulneráveis. Olha que bacana! Ou seja, se o ponto é vulnerável, se ele, de alguma maneira, permite que tenha ali algum tipo de ação, ou faz vista grossa, deixa de denunciar à polícia quando existe um pequeno tráfico, ou não contrata segurança particular, ele também vai vender menos gasolina, porque o caminhoneiro que faça parte dessa rede do bem, que é a rede de enfrentamento e o programa Na Mão Certa, não vai parar lá



para colocar combustível. É uma providência que tem reflexo econômico. Isso funciona muito.

Além disso, a Polícia Rodoviária também faz treinamento com os frentistas das suas rodovias federais, que cortam principalmente a área metropolitana. Aqui vocês podem ver, através dos nossos mapas, que são os locais onde mais a gente encontra ponto. Aí vocês podem ter alguma dúvida: *“Ué, inspetora, logo na área metropolitana onde existem mais pontos?”* Sim, é claro, porque na área metropolitana tem cliente, pessoal. Tem cliente. Sexo pago é um mercado. A lógica de funcionamento é a lógica de mercado. Então, tem venda? Tem, mas tem que ter consumidor. Onde tem consumidor? Onde também tem a rede que a gente chama do mal, onde tem alguém para arranjar uma certidão, fazer uma identidade falsa, criar um atestado, no qual não se pode confiar muito, um policial corrupto, um juiz que não vê e assim por diante, um político que protege, e toda uma sociedade que ainda olha, de maneira muito compreensiva, para esse tipo de crime.

Muitas vezes, a sociedade se coloca de forma muito acrítica, como se fazer sexo com uma adolescente fosse questão de escolha individual, de gosto sexual. Não é! É crime! É isso que precisa ser dito. Eu gostei muito do que disse o promotor sobre o tipo de material. Quero dizer para o senhor, de nossa parte, que gostaríamos de distribuir o material como o senhor propôs, porque é o que faz efeito. É crime? Sim! E tem que ser punido. Acho que dessa maneira vai funcionar.

Temos outro material, que foi distribuído a vocês aí, e a gente tem localizado que muito, é claro que muita gente sabe o que está fazendo, sabe que é crime e continua fazendo, mas alguns não sabem. A gente descobriu isso como? Trabalhando, fazendo palestra nos postos de gasolina. O que a gente descobriu? Os frentistas diziam para a gente: *“Ah, inspetora, mas às vezes elas mesmas querem”*. Olha, pessoal, o consentimento não tem valor e não exclui o crime. Quando a gente falava isso para os frentistas, eles ficavam: *“Ué, mas eu achava que não tinha problema porque ela quis”*. Tem problema, sim. Aí a gente colocou a frasezinha em destaque, só para dividir um pouquinho com vocês o orgulho de participar agora do Truckers Against Trafficking. A gente traduziu. A gente não vai ter um nome em inglês para uma campanha brasileira. Vai ser Caminhoneiros Contra ao Tráfico, mas vamos ampliar porque é tráfico de seres humanos, visando a exploração sexual.



Nós ganhamos os direitos de usar esse material, que foi feito nos Estados Unidos, porque ganhamos um prêmio pelo Projeto Mapear. Então, o governo americano nos cedeu os direitos para utilizarmos todo o material do Truckers Against Trafficking. Isso não é uma vitória só da Polícia Rodoviária Federal, é de todos nós, brasileiros também. Então, brevemente estaremos lançando aí a campanha Caminhoneiros Contra o Tráfico, trazendo junto conosco todo o meio social, os demais atores que participam também desse enfrentamento, porque os próprios caminhoneiros não querem ser vistos como, alguém falou aí, o abusador, o violador. Não tem isso. Ninguém quer. A nossa proposta é trabalhar pelo foco da repressão, porque precisa, mas, dentro do que for possível, trabalhar também com a educação entre os policiais, treinamento de toda a polícia, dos caminhoneiros e dos frentistas, que na nossa realidade é o que está presente dentro dessa modalidade criminosa.

É essa a nossa contribuição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Dra. Marisa Dreys, que é Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Eu passo a palavra agora ao Comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Coronel Erir Ribeiro Costa Filho. *(Pausa.)* Não está.

Vamos passar a palavra para o inspetor Ednei de Oliveira Luna, representante da Secretaria Municipal de Ordem Pública do Rio de Janeiro. Em seguida, para o Mário de Lima, Fiscal de Atividades Econômicas da Secretaria Municipal de Ordem Pública do Rio de Janeiro.

V.Sa. dispõe de 10 minutos, Inspetor Ednei de Oliveira Luna, que representa a Secretaria Municipal de Ordem Pública do Rio de Janeiro.

O SR. EDNEI DE OLIVEIRA LUNA - Cumprimentando a Presidente, cumprimento todos os presentes da Mesa, senhoras e senhores, boa noite!

A nossa contribuição, nesse aspecto, em relação à Guarda Municipal, tange-se na ronda escolar, como o nosso colega falou, que é um produto muito interessante, que trabalha diretamente nas escolas municipais. De que forma? Através de palestras para os adolescentes, de teatros e de representações lúdicas para as crianças. Abordando quais os temas? Por exemplo, o relacionamento



família-escola, viver sem violência, sobre o tema AIDS etc. Então, vocês percebem que a nossa abordagem, o nosso aspecto é preventivo.

Além desse, nós trabalhamos com patrulhamento nas escolas, visitando os alunos, os professores. Voltando às palestras, além dos alunos, nós também fazemos, em função das demandas dos diretores e diretoras, reunião com os pais, objetivando sempre o aspecto preventivo das ações. Como podemos observar ou ter uma percepção de retorno? Através dos indicadores da procura dos próprios pais. A integração, interação dos alunos através dos professores, em que, naquela convivência, eles percebem, transmitindo aos professores que, por exemplo: *“Poxa, professora, interessante. Aquele tema abordado na palestra repercutiu muito, de forma positiva, para o meu pai, para minha mãe, começou a gerar uma maior integração de troca de ideias”*. Então, é através dessas percepções que a gente vai evoluindo. Estamos aí caminhando para 17 anos. Há vários profissionais, que nós chamamos de inspetores, são administradores que têm essa percepção de que o problema está no nascedouro, na família, nessa conscientização.

Resumindo, o nosso trabalho é preventivo. Sob o aspecto dos grandes eventos, não posso abrir mão, não posso deixar de falar que trabalhamos num grande guarda-chuva, chamado mobilidade urbana. Segundo dados do IBGE, a cidade do Rio de Janeiro tem um pouco mais de 6 milhões de habitantes. Conseqüentemente, vai crescer muito mais. Então, o nosso foco está na mobilidade urbana, seja no trânsito, no envio das pessoas nas calçadas etc.

A nossa colega inspetora falou uma coisa que é muito interessante: lá na nossa academia da Guarda Municipal, temos uma formação em torno de 3 meses, inclusive ano que vem mais 2 mil profissionais serão guardas municipais, também temos essa preocupação na nossa grade curricular, que está alinhada com a SENASP, em abordar esses temas de direitos humanos. Então, é muito interessante esse aspecto que a inspetora falou, esse olhar peculiar, essas percepções diferenciadas. Por exemplo, se estamos numa Avenida Brasil, a gente vê muitos carros passando, mas, quando você deseja comprar um Fiat — não quero fazer propaganda —, você consegue perceber, naquele amontado de carros, aqueles Fiats passando. Então, em cima dessa filosofia, dessa tese, a gente procura passar para os novos guardas essas percepções, porque fazemos parte de um grande



conceito de segurança pública. Então, contribuímos no aspecto preventivo. Nessa forma sistemática de trabalho, a gente vai conseguindo, paulatinamente, somar os esforços.

Então, para resumir a minha fala, no aspecto da exploração, nós tratamos preventivamente, dentro das escolas, através do lúdico com as crianças, palestras com adolescentes e conseqüentemente com os pais também.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Inspetor Ednei de Oliveira Luna.

Eu passo a palavra ao Fiscal de Atividades Econômicas da Secretaria Municipal da Ordem Pública do Rio Janeiro, Mário de Lima.

Em seguida, eu vou chamar o Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Conselho Estadual, DCA, José Pinto Monteiro. *(Pausa.)* Não está presente.

Em seguida, vou chamar a representante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, CMDCA, a Conselheira Elma Maria da Silva de Alleluia, que está presente. *(Pausa.)*

Então, com a palavra o Sr. Mário de Lima.

O SR. MÁRIO DE LIMA E SILVA - Boa noite! Pelas exposições que nós tivemos até agora, nós vimos o quanto são difusas e variadas as providências que nós podemos ter em relação a esse problema, do qual nós estamos tratando aqui. Nesse sentido, eu estou aqui representando outro órgão, que faz parte da estrutura da Secretaria Municipal de Ordem Pública, que é a Coordenação de Licenciamento e Fiscalização.

Eu quero me ater a uma providência bem pontual, bem específica do nosso órgão, que não é um órgão que atue diretamente sobre esse tipo de problema. Quer dizer, nós não temos função investigativa, não temos função de combate ao crime. Nós basicamente tratamos do licenciamento de atividades na cidade. Nós, indiretamente, podemos fiscalizar estabelecimentos onde há denúncias da prática desse tipo de ilícito, especialmente para fins de cassação de alvará ou para fiscalização de estabelecimento sem alvará onde porventura esteja praticando isso.



Na verdade, a nossa atribuição se restringe a esse aspecto. Só é importante destacar que, com relação a isso, precisa ficar claro que, com relação a esse problema, a Secretaria de Ordem Pública, por intermédio da Coordenação de Licenciamento e Fiscalização, só chega a reexaminar, para fins de cassação de um estabelecimento, quando ela recebe denúncias e pedidos, que são muito bem instruídos com relação a esse crime. Então, é importante ficar bem assinalado que, para que se dê efetividade a esse tipo de providência, os órgãos devem, sejam órgãos de polícia, seja o Ministério Público, seja qualquer outro órgão público, que eles encaminhem à CLF, quer dizer, no fim das contas, à Prefeitura, esses pedidos já devidamente instruídos para que nós possamos atuar devidamente e levar isso... tornar essa providência efetiva, o que acontece muito pouco hoje em dia na cidade.

A gente não tem dados lá de... Eu até procurei isso antes, mas a gente não tem nenhum dado específico de cassação com base nessa irregularidade. Era basicamente isso que eu tinha para dizer.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Quando vocês sabem que tinha alguma denúncia, que houve exploração de menor naquele lugar, até para essas casas mesmo de... Como é que vocês fazem, cassam o alvará?

O SR. MÁRIO DE LIMA E SILVA - Isso acontece.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - As casas de *show* que... Por exemplo, em Copacabana, tinha uma denúncia, no começo do ano, daquele bar que... Qual foi a providência que vocês tomaram em relação a isso?

O SR. MÁRIO DE LIMA E SILVA - Com relação a esse estabelecimento, eu desconheço, não me foi passado. Na verdade, como eu falei, a gente não tem função investigativa. A gente recebe muita denúncia, às vezes por via da Ouvidoria, por via de algum órgão de reclamação, dizendo: "*Ah! Ali está havendo ou houve tal*". Nós não temos função de investigar. Eventualmente, nós até fazíamos uma fiscalização local, até sabemos que aquilo ocorre, mas nós não temos meio, pela nossa estrutura, pelo perfil, pelo rol das nossas atribuições, nós não temos como constatar isso. Nós podemos, com base numa denúncia instruída, documentada e tudo, dar prosseguimento a um procedimento de cassação. A gente já fez cassações. Eu não recorro de nenhuma agora, especificamente com relação à



exploração de menores, mas a gente já fez algumas cassações com base em ilícitos, baseadas na prática de crimes documentados em estabelecimentos.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Tá bom. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dr. Mário de Lima.

Vou passar para a Conselheira Elma Maria da Silva e depois para o Waltair do Nascimento.

Onde está a Conselheira? (*Pausa.*) Ela não está? A Sra. Elma Maria da Silva de Alleluia, que representa o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, não está mais?

Então, vou passar para o Sr. Waltair do Nascimento, que é Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. WALTAIR DO NASCIMENTO - Boa tarde a todos e a todas que ainda permanecem no recinto. Quero saudar a Deputada Liliam e a Deputada Erika.

Sou Conselheiro Tutelar do Município de Angra dos Reis e nesse ato representando a Associação de Conselheiros Tutelares do Rio de Janeiro, mas não deixaria, Deputados, de registrar a minha indignação com o que aconteceu hoje aqui. Nós chegamos cedo aqui neste recinto, porque o tema é de relevante importância para a Associação de Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro. Não foi obedecida essa relação e, por vezes, chegavam pessoas que faziam questão de usar da palavra e, em seguida, saíam. Eu perdi a oportunidade de estar falando para os juízes. Espero que a Promotoria ainda esteja aqui — o doutor deve ter saído para tomar um cafezinho, mas eu gostaria que ele estivesse aqui. Infelizmente, fomos citados apenas duas vezes, em todo este evento, uma vez pela Dra. Ivone e outra vez pelo promotor aqui presente.

Em primeiro lugar, eu queria dizer para vocês como é que funciona a Associação de Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro. O Estado é dividido em 10 regionais. A Associação promove encontros regionais de 2 em 2 meses. De 3 em 3 meses, ela realiza os seus encontros estaduais, que são itinerantes. A cada 3 meses eles acontecem num Município do Estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a formação continuada dos conselheiros, como também temas das campanhas que acontecem no nosso Estado. O último que nós finalizamos foi a campanha Não Bata, Eduque, em parceria com a Xuxa Meneghel.



Fizemos também com o CNJ, sobre o *bullying*, e fizemos também com o Ministério Público a de violência sexual, divulgando aquele CD que o promotor tem na mão.

Uma coisa que a gente queria estar assinalando, Deputadas, é a fragmentação do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. A gente fala muito desse sistema, mas a gente não tem o devido cuidado ou o respeito com os conselhos tutelares de todo o Estado. A gente sofre intervenção do Judiciário — e aí eu fico satisfeito, contente, quando a Dra. Ivone se coloca dessa forma, em defesa do Conselho Tutelar no que diz respeito à criação de atribuições por via de canetadas aos conselhos tutelares.

E eu já queria colocar para a senhora que a gente está sofrendo uma pressão. O conselheiro agora de São Fidélis foi chamado ao Ministério Público porque falou para o promotor que não ia atrás de um adolescente que havia fugido de casa. E o promotor colocou como atribuição do conselheiro a procura ativa desse adolescente. A gente está... Depois eu gostaria de falar com o Ministério Público a respeito disso, mas a gente já está traçando ações a respeito dessas atuações. E aí não é só lá, não, é em vários Municípios do nosso Estado.

Outra coisa, nobres Deputadas, eu estou vendo uma mobilização muito grande, mas muito centralista, no que diz respeito aos eventos que nós vamos receber no Estado do Rio de Janeiro. Eu ainda não vi nenhuma ação eficaz ou sequer se dizer que pensou no que diz respeito ao interior do nosso Estado, porque todas as mazelas que estão sendo combatidas na capital, elas estão indo para o interior do nosso Estado. E nós temos percebido isso lá na ponta. É por isso que eu me coloquei dessa forma, porque a gente não conseguiu ouvir o pessoal da ponta, que lida diretamente com o problema. A gente tem aqui as assistentes sociais que ainda vão falar — coitada delas! E a gente precisa disto, a gente precisa ter um espaço, a gente precisa que essas pessoas, essas representações que estavam aqui, pudessem estar entendendo isso.

Nós temos uma crise de competência muito grande entre conselheiros tutelares, Ministério Público e Judiciário. Enquanto a gente não sentar à mesa para resolver isso, a gente vai ter promotores querendo definir e dar atribuição para o conselheiro tutelar.



E aí, enquanto Presidente dessa associação, eu tenho orientado: o art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente é o balizador das nossas atribuições, e, com base nele, a tudo que vier ou do Ministério Público ou do Judiciário nós vamos responder na forma da lei. Estamos pedindo, e já há muito tempo isso: precisamos tentar à mesa.

Deputadas, penso que as senhoras têm também essa responsabilidade, se a gente quer fazer um trabalho, executar um trabalho. E que a gente vise a criança e o adolescente. Essa questão da violência sexual é crescente, principalmente intrafamiliar.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu gostaria de fazer uma pergunta. Lá em Angra dos Reis, sabemos, tem muito turista. Eu gostaria de saber se vocês têm alguma notificação de exploração sexual infanto-juvenil naquela região.

O SR. WALTAIR DO NASCIMENTO - Temos intrafamiliar, porque as que vêm do turismo, ela é toda velada. Você não consegue informação, porque um protege o outro. A gente tem certeza de que isso existe, mas a gente não tem como notificar isso, a gente não tem como diagnosticar, porque a gente não consegue encontrar na sociedade local essa possibilidade de intervenção nessa área. Esse é o problema de Angra dos Reis. E a gente sabe que a coisa lá é crescente, mas nós não temos esses dados, por conta dessa proteção entre eles.

Então, Deputada, era isso que a associação queria estar colocando. Nós, enquanto conselheiros do Estado, estamos fechando com a Comissão, estamos à disposição, mas gostaríamos de estar mais próximos, de estar sentando para a gente conversar e dirimir esses problemas que nós ainda, há 22 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente, nós ainda temos que vencer. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer ao Waltair do Nascimento e passar a palavra ao Humberto Lima, Coordenador do Conselho Municipal Antidrogas do Rio de Janeiro. Em seguida, nós vamos passar para a Diretora do Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto, Naura Aded.

O SR. HUMBERTO LIMA - Boa noite a todos. Deputadas, Deputada Liliam Sá, cujo trabalho acompanho desde a época de vereadora. A Deputada Erika eu não conhecia. É um prazer enorme estar hoje aqui, e não poderia me furtar a falar



principalmente da questão dessa associação que eu vejo da exploração sexual e do uso de drogas.

Eu tenho vários casos relatados desde a época em que eu militava nessa área, no Município de Blumenau, que é também uma região metropolitana. Várias crianças inicialmente vinham para visitar o grande centro urbano, posteriormente começavam a mendigar dinheiro para a compra de alimentos, posteriormente começavam a se prostituir e depois, finalizando, com o uso de drogas. Então, principalmente nessa prostituição e no uso de drogas. Então, se encaixavam: começavam a se prostituir, aí o... Esqueci como a colega Cristina Werner colocou agora. Não se dá mais o nome de abusador.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Ofensa?

O SR. WALTAIR DO NASCIMENTO - É, o ofensor. Então ele oferecia àquela na época criança e posteriormente... Então, eu venho aqui alertar para esse casamento de exploração sexual e uso de drogas, que nós vemos aqui no Município do Rio de Janeiro muito grande. É enorme. E o nobre representante do Ministério Público colocou aqui dos conselhos tutelares. O colega lá também relatou a dificuldade. O Conselho Tutelar é dificuldade eu acho que em todos os Municípios do Brasil.

Agora, um outro dado é a questão dos CAPS AD. Quantos CAPS AD existem no Rio de Janeiro? Aqui são 6 milhões de habitantes. Alguém sabe responder?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. WALTAIR DO NASCIMENTO - Hoje, que eu tenha conhecimento, são dois: o Raul Seixas e o Mané Garrincha — eu não sei como é o funcionamento do Mané Garrincha — para uma população de 6 milhões de habitantes.

Então, é uma questão, Sr. Promotor, de estar verificando também, de cobrar também do representante do Executivo... Esses CAPS, e principalmente os CAPS I, que vão atender também crianças e adolescentes, e muitas dessas crianças e adolescentes podem estar sendo abusadas — “abusadas” não, “ofendidas sexualmente”, tenho de me acostumar, como me acostumei a trocar “viciado” por “dependente químico” —, então, esses ofendidos podem estar sendo identificados nesses CAPS AD, nesses CAPS I, nesses CAPS normais. Por quê? Porque vão atender ao anseio da sociedade.



Eu, atualmente, trabalho no Conselho como Coordenador do Conselho e também auxilio na assistência jurídica da Coordenadoria de Prevenção à Dependência Química, que executa as ações de prevenção à dependência química no nosso Município. E dentro da atuação de prevenção à dependência química nós colocamos essa questão da exploração sexual, porque é de extrema importância para os pais e para os professores que participam das nossas mobilizações através de cursos de multiplicadores em prevenção à dependência química.

Eu vejo também, Dra. Delegada... À época eu tinha um bom relacionamento... Foi devido a um problema de saúde que me afastei um pouco da Dra. Valéria, que hoje está numa outra área. Mas a senhora colocou dos pontos na área de drogas, não é? Mas os pontos de prostituição, eu acho que quem mora no Rio de Janeiro sabe mapear os pontos de cabeça. Eu coloquei assim: Quinta da Boa Vista, Vila Mimosa, Praia de Copacabana. Lá na Barra da Tijuca, a Praça do Ó, se não me engano com o nome. E em Niterói — cito Niterói também — tem alguns pontos naquelas ruas do Centro em que as pessoas veem tanto adolescentes... Crianças dificilmente se encontram. Você encontra a criança acompanhando a mãe se prostituindo, que aí, no momento do programa, ela deixa a criança com uma colega e sai para fazer o dito programa. Então, os pontos nós temos, mas claro que não compete à senhora, compete à polícia ostensiva estar fazendo aquele trabalho.

E o último ponto que eu gostaria de colocar é a questão do álcool. Eu trabalho nessa área desde a época que eu era polícia. Já estou com 30 anos de serviço, então já tem bastante tempo. Eu trabalhei muito na área, nessa cidade de Blumenau, de repressão à venda de bebida alcoólica para criança e adolescente, principalmente na Oktoberfest. O art. 243 do ECA tinha a redação anterior, que a pena era de seis meses a dois anos. Hoje, a pena está mais agressiva, é de dois a quatro anos. E eu não vejo nenhuma atitude nos bares e lanchonetes da nossa cidade, onde...

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Posso só adiantar a minha fala? Esse assunto é tão importante, que eu acabei esquecendo. Enfim, ele me lembrou bem.

Tem um projeto em andamento da Polícia Civil, uma parceria com o Disque-Denúncia, para a discussão no meio social da venda ou oferta de bebida alcoólica a adolescentes e crianças. Como ele não está fechado ainda — já foi aprovado, já



temos material para isso, mas ainda não foi colocado em prática —, eu não vou fornecer detalhes aqui, mas é basicamente uma campanha. A Polícia Civil, junto com o Disque-Denúncia, vai chamar a sociedade civil, os estabelecimentos comerciais, os pais, enfim, os próprios adolescentes à discussão dessa questão, porque a bebida alcóolica é uma droga também. O álcool é uma droga também. Como a venda dela é lícita, o consumo é lícito, acaba sendo aceito. E crianças e adolescentes estão sendo submetidos cada vez mais ao consumo de álcool. E eles podem ser vítimas inclusive por conta desse consumo da exploração sexual.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Está ótimo. Vou passar para o Humberto.

O SR. HUMBERTO LIMA - Só cumprimentando, agradeço essa notícia. Será bem-vinda, porque eu vejo Lei Seca, etc., e a gente necessita também de uma ação para crianças e adolescentes.

Complementando, o álcool justamente é a porta de entrada, como foi dito aqui pela Dra. Cristina, para... Esqueci a palavra agora, não é “aliciamento”, não... *(Pausa.)* Para a ofensa da criança. Então, quem trabalha nessa área vê “n” e “n” problemas relacionados ao abuso do álcool — aí, no caso, é abuso mesmo, porque o álcool é uma droga lícita —, ao abuso do álcool e à ofensa sexual. Na nossa periferia, podem pegar os números, os dados das delegacias de polícia, vão verificar: muitas vezes, as mães passam a mão: *“Ah, não, foi só uma vez. Ele estava bêbado.”* Nós temos de verificar isso. Essa questão do álcool é muito grave. Temos que tomar atitude.

Parabenizo a Polícia Civil por essa iniciativa de trabalharmos, principalmente porque a lei está aí. Já fez até a maioria. Está lá o art. 243, é tão simples!

Além do art. 243, nobres Deputadas, existe também a Lei de Contravenções Penais, que diz que servir bebida alcóolica a quem já está embriagado é uma contravenção penal. O dono do estabelecimento pode ser punido por isso. Ninguém faz. O que acontece mais e mais no nosso Município, principalmente — ou infelizmente — na periferia, são esses casos aonde o cidadão vai, começa a beber uma cerveja, uma cachaça, uma cerveja, se embriaga no bar e posteriormente é colocado para fora do bar porque está embriagado. Pior é quando ele sai dali e vai para sua residência cometer um crime, um delito. Aí vai cair onde? Na mão da



senhora, na mão do nobre colega do Ministério Público, etc., depois no Judiciário. Infelizmente, é assim.

Então, eu gostaria de encerrar...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Humberto, vocês estão fazendo algum tipo de campanha?

O SR. HUMBERTO LIMA – Não, o Conselho hoje está, a pedido do Sr. Prefeito, elaborando a Política Municipal Antidrogas, a ser implementada no Rio de Janeiro. São 25 conselheiros. Em duas reuniões, já sentamos. E as comissões estão começando a elaborar a política a ser implementada no Rio de Janeiro. Mas, devido à dificuldade de reunir todos os conselheiros, lá para março vamos ter um sinalizador. Em janeiro e fevereiro, no Rio de Janeiro, dificilmente você consegue pegar as pessoas para reunião.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - A Secretaria está funcionando?

O SR. HUMBERTO LIMA - Não, a Coordenadoria agora.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Agora é a Coordenaria.

O SR. HUMBERTO LIMA - A Sílvia.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - A Sílvia Pontes, eu ia dar a fala para ela, mas ela foi embora.

O HUMBERTO LIMA - A Sílvia é a Coordenadora. A Coordenadoria é o braço executor do Conselho. Hoje, com uma certa dificuldade, pelo fato de a categoria ser diferente, mas mesmo assim nós continuamos atendendo as escolas, principalmente, e a comunidade de uma maneira geral, através desse curso de multiplicadores, onde trabalhamos inclusive a questão da ofensa sexual.

Encerrando: a associação exploração sexual e uso de drogas é cada dia mais preocupante. Então, nós temos de fazer essa sinalização, trilhar um caminho, para podermos, com a ajuda da sociedade... A colega que esteve aqui e saiu para dar prova na Estácio colocou que o órgão público deveria fazer os panfletos, os cartazes, etc. Concordo, o órgão público vai elaborar, e a sociedade privada poderá fornecer meios para que nós possamos botar esse material na rua.

Seria isso. Obrigado.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - De nada, Humberto.



Só quero falar para vocês que eu apresentei um projeto, nessa questão do álcool, proibindo a veiculação de propaganda na TV, como foi a do cigarro. Eu vou apanhar muito. Para passar isso no Congresso, eu quero ver.

O SR. HUMBERTO LIMA - O *lobby* é muito forte.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Pelo menos, eu tomei uma atitude. Eu espero que a Deputada Erika Kokay seja Relatora, assim a gente aprova.

O SR. HUMBERTO LIMA - Fora a questão do álcool, há a Copa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.

Nós queremos agradecer a presença da Daniela Pinto; da Sílvia Pontes; da Cecília Teixeira Soares; da Melissa Abla; do Vinícius Winter de Souza Lima; da Elma Maria da Silva, que esteve aqui, não está mais; do Sr. Júlio César Vieira de Melo; da Monique Matni, da Terra dos Homens; da Vera Cristina de Souza, coordenadora do projeto, que também fará uso da palavra em seguida; da Sra. Débora Fragoso, assessora de imprensa do Projeto Vida de Criança; da Cristiane Santana; da Janaína Souza dos Santos, da Associação Civil Quintal da Casa da Ana; da Sra. Maria Cristina Werner, Diretora do Instituto de Pesquisas Heloísa Marinho; do Sr. Lúcio Taveira, do Movimento Nacional de Direitos Humanos; da Sra. Ana Paula Cardoso da Silva, do CREAs; da Karla Simões, Presidente do PSD Mulher Niterói. Agradeço a presença a todas e a todos.

Passo a palavra para a Naura Aded. Em seguida, vou passar a palavra para Neide Tosato. Não sei se ainda está aqui. Está aqui? (*Pausa.*) Não. E a Beatriz Galli? Também não? (*Pausa.*)

Depois da Naura, vou passar a palavra para a Vanessa Domingues, da Associação Comercial do Rio de Janeiro. (*Pausa.*) Não.

Então, Juliana Batistuta Vale. (*Pausa.*) A Juliana Batistuta Vale também não está. E a Carla Riquet? (*Pausa.*) A Juliana está? (*Pausa.*)

Então, vou fazer o seguinte: passarei a palavra para a Naura Aded, Diretora do Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto; em seguida, para a Juliana e para a Carla Riquet.

A SRA. NAURA LIANE DE OLIVEIRA ADED - Boa noite, Sras. Deputadas. Meu nome é Naura. Eu sou perito-legista. Sou uma policial civil, não sei se todos



têm esse conhecimento, porque a perícia médico-legal, as perícias forenses são um pouco desconhecidas, assim, da população em geral.

Eu vou repetir duas coisas que já foram ditas aqui. Um dos nossos grandes problemas, como disse a Dra. Bárbara, é que falta entrosamento, falta troca de informação. E outra coisa, que a Dra. Ivone Caetano também disse: quando chega para mim, quando chega ao Instituto Médico Legal, é porque muita coisa já deu errado antes. De repente, poderia ter sido evitado ou, se não pôde ser evitado, poderia vir de uma maneira mais doce, mais suave.

O Instituto Médico Legal atende tanto vivos quanto mortos. Na realidade, nós não temos a capacidade, por sermos, vamos dizer, a fase inicial da investigação policial, de determinamos com que tipo de crime nós estamos lidando. Nós temos, umas vezes, uma suposição de um crime de natureza sexual, que nós vamos examinar nem sempre com evidência material, e que não depende da perícia médico-legal a finalização dessa história. Então, por isso, o entrosamento entre os diversos níveis — Polícia, mesmo com a própria Polícia Civil, troca de informações com o pessoal do Ministério público, etc. e tal — seja tão bom.

O Dr. Fernando falou, na viagem que nós fizemos ao Rio Grande do Sul para conhecer como funciona o projeto chamado Depoimento sem Dano — e até foi o comentário de um dos componentes do grupo: *“Não é sem dano, porque infelizmente o dano já ocorreu.”* Então, é com a menor quantidade de sequelas possível. O objetivo é que, assim, a criança que foi ofendida, lesionada, tenha a menor quantidade de sequela possível do fato.

Eu sei que os senhores têm uma visita agendada ao IML, no dia 6. Eu espero que os senhores entendam melhor como nós funcionamos, e aí poderemos conversar com mais calma, está bem?

Obrigada.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu gostaria de fazer algumas perguntas. Quanto tempo levam esses laudos para saírem, por exemplo, de uma criança que foi vítima de abuso sexual?

A SRA. NAURA LIANE DE OLIVEIRA ADED - Como eu disse à senhora, o que vai para nós é uma suspeita. Então, nós examinamos a criança. Se a criança tiver lesões físicas, esse laudo pode sair no mesmo dia ou no dia seguinte, no



máximo, porque o sistema da Polícia técnica é informatizado. Então, nós temos o que se chama de Sistema Web, onde o laudo é digitado pelo perito. E ele somente poderá ficar dependendo ou não de exame laboratorial. Então, no caso — vou usar o termo abuso, porque eu estou mais acostumada com ele — em que o abuso sexual deixa marcas, evidência, vestígio físico, o perito pode mandar o que a gente chama de laudo prévio, para que a autoridade possa começar a atuar. E, se houver algum tipo de material que seja colhido e enviado para laboratório, fica faltando este detalhe apenas, para a conclusão final do laudo. Mas pelo menos, vamos dizer, uma lesão corporal, até às vezes o próprio crime sexual, se houver, por exemplo, um desvirginamento recente ou uma lesão de outra série, tipo uma rutura anal, por exemplo, que seja capaz de ser filiada ao ato sexual ou a algum tipo de manipulação, etc. e tal, outro tipo de ato libidinoso que não seja a cópula, é possível que se faça um laudo prévio. E ficamos, às vezes, na dependência do laboratório.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E quanto tempo, mais ou menos, o laboratório colheu o material e foi enviado? Demora quanto tempo?

A SRA. NAURA LIANE DE OLIVEIRA ADED - É pesquisado o esperma. Sendo encontrado o esperma, é necessário que a autoridade policial solicite ao Instituto de Pesquisa e Perícia em Genética a realização do exame para ver se, no caso de haver um suspeito, seja feito o confronto do DNA, lembrando sempre que o exame de DNA, assim como qualquer outra identificação, depende de padrão para confronto. Então, não adianta fazer DNA se a gente não tem o suspeito.

Só uma coisinha que eu queria falar. Nós falamos muito em exploração sexual. Eu queria lembrar, até porque eu sou uma estudiosa do assunto, há alguns anos eu venho estudando essa área de maus tratos, em geral, de menores: o maior ofensor é o familiar. A maior parte da ofensa está exatamente dentro de casa ou muito próximo, porque a maior parte desse abuso, dessa ofensa, é feita sem violência, por isso é um crime de difícil comprovação.

Além da capa, vamos dizer, de silêncio que encobre, por ter uma repercussão familiar muito grande, desestruturando famílias e tendo uma série de sequelas, que a gente conhece, existe o fato de ser sem violência. Então, tem um dos autores que eu já li que diz o seguinte: a criança que é abusada ou que é espancada, ela se sente, de alguma maneira, escolhida. Vejam que coisa triste! A pior coisa para essas



crianças, infelizmente, é a negligência. Então, até no abuso, no mau trato, ela se sente, de alguma forma, distinta dos outros. Por isso é tão complicado. Por isso é uma perícia difícil. A gente sempre fala: quanto mais rápido chegar para o médico-legal esse caso, mais possibilidade a gente tem de esclarecer — tentar, pelo menos, esclarecer.

O grande inimigo da perícia forense é o tempo. E a gente sabe que as denúncias, nesses casos, às vezes levam anos para serem feitas.

Só isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixe-me perguntar-lhe uma coisa, Dra. Naura: há um atendimento diferenciado ou específico para criança?

A SRA. NAURA LIANE DE OLIVEIRA ADED - Para criança não, nós temos uma sala específica para atendimento nos casos de crime de natureza sexual. Nós ainda não temos. Estamos entrando, começando a trabalhar nesse procedimento que o pessoal do Rio Grande do Sul faz. Eles já fazem há 11 anos. Então, se começarmos, não vamos começar com a mesma eficiência que eles já têm.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que é no hospital?

A SRA. NAURA LIANE DE OLIVEIRA ADED - É dentro de um hospital, mas é um serviço multidisciplinar, porque o que nós temos... Acontece que a gente vê aqui no Estado relatos de trabalhos multidisciplinares trabalhando com violência, mas sem olhar o lado do crime. Então, a gente lê artigos falando no atendimento da vítima, no atendimento do abusador ou do molestador, que é um doente também, só que no próprio artigo se cita que não há contato com a Polícia. Por isso que o Dr. Fernando falou, e a Dra. Bárbara também: a Polícia ainda é vista como uma coisa complicada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) – E, no caso do Rio Grande do Sul, você tem no hospital um atendimento com o olhar da segurança, o olhar da saúde, a saúde nas suas várias facetas?

A SRA. NAURA LIANE DE OLIVEIRA ADED - Sim, porque o atendimento nessa unidade materno-infantil tem um lado, vamos dizer, de saúde, de acolhimento e saúde, e um lado da investigação criminal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É porque você evita a via-crúcis, não é?



A SRA. NAURA LIANE DE OLIVEIRA ADED - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque a criança, ela já vai falar muito sobre isso. Ela vai falar no processo onde ela é vítima, ela vai falar no processo com relação ao vitimizador... Então, ela vai falar muito. E ela vai falar no hospital, ela vai falar na delegacia, ela vai falar no juiz, ela vai falar no Ministério Público.

A SRA. NAURA LIANE DE OLIVEIRA ADED - O que eu pude depreender da fala é que o Dr. Fernando Reis não é médico. Como eu sou, acho que posso falar um pouquinho melhor.

O atendimento é feito inicialmente por uma equipe de assistente social e psicólogo clínico. Quando a mãe está na assistente social, o psicólogo clínico está atendendo a criança, até para não ter a dicotomia de um ficar esperando pelo outro, a mãe ficar ansiosa e a criança também. Então, as duas são atendidas.

A psicóloga clínica faz um apanhado, uma triagem, um perfil dessa criança, inclusive para ver se existe vestígio de crime ou não, pois pode ser um mitômano, pode ser uma criança sonhadora que está jogando as ansiedades dela para outro lado, fantasiando uma coisa que às vezes não está acontecendo. E a gente vai envolver uma família numa coisa muito complicada que às vezes não está acontecendo. Então, elas fazem essa análise.

Observado que há necessidade de registro policial, é acionado um inspetor de polícia, que fica no mesmo andar. Feita a ocorrência, são solicitados pediatra, perito legista — os dois examinam, ou juntos ou separados, mas muito próximos —, e é colhido material se necessário. A única coisa que é marcada para alguns dias depois é a avaliação psiquiátrica forense da criança.

Então, é assim que funciona.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

Muito obrigada, Dra. Naura. Foi bastante esclarecedor.

Nós vamos, como disse, fazer uma audiência pública para discutir essa experiência do Rio Grande do Sul, que é diferente do depoimento sem danos, como o Poder Judiciário tem feito, porque envolve um atendimento sob os mais variados aspectos. Ela colhe o depoimento e não é só sem danos; ela já promove o



atendimento. Além de colher o depoimento, promove o atendimento para dar o suporte.

A SRA. NAURA LIANE DE OLIVEIRA ADED - Só uma coisinha: o depoimento da criança na fase, vamos dizer, processual, é feito também por psicólogo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E é um depoimento sem dano.

A SRA. NAURA LIANE DE OLIVEIRA ADED - Mas já é um pouquinho mais adiante. Não é o primeiro atendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, o depoimento sem dano, que me parece que acontece aqui, que tem questionamentos inclusive do Conselho Regional ou do Conselho Federal de Psicologia, porque significa utilizar a formação acadêmica a serviço de outro, e não a serviço da própria pessoa, da relação que está estabelecida, mas o depoimento sem dano é um processo dentro da fase judicial em que você busca fazer com que a criança se sinta à vontade. Ele é muito polêmico, em função inclusive desses questionamentos. Utiliza-se de uma relação de vínculo, uma terapêutica, não com o objetivo de estar centrado e fazer com que a pessoa diminua seu sofrimento psíquico, mas com o objetivo de buscar elementos e falas da criança sem que ela sinta que está fazendo isso.

A SRA. NAURA LIANE DE OLIVEIRA ADED – *(Início fora do microfone.)* O sem dano não é o mesmo psicólogo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei que não é. Eu sei. Eu não estou falando aí da experiência do Rio Grande do Sul, estou falando do questionamento que o Conselho tem com relação ao depoimento sem dano, enfim, que é uma polêmica que vale um dia a gente fazer uma discussão mais aprofundada sobre isso.

Muito obrigada, Dra. Naura. A CPI estará lá, na quinta-feira, para poder fazer um relatório acerca do Instituto Médico Legal.

Vou passar para Juliana Batistuta Vale, representante do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância — CIESPI, da PUC Rio.

Carla está aqui? *(Pausa.)* Não está. E a Rosemary Caetano? *(Pausa.)* Também já foi embora.



Juliana, só um minuto para a gente tentar ver quem será o próximo ou a próxima.

Indianara Siqueira. *(Pausa.)* Marta Serrat. *(Pausa.)* Está aqui, não é?

Então, vamos passar para a Juliana e para Marta, uma representante ou um representante da Assistência Social e as duas pessoas que se inscrevam. A Vera Cristina está aqui ainda?

(Não identificado) - Foi embora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Vera Cristina foi embora. A federação dos motociclistas ainda está aqui?

(Não identificado) - Está.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, vejam, nós vamos, apenas para nos proclamar, passar para Juliana. Em seguida, vamos passar a Marta Serrat; depois, para a representante da Assistência Social. Qual é o seu nome?

A SRA. CRISTIANE SANTANA - Cristiane Santana.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mais alguém quer fazer uso da palavra? Então, serão a Juliana, a Marta, a Cristiane e a federação dos motociclistas. Qual é o seu nome?

O SR. MARCELO CAMPOS - Marcelo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Portanto, esses são os inscritos. Vamos encerrar as inscrições. Pela última vez, alguém mais quer fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Portanto, estamos com as inscrições encerradas e chamaremos as pessoas que aqui estão.

Passo a palavra à Juliana Batistuta Vale, representante do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância — CIESPI; PUC do Rio de Janeiro. É um prazer tê-la aqui.

A SRA. JULIANA BATISTUTA VALE - Igualmente. Nós é que agradecemos a oportunidade de estarmos aqui presentes nessa discussão tão importante. Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa. Meu nome é Juliana. Eu vim, na verdade, representar a Prof.^a Irene Rizzini, que é a Presidente do CIESPI, que é esse centro de pesquisa vinculado à PUC.



O CIESPI tem uma trajetória bastante engajada na discussão sobre as políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência, discutindo historicamente como essa política foi uma política marcada pelo abandono, pela negligência, pela violação dos direitos, mas também demonstrando o quanto a gente vem avançando na tentativa permanente de lutar pela garantia desses direitos. O CIESPI não tem uma frente de trabalho específica para discussão das ofensas sexuais — a questão do turismo sexual e a exploração sexual, porém, esse tema sempre atravessa as nossas pesquisas. Atualmente a gente vem se dedicando a pensar o conceito de vulnerabilidade social — a alta vulnerabilidade social em situações em que crianças e adolescentes são vítimas da violação dos seus direitos.

Temos participado da construção do plano municipal do atendimento à primeira infância, na busca da garantia dos direitos dessa fase tão importante do desenvolvimento da pessoa e também no acompanhamento da comissão que monitora a implementação da política de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, que é uma política que foi construída na Cidade do Rio de Janeiro mas que ainda encontra muitas dificuldades para sua efetivação. E a gente sabe que política não é feita só de planos; ela precisa ser efetivada.

Nós temos feito algumas pesquisas; inclusive estamos fechando a análise de uma pesquisa exploratória que foi feita na comunidade da Rocinha, em que a gente procurou ouvir as mães, os responsáveis por crianças e adolescentes na transição da infância para a adolescência, de 10 a 14 anos, porque acreditamos que essa seja uma fase em que talvez exista uma vulnerabilidade, uma fragilização que possa levar à ruptura de elos familiares e comunitários, quando, muitas vezes, acontece essa ida para as ruas, essa situação de rua propriamente dita, que muitas vezes leva essa criança, esse adolescente a viver numa situação de engajamento na criminalidade, com a prática dos atos infracionais, e também vivenciar, mais enfaticamente no caso das meninas, a situação da exploração sexual. Então, fomos à comunidade para ouvir essas famílias, e tem sido muito frequente na fala das mães. Curiosamente, a nossa pesquisa teve um universo em que ouvimos mais as mães, e mães de adolescentes meninas, e o receio delas é de que essas meninas adolescentes, nessa transição da infância para a adolescência, por ter uma visão muito imediatista de uma sociedade que incentiva muito o consumo, ficar nessa



busca desenfreada por algum tipo de renda que permita a elas o acesso a uma sociedade por via do consumo. E muitas vezes isso acaba tendo como resultado uma evasão escolar e, por não encontrar um projeto de vida promissor por esse caminho, muitas vezes encontra no uso do corpo a alternativa para a sua sobrevivência, a princípio, dentro da própria comunidade. E elas falavam muito, antes da instalação das OPPs, o que era essa relação com o tráfico de drogas, de meninas que muitas vezes encontravam no salto alto, no vestido, a possibilidade de se vincular a pessoas, homens, garotos também já engajados no tráfico de drogas, e que permitiam a elas uma outra condição de vida, mas dentro de um contexto de vulnerabilidade social e risco.

Eu só gostaria de lembrar que, como o CIESPI não trabalha especificamente com o tema da exploração sexual, mas a gente encontra essa temática muito quando a gente vai a campo nas nossas pesquisas, embora a discussão seja uma discussão hoje aqui muito emergencial — sou assistente social, conheço essa realidade de lidar com o curativo quando a situação já está instalada —, é necessário também pensar na situação preventiva. E não se faz prevenção sem afirmação de direitos. E aí eu estou falando de direitos fundamentais e de direitos sociais. E as políticas públicas brasileiras, a gente pode pensar na educação, mas, aí, eu gostaria de falar principalmente da saúde e da assistência social; elas estão orientadas, na saúde, através da estratégia saúde da família, e a construção que vem sendo o Sistema Único de Assistência Social — SUAS —, tem sido orientada a pensar a família como foco, como um espaço da promoção da defesa e da proteção. A gente tem conhecimento de que, muitas vezes, é no espaço familiar que a violação desses direitos acontece. E isso pode ser um mecanismo inclusive para expulsão dessa criança e desse adolescente desse lar. É fato que a família precisa ser responsabilizada, ser cobrada das suas responsabilidades, mas também temos que pensar em possibilidades de promoção dessa família, não só para constatar os seus limites e a sua impotência, mas para pensar num movimento contrário, de potencializar essas famílias para uma real proteção dessas crianças e adolescentes.

Estou fazendo essa ponderação só para colocar essa discussão no horizonte das discussões dessa CPI.



Agradeço o convite. A Professora Irene Rizzini, nossa Presidente, não pôde estar presente, mas eu vim representá-la, e também disponibilizar aqui o nosso material, que são pesquisas. Como a questão da exploração sexual atravessa o nosso trabalho, as nossas pesquisas também atravessam a questão da exploração sexual, e eu gostaria de disponibilizar pra vocês.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Juliana Batistuta Vale, pelas considerações muito pertinentes.

Passo a palavra à Marta Serrat dos Santos, Coordenadora do Projeto Vida de Criança. Em seguida, para Cristiane Santana.

A SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - Boa noite a todos. Eu estou muito emocionada.

Deputada Erika Kokay, muito obrigada. Muito obrigada, Deputada Liliam Sá. Eu quero que vocês levem um recado para o Deputado Luiz Couto, que me convidou para depor nesta CPI, que eu já venho seguindo e perseguindo. Embora a gente já esteja no final da CPI, a vantagem de ficar por último é que a gente aprende muito com as falas anteriores. Eu queria chamar a atenção, Deputada Erika Kokay e Deputada Liliam, o Deputado Luiz Couto me convidou para falar do meu trabalho com o projeto Vida de Criança. Só que esse projeto tem uma história. Eu preciso contar essa história, como também preciso fazer um alerta em relação às investigações que eu tenho feito nas redes sociais, porque os pedófilos encontraram um novo meio de compartilhar propaganda e apologia subliminar nas redes sociais. E as pessoas estão compartilhando isso vivamente. Eu vou abordar isso um pouco depois.

A história do meu trabalho teve início em 1998. O meu filho estava numa sala de *chat*, na Internet, e um americano entrou na sala e mandou um *link* para todos que estavam presentes, e ele abriu esse *link*. Eram 40 fotos horríveis de crianças de 3 a 6 anos de idade. Como eu criei meus filhos com muita prevenção, porque eu sou vítima de abuso — com 6 anos, o pai da minha melhor amiga me bolinou, e eu tive medo de contar para minha mãe, para o meu pai, porque, na época, não existia esse questionamento público. E, apesar de a minha mãe ter me prevenido, através dos livrinhos das Edições Paulinas — história de Maria Gorete e tudo o mais —, isso me



deu subsídios para escapar da segunda tentativa de abuso que ele fez. Eu só vim a saber que ele também abusou de todas as crianças da rua, inclusive das quatro filhas, quando eu estive no programa *SuperPop*, a convite do Senador Magno Malta, porque a sobrinha dele me ligou — isso foi agora, em 2009 — e me perguntou: “*Mas eu era sua melhor amiga de infância! Quem era o abusador?*” Eu disse: “*Era o seu tio*”. E ela me respondeu, no ICQ : “*Você não foi a única*”. E ela me contou a história toda, e eu passei a entender por que aquelas quatro filhas dele o tratavam com tanta agressividade, com tanta hostilidade, e a mãe também. Porque ele abusava das quatro filhas também.

Então, assim, com esse histórico, eu criei meus filhos com muita prevenção. Então, em 98, quando o meu filho me mostrou essas fotos, nós nos sentimos muito ofendidas. E eu queria, desta vez, falar, porque, da outra vez, eu não falei, com medo de ele matar a minha mãe e meu pai; com medo do meu pai e a minha mãe matarem ele; com medo da minha amiga não ser mais minha amiga. Era essa a sensação que eu tinha, mas eu deletei isso tudo, até 1998, porque a gente deleta essas memórias. Então, quando vi as fotos, eu resgatei tudo e, desta vez, eu não quis mais ficar calada. Eu resolvi, na qualidade de jornalista também, mobilizar a imprensa, a população, os *hackers*. Eu tive um apoio muito grande de um jornal de grande circulação — a jornalista Carla Rocha conseguiu localizar os *hackers* da PUC, o Wanderley Abreu, conhecido como Storm. Levamos o caso para o Ministério Público. Eu escolhi a advogada Dra. Cristina Leonardo, da ONG de Direitos Humanos, Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente. E ela trabalhava com desaparecidos, mas eu a vi na televisão, no caso do Dr. Gérard Lebrun, que era um professor de Filosofia da USP, inclusive amigo de um Presidente da República muito famoso, e que ele simplesmente contratou o gari, aqui, no Rio, pra fotografar as filhas do vizinho, de 4, 5 anos de idade. Mas não eram fotos digitais; era foto, filme de rolinho, que tinha que ser revelado. E a dona da loja DePlá, quando revelou o filme, viu que eram fotos pornográficas de crianças e avisou à polícia. Então, eu vi a Dra. Cristina na televisão, *Rede Manchete*. Ela conseguiu deportar o Dr. Gérard Lebrun. Mas eu queria aquela advogada para me acompanhar até o Ministério Público, porque eu, meu filho e minha filha, nós começamos imediatamente a ligar pra todas as polícias. E no Brasil, naquela época, em 98, polícia nenhuma tinha



núcleo ou departamento ou coordenadoria de investigação de crime eletrônico. Era fim de milênio, era da informática, e eu achava um absurdo não conseguir ajuda em lugar nenhum. Então, nós fomos para o Ministério Público. A Dra. Cristina me levou ao Ministério Público. Era o Procurador-Geral, que hoje é Desembargador, faz parte inclusive da comissão que está estudando, aí, a nova lei de Direito Criminal, o Código Penal — é isso mesmo. Então, era o Dr. Pinheiro Munhoz, e o Promotor era o Dr. Romero Lyra. E nós chegamos lá, já com o *hacker*, já chegamos com tudo. Foram muitas matérias; a mídia deu muito espaço. E, através dessa divulgação, da minha fala na mídia, foi uma avalanche de denúncias. E eu denunciei o caso do meu filho também nas páginas do FBI, achando que eles não iam se importar, porque já tinha passado 2 meses, mas os agentes ligaram, pediram pra eu mandar material, e eu fiquei, permaneci *on-line* com o pedófilo, porque eu queria descobrir quem era o pedófilo. Ele ficou comigo, *on-line*, durante 2 anos. Ele achava que falava com o meu filho, e falava comigo. E eu queria, dessa forma, descobrir quem era aquela pessoa, porque, se alguém faz aquele tipo de foto e distribui, provavelmente pratica. Então, dessa vez eu queria descobrir, queria falar.

Então, foi criada, dessa forma, Excelências, a primeira Coordenadoria de Investigação de Crimes Eletrônicos no Brasil. E o Ministro, na época, era o atual Senador Renan Calheiros, que nós também convocamos, porque eu queria pedir para ele para equipar e dar condições à Polícia Federal de criar núcleos de investigação de crimes eletrônicos de qualquer natureza, porque não eram só os crimes contra a criança — crimes de lavagem, enfim. E nós não tínhamos nada no Brasil. Então, o Ministro, até então, o atual Senador Renan Calheiros, veio até o Rio falar comigo; eu pedi as providências, enfim, e assim começou o processo de criação na Polícia Federal também de departamentos de investigação de crimes eletrônicos. E eu nunca mais parei de trabalhar contra a pedofilia.

O Sindicato da Polícia Federal e a ANSEF, que é uma associação dos delegados da Polícia Federal, me convidaram também para trabalhar num projeto, O Brasileirinho, que é uma cartilha da Polícia Federal antidrogas. E eu ajudei não só a divulgar — modéstia à parte, eu sou bastante agressiva para trabalhar com divulgação —, eu ajudei a divulgar o projeto e ajudei a formatar a cartilha, porque, quando eu encontrei essa cartilha, tinha algumas coisas aqui que estavam faltando e



outras que precisavam mudar. Eu fiquei 3 anos no Projeto da Polícia Federal, O Brasileirinho. Botei até na novela da Glória Perez, *O Clone*. Nós entramos lá, no bar da Dona Jura, com o projeto da Polícia.

Enfim, é uma cartilha muito bonita, antidrogas também. Mas as alterações que eu gostaria de ter feito eu não consegui e não conseguia e, não conseguindo, eu decidi então criar o Projeto Vida de Criança, que é a cartilha, segundo o meu ponto de vista. E, através dessa cartilha, eu ensino as crianças a se defenderem dos pedófilos, das drogas, com conceito de saúde, cidadania e meio ambiente. E aqui elas colorem as páginas e aprendem com as mensagens. E é uma ferramenta bastante eficaz, porque eu ensino sem constrangimento. Ela foi revisada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, na gestão do Presidente Lula. E também, assim, passou por psicólogos, profissionais da área de educação para uma revisão. Então, Deputadas, é uma cartilha requerida por milhares de pessoas. Só que eu sou apenas uma cidadã brasileira, eleitora, contribuinte e que tem um desespero muito grande, uma paixão muito grande nessa causa, porque eu sou vítima. E as digitais do meu agressor vão ficar comigo, na minha alma, para sempre. E eu sei o que sente uma criança abusada. E são milhões de crianças no mundo inteiro; isso em função também de cultura, porque... Aquela senhora que estava aqui, desculpe, eu esqueci, mas ela falava dos cinco tipos de pedófilos. Para mim, não existem cinco tipos de pedófilo; para mim, existem dois tipos de pedófilo: aquele que é patológico e aquele que é induzido pela erotização das crianças ou mesmo pela perda e ação natural e cultural, porque, como disse a Deputada Liliam Sá, é uma coisa que remonta as cavernas. E essa coisa veio, durante a história da humanidade, e a criança, sem falar, sem poder se defender e sem ter alguém para defendê-la, veio institucionalizada essa coisa do abuso, da exploração sexual infantil, os tempos de Roma, enfim, da humanidade. É o segredo mais escondido da nossa história da humanidade, porque... Eu descobri, recentemente, por exemplo, que na minha família o meu bisavô casou-se com uma menina de 11 anos, e ela morreu no primeiro parto. Então, assim, é cultural isso, que sempre foi aceito, quando não, o segredo escondido.

A gente tem que quebrar isso, porque nós estamos vivendo o tempo das revelações; nada ficará escondido. E, graças a Deus, graças a gente como as



Parlamentares que aqui estão, graças a quem consegue denunciar, a quem trabalha com isso, à imprensa, a gente consegue estimular as pessoas a denunciarem esse tipo de crime.

Então, alguém me chamou de vaidosa, porque eu conto a minha história. Mas é claro que eu tenho que contar a minha história, porque eu tive coragem, como tenho hoje. Já fui ameaçada várias vezes. E não me importa, porque eu não tenho medo. Eu tenho que contar. Cada um tem que contar a sua história, a partir do momento que tem uma iniciativa para denunciar.

O meu trabalho começou assim. Eu passei pelo O Brasileirinho, o projeto da Polícia Federal. A minha cartilha é distribuída através da mobilização da imprensa e do boca a boca. Cada distribuição dessas cartilhas, Deputados, é feita em eventos, quando convidamos palestrantes, recreação, recreadores, enfim... E as crianças aproveitam tudo que podem ouvindo esses palestrantes, e cada um leva para casa a sua cartilha. Só que, por exemplo, na minha participação em alguns programas de televisão, Deputada, como no caso do programa *Mais Você*, eu recebi 45.000 pedidos e 70% desses pedidos da cartilha são de profissionais da área de educação.

Assim, aproveitei a fala da apresentadora, quando me perguntou se ela não estava nas escolas, que ela tinha gostado muito, eu falei: *“Olha, faz dois anos que eu estou tentando acessar o Ministro Fernando Haddad, porque eu queria doar o download da cartilha para o MEC”*. E o MEC não tem um projeto de proteção à pedofilia no ensino fundamental.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Marta, nós vamos ajudá-la. De alguma maneira, vamos ver como nós podemos...

A SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - Certo.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - ...viabilizar o patrocínio do Governo Federal para essa cartilha.

A SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - Ah, eu fico emocionada, porque eu dei palestras em alguns Municípios aqui. Eles prometeram, mas nunca deram. Mas, enfim, eu cheguei inclusive a pedir a um Senador lá, no Congresso; ele não quis ajudar porque eu tinha pago o projeto gráfico da cartilha e era preciso imprimi-lo. Então, tudo foi feito a facção — pagamento do projeto gráfico em 10 vezes. Enfim,



essa cartilha... Vou passar depois, em detalhes, o retorno socioambiental e tudo o mais, os detalhes do projeto.

A outra coisa que eu não posso deixar de falar, e que eu peço ajuda ao *datashow*, de quem está cuidando, porque eu pedi autorização aos juízes...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós estamos com o tempo muito...

A SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - Mas, Deputada, por favor, eu preciso, porque esse é um alerta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tente fazer o mais rápido possível, porque você já está aos 13 minutos.

A SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - Esse é um alerta, porque os pedófilos pegaram um caminho agora para distribuir propaganda...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tente concluir...

A SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - ... e apologia subliminar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, claro, mas ainda há duas pessoas para falar.

A SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - Por favor! (*Pausa.*) Vai conseguir? (*Pausa.*)

(Não identificado) - Não pode.

A SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - Não pode. Tudo bem. É porque eu tive autorização dos juízes para isso. Eu queria... Eu entrego o impresso à CPI. Perfeito.

E a questão do combate que todo o cidadão pode fazer, porque, como dizia a Dra. Bárbara — inclusive, conversei com ela —, todo cidadão tem que ter iniciativa. Da varanda do meu imóvel, na Vieira Souto, eu levei ao Ministério Público dois casos de exploração sexual infantil: o americano que estava na praia usando o *site* para receber os clientes e explorar as crianças e adultos na praia. Ele foi deportado e preso. E o caso também, além do americano, dos dois italianos, que, aliás, até perguntei para a Dra. Bárbara se, por acaso, foi ela que pegou o caso, porque eu fiz uma denúncia na DPCA, porque eu segui os italianos e as meninas que estavam com eles. A delegada não conseguiu fazer o flagrante, porque, quando ela chegou lá, era um sábado, não tinha mandado judicial, as meninas estavam lá, e as mães



foram chamadas e disseram que sabiam que elas estavam ali passando o final de semana.

Aqui eu vou apresentar à CPI uma matéria do jornal *The Brazilian Post*. Copa e Olimpíadas podem aumentar a exploração sexual infantil...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Obrigada, Marta.

A SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - ...que fala sobre um estudo que foi feito.

E, para terminar minha fala, eu tive uma saga lá no Congresso para poder protocolar o requerimento na Comissão das Copas do Mundo e das Confederações, por causa do turismo sexual infantil e por causa da necessidade de a Presidente Dilma, agora, que já foi aprovado, vetar o tema do desarmamento, porque eles querem focar tudo no tema do desarmamento para representar o Brasil durante a Copa, quando, na verdade, a prioridade é o tema da violência contra as crianças — e é o nosso sonho.

A carta aberta... Eu pediria à Deputada Erika Kokay, à Relatora, Deputada Liliam, que façam chegar às mãos da Presidente Dilma essa carta:

“Excelentíssima Sra. Presidenta Dilma Rousseff, autoridades e organizadores da Copa do Mundo FIFA2014.

Considerando que todo país sedizador de Copa do Mundo tem por princípio escolher um tema social para representá-lo perante os milhões de espectadores e milhares de jornalistas da mídia nacional e mundial durante o evento;

Considerando que no dia 07 de novembro de 2011 chegou ao meu conhecimento a pauta da audiência pública realizada na Câmara Federal, onde os deputados federais, membros da Comissão das Copas do Mundo e das Confederações, o Ilmo. Presidente do COL e CBF, Sr. Ricardo Teixeira e o Ilmo. Secretário Geral da FIFA, Sr. Jerome Valcker, discutiram itens referentes ao Projeto de Lei 2.330/2011 e onde foi submetido o tema social



sugerido pelo Deputado Wilson Filho , 'POR UM MUNDO SEM ARMAS, SEM DROGAS';

Considerando que os problemas sociais no Brasil abrangem temas relevantes como a pobreza, a desigualdade, o analfabetismo, a violência, incluindo os abusos e exploração de natureza sexual de crianças, a exploração do trabalho infantil, a gravidez na adolescência e a educação precária entre tantos outros;

E, inconformada, tomada pela absoluta sensação de exclusão do debate para a escolha do tema social da Copa, protocolei, na qualidade de cidadã brasileira, contribuinte, eleitora, autora e coordenadora do Projeto Vida de Criança o requerimento de nº 144746/PL 2.330/2011, datado de 07/11/2011, no qual solicito o apoio dos parlamentares, membros da Comissão supracitada para que, regimentalmente, um ou qualquer um deles apresentem o tema social sugerido por mim 'O MUNDO LIVRE DA POBREZA, DA DESIGUALDADE, DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS' pois, até então, o tema do desarmamento era único e sem concorrentes e, agora, que o texto da Lei Geral da Copa foi aprovado e que o tema da Violência, Abuso e Exploração Sexual Infantil não foi inserido e que a mídia não para de mostrar milhares de casos terríficos;

Saibam Vossas Excelências que não estou mais só nesta empreitada pois participei e frequento, constantemente, de eventos organizados pelo próprio governo federal para promover mais justiça, igualdade social, racial, religiosa, econômica, de acessibilidade, de gênero e direitos da criança e do adolescente e, no desespero de constatar que tema tão relevante ficou



excluído como tema social para a Copa coletei milhares de assinaturas em favor da inclusão do 'nosso' tema."

Inclusive, conheci a Deputada Erika Kokay num desses eventos, no Salão da Acessibilidade.

"Além disso, tenho feito da minha história um caminho de mobilização e conscientização popular ferramenta de luta à violência contra menores pois me envolvi no enfrentamento ao abuso e exploração sexual de menores, em 1998, (...)."

E conto aqui na carta o caso do meu filho.

"Por estes motivos, por razões cívicas e por um sentimento democrático estou lutando para fazer entender a muitos compatriotas e autoridades que este assunto não pode ser decidido apenas no âmbito do legislativo e apenas entre organizadores. Nosso suor e nossos impostos estão incluídos em despesas bilionárias para esta Copa do Mundo FIFA 2014.

Nossa opinião deve ser levada em consideração e o tema do desarmamento para representar o 'nosso' país durante o evento mais popular do planeta nada acrescenta às reais necessidades prioritárias do Brasil que tanto esforço está fazendo para sair do profundo descaso social e desagrada a maioria da população.

Os subsídios para justificar a 'nossa' sugestão, 'O MUNDO LIVRE DA POBREZA, DA DESIGUALDADE, DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS, foram extraídos, diretamente, do site da Presidência da Republica, dos sites de diversos Ministérios do Governo Federal, sites de Ongs e de forma urgente impressos e anexados ao requerimento nº 144746/pl 2.330/2011, protocolado na Comissão das Copas e das Confederações (...) Redução da pobreza: Programas ações e projetos tais como Fome



Zero, Bolsa Família, Minha casa, Minha vida, Luz para Todos, microcrédito para agro negocio familiar, primeiro emprego e outros. Redução da desigualdade: Estatuto do Negro, Cotas Raciais, criação de Secretarias de Políticas Públicas para a defesa dos direitos de vários seguimentos alvos da violência física e moral, discriminação, tratamento diferenciado, tais como aqueles dedicados aos Negros, Índios, Ciganos, Homossexuais, Lésbicas, Bissexuais, Transsexuais, grupos religiosos, deficientes físicos e mentais. Redução da violência contra a criança: criação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica, estatuto da criança e do adolescente, criação do nº 100 (...), CPI da Pedofilia,” — da Exploração Sexual e Infantil, da Câmara e do Senado Federal — “programas, projetos e ações de vários ministérios e Ongs contra o trabalho escravo, abuso e violação dos direitos de menores. No dia 19/01/2012, apresentamos à algumas de V. Exas.,” — no Senado Federal, e organizadores — “material literário enviado pela SECOM (Secretaria de Comunicação da Presidência da República) que nos fez acreditar, mais intensamente, ser o desarmamento um tema inadequado para representar o Brasil em virtude do incomensurável trabalho desprendido no sentido de reduzir a pobreza, a desigualdade e a violência contra o menor. Discordamos daqueles que defendem o tema ‘POR UM MUNDO SEM ARMAS, SEM DROGAS’ — vão ser feitas inúmeras campanhas focadas nesse slogan — “primeiro por entender que, interpretativamente, a expressão ‘POR UM MUNDO’ parece se referir um lugar utópico, distante, de sonhos, que não conhecemos e que será muito difícil alcança-lo pois o único mundo real para nós é onde vivemos e nele, especialmente no Brasil, nós



consideramos o tema sugerido pelo Deputado Wilson Filho contraditório e desprovido de unanimidade nacional haja vista o resultado do plebiscito de 2005 onde 64% da população brasileira se pronunciou, através do voto, contrária ao desarmamento e, portanto, contra ele pesa a rejeição de mais da metade da população. (...)

A arma de ação mais letal que existe é a CANETA, — é a caneta que é a arma mais letal — “pois a caneta que assina pelo desarmamento também pode ser a mesma que assinará as autorizações para a importação e ou implantação de fábrica de armas, de artefatos, de material ou equipamento bélico ou a mesma caneta pode assinar, ainda, Tratados de Guerras entre Nações, penas de morte, e proliferação de armas nucleares. Em contrapartida, a CANETA QUE DEIXA DE ASSINAR TAMBÉM PODE MATAR E CAUSAR MUITOS DANOS E LESÕES CORPORAIS. BASTA UMA VISITA AOS HOSPITAIS PÚBLICOS, PENITENCIARIAS, AOS BOLSÕES DE MISÉRIA PELO MUNDO AFORA E A OBSERVAÇÃO DA FALTA DE INSTRUMENTOS QUE PROMOVAM A EDUCAÇÃO PRODUZINDO OPORTUNIDADES PARA O MENOR. 05- Segundo um relatório do UNODOC das Nações Unidas (...)

Isso aqui eu vou poupar, porque... São relatórios verídicos, onde está comprovado que não tem nada a ver o direito da legítima defesa, de você comprar uma arma legalmente pra poder se defender e defender a sua família. Não tem conexão. Isso aqui é um estudo das Nações Unidas. Não tem conexão com a violência e os números da violência.

“Sendo o desarmamento um tema polêmico,” — já vou terminar — “contraditório e paradoxal, já rejeitado por 64% da população nacional, solicitamos o apoio (...) — eu estou resumindo aqui — para o tema: ‘O MUNDO LIVRE



*DA POBREZA, DA DESIGUALDADE, DA VIOLÊNCIA
CONTRA CRIANÇAS' porque não estamos mais sós."*

A gente conseguiu coletar muitas assinaturas.

"Pelo exposto, e na melhor forma, solicitamos, mais uma vez, que seja considerada nossa sugestão para o tema social da Copa, 'O MUNDO LIVRE DA POBREZA, DA DESIGUALDADE, DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS' (...) e estendido à apreciação da população a escolha de todas as propostas em um tratamento digno e próprio de uma democracia e que incluía-se ao tema social a conscientização de que abuso e exploração sexual infantil é crime contra a humanidade levando-se em conta o sofrimento daqueles que privados da sua dignidade, de sua privacidade foram e continuam sendo expostos ao vexame do abuso sem coragem de denunciar seus algozes. Pensem que o advento da internet tornou esse crime uma indústria bilionária onde pedófilos e quadrilhas de predadores exploram imagens pornográficas de crianças e aliciam menores para tráfico de órgãos, prostituição, rituais de magia negra, adoções criminosas e para isso usam até cartões de crédito. Portanto é urgente e importante uma reflexão sobre esta silenciosa calamidade histórica que marcou a vida de muitos seres humanos das gerações passadas e as digitais de pessoas tão nocivas poderão continuar tatuando o corpo e alma de vítimas das gerações futuras. Não podemos perder a oportunidade de conscientizarmos milhões de pessoas sobre o que foi descrito.

Não podemos perder a oportunidade de conscientizarmos milhões de pessoas sobre o que foi descrito."



Apelo ao Congresso Nacional, à CPI, que me ajude a fazer com que a Presidente Dilma leia essa Carta na íntegra, porque eu estou saltando os itens, porque é uma oportunidade imperdível.

“Pelo amor de Deus! Vamos cuidar das nossas crianças!”

Foi o que disse um dos maiores jogadores de futebol de todos os tempos ao completar o seu milésimo gol, Edson Arantes do Nascimento, Pelé. Mas nem mesmo o rei Pelé falhou no que diz respeito às crianças, pois sua filha, Sandra Regina Machado, morreu tentando ser reconhecida como filha biológica e a justiça provou que através exames de DNA ser filha legítima e o grande Rei mesmo nunca, jamais aceitou esta realidade até o final do processo de reconhecimento de paternidade mesmo a justiça tendo dado ganho de causa a Sandra Regina Machado que morreu de câncer aos 42 anos, em 17 de outubro de 2006.”

E Pelé não compareceu ao funeral.

O alerta é só em relação aos pedófilos que estão usando citações com imagens condenáveis e questionáveis de crianças. Eu vou passar o acervo impresso. E os adultos estão compartilhando isso, vivamente e em massa.

As Deputadas sabem que os pedófilos querem ser aceitos, suas práticas também, existe até movimento político para defender isso entre eles. E eles, de uma certa forma, estão condicionando psicologicamente essas pessoas que compartilham essas citações, do tipo, um exemplo: *“Onde você guarda o seu racismo?”*

Para começar, você não tem que guardar em lugar nenhum. Mas tem uma imagem de duas crianças peladas lincadas a essa situação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Conclua, por favor.

A SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - Então, eu estou às ordens para quem quiser mais informações. Meu e-mail é *cartilha@gmail.com*.

Muito obrigada, e desculpe.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Marta.

Eu vou passar a palavra agora para a Cristiane Santana, e, em seguida para o Marcelo, para a gente caminhar para o encerramento.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Parabéns, Marta. Obrigada pela sua contribuição.

A SRA. CRISTIANE SANTANA - Boa noite. Serei bastante breve.

Eu pedi a palavra porque, assim, acho que a fala de hoje, em geral, o que a gente pode, uma palavra, se a gente tiver —pena que a Dra. Bárbara está saindo—, seria a articulação, a intersectorialidade.

A Secretaria Municipal de Assistência Social trabalha há algum tempo, acho que desde 2006, mais ou menos — pelo menos é o que data da minha entrada lá —, com essa temática especificamente. E eu trabalho com essa temática, eu coordeno o serviço de enfrentamento à violência sexual no Município do Rio de Janeiro, e a gente tem trabalhado isso e tem tentando fazer uma articulação com todos esses setores. Por isso que, na fala, eu coloquei que a gente foi citado por várias instituições. A gente trabalha em conjunto com o Ministério Público, em conjunto com a DCAV, em conjunto com a DPCA.

O Dr. Afonso Henrique citou os trabalhos de São Cristóvão, Centro, que a gente conseguiu fazer todo o mapeamento da área e identificar cada adolescente que ali presente estava. E a gente conseguiu, na época — foi em 2009, 2010 —, identificar que não havia uma rede de exploração naquela área. Em conjunto, com um trabalho de inteligência, São Cristóvão e Centro.

Foi um trabalho em conjunto com a DCAV, que fez um trabalho todo de inteligência. Filmou durante vários dias ali naquela área. E foi bastante interessante. Isso mudou.

E o que a gente tem, de lá para cá, é uma intensificação, em geral, da pobreza em todo o Brasil, com o capitalismo avançando, em geral. A situação da população, a situação de rua, aumentou, agravou, e a gente diversificou talvez o foco do trabalho na rua, porque a gente tinha um trabalho bastante focado na exploração sexual de criança e adolescente.

Isso também, especialmente a exploração, não chega aos serviços. A Dra. Barbara falou isso, que é importante a gente ter as informações. Quando a gente



está na rua, o trabalho do educador social, do assistente, do psicólogo, dos profissionais em geral da assistência, da política de assistência, a gente consegue identificar, a gente descobre uma quantidade de informações com a população que é fantástica. E para isso a gente precisa estar articulada com todos os órgãos do sistema de garantia de direito. Não tem como trabalhar violência sexual num só campo especificamente. A gente precisa, de fato, de ter um sistema de garantia de direito em conjunto.

E aí, assim, a gente tem uma iniciativa, que é a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual. O Município do Rio tem um plano municipal de enfrentamento à violência sexual, que foi aprovado pelo CMDCA, em fevereiro de 2009, mas ele não foi publicado. Está sendo revisto agora para ser atualizado, porque a gente está com uma...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Pela Deise Gravina, não é?

A SRA. CRISTIANE SANTANA - Deise Gravina, exato.

A gente teve a intensificação da violência no Município, então ele precisa ser novamente trabalhado. E foi um trabalho, assim, bastante intenso. A gente teve aqui presente anteriormente... Acho que todos os atores que participaram (*ininteligível*), a Dra. Cristina Werner, o Lúcio Taveira, todo mundo... Tinha muita gente aqui que participou da constituição desse plano, que foi bastante importante. A gente teve várias atividades também com a Câmara dos Vereadores aqui do Município. Foi um trabalho bastante grande. O plano é bastante abrangente.

E aí, assim, para dar uma noção para vocês, os dados que a gente tem hoje no Município do Rio... Vou citar 2012, até outubro de 2012. Por exemplo, a gente tem um total de 587 casos de violência sexual como um todo. E aí a gente vai citar a ofensa sexual, a exploração, a negligência, a violência psicológica e a física.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - De onde são esses dados?

A SRA. CRISTIANE SANTANA - De onde são?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É.

A SRA. CRISTIANE SANTANA - Esses dados são os dados da Secretaria Municipal de Assistência Social, através dos CREAs.



E aí, assim, desses 587 casos atendidos de janeiro a outubro de 2012, 511 são de ofensas sexuais, em que a grande maioria é violência intrafamiliares. Somente 35 desse total de casos são de exploração sexual.

E aí, assim, também vem ao encontro das informações todas, de todos os dados que a gente tem em pesquisa, que, desses 35 casos de exploração sexual no Município, 29 são de meninas; somente 6 são de meninos. Com certeza, isso não...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas era quadrilha? Não, não é? Era exploração...

A SRA. CRISTIANE SANTANA - São explorações por pais; por quadrilha a gente tem alguns em que a gente está em conjunto com a DCAV. A gente meio que descobriu uma quadrilhazinha que atua na área da Rocinha, e a gente está trabalhando em conjunto.

E aí, assim, só para entender, 73% do total são de meninas e apenas 17% são de meninos.

Então, só para a gente ter uma noção de que, assim, a exploração sexual, se a gente não tiver uma busca ativa e um trabalho, de fato, em conjunto, articulado com todos os atores envolvidos, tanto com a sociedade civil, como os órgãos de defesa e responsabilização, de proteção da criança, todos eles, o Poder Legislativo, a gente não vai conseguir, a gente vai continuar tateando, e a violência acontecendo como um todo.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Quantos CREAs tem no Município?

A SRA. CRISTIANE SANTANA - A gente tem no Município do Rio? A gente tem 14 CREAs e dois Centros POP. Eu dei... Acho que foi distribuído o endereço dos CREAs e do Conselho Tutelar. Tem dois aqui.

Os CREAs fazem o trabalho de atendimento tanto à criança e ao adolescente, quanto à família, que o foco, como o pessoal da PUC falou, o foco da política tanto de saúde, quanto da assistência é a família, mas não da família, não focando para vitimizá-la ou para culpabilizá-la. O foco na família é o foco para articular todas as políticas e potencializar essa família. É exatamente a questão da potencialização da família, e não da culpabilização.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ – E, no caso da ofensa sexual, que nós estamos mudando, aprendemos hoje aqui?



A SRA. CRISTIANE SANTANA - Todo mundo aprendeu já.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Então, nesse caso, como vocês tratam dessa criança e desse adolescente que estão em risco? Geralmente o abusador está dentro de casa. Como é que vocês fazem?

A SRA. CRISTIANE SANTANA - Esse trabalho é um trabalho em conjunto tanto com o Ministério Público e o Conselho Tutelar (*ininteligível*).

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - A criança volta para casa? Vocês tratam ela...

A SRA. CRISTIANE SANTANA - Se ela tiver, de fato, em iminente situação de violência sexual, ela vai ser afastada de casa, mas isso em conjunto. A assistência, em si, a gente vai trabalhar essa família, vai fortalecer...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Vocês encontram dificuldade?

A SRA. CRISTIANE SANTANA - Oi?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Vocês não encontram dificuldade?

A SRA. CRISTIANE SANTANA - Muitas, claro.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Quando vocês têm essa... porque não sabem para onde levar, como tratar, como ressocializar essa criança, como fazer com que essa criança tenha uma qualidade de vida melhor, esquecendo um pouco o trauma, porque não se tem um local para se tratar a criança vítima de abuso sexual.

A SRA. CRISTIANE SANTANA - É, não tem, e não sei se tem que ter também, não, senão a gente acaba vitimizando, criando um gueto, um local específico para criança e adolescente vítimas de violência sexual. A gente até tentou... A política em geral tenta pulverizar um pouco essa ação, porque a gente tinha serviços específicos para esse atendimento, identificados na porta, e a gente tinha alguns problemas. Todo mundo que entrou ali é vítima de violência. Então, você acaba criando um estigma nas crianças e adolescentes. Então, agora, como a gente trabalha no maior de potencializar mesmo essa família e de tentar que ela consiga superar esse trauma, eu acho que é mais interessante dessa forma. Agora, é claro que a gente encontra dificuldades, muitas, muitas e muitas, porque, por exemplo, quando você fala em tratamento, aí é uma questão da psicoterapia, que é a gente trabalhar isso em conjunto com a Secretaria de Saúde, que a gente vai fazer



esse acompanhamento. Mas o tratamento — o tratamento é saúde — a gente trabalha em conjunto com a Saúde.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E ela responde bem?

A SRA. CRISTIANE SANTANA - Mais ou menos. A gente está, em geral, a gente tem conseguido ampliar. Os serviços de saúde no Município do Rio de Janeiro, é óbvio, não estão ainda na sua plenitude, mas melhoraram bastante os últimos com as clínicas da família e tudo mais. A gente tem conseguido uma articulação maior. Mas ainda está longe, é óbvio.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Está bem. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem uma... Porque veja, vocês... Tinha um atendimento específico, tinha o Projeto Sentinela, outros na...

A SRA. CRISTIANE SANTANA - A gente tinha o chamado SECABEX, o Sentinela. O Sentinela era anterior à política C, quer dizer, na verdade, era um programa, o Sentinela era um programa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.

A SRA. CRISTIANE SANTANA - E aí, em 2006, a gente começa a trabalhar com uma política pública, não mais com programas pontuais. Ampliou bastante. Eu acho que na época, eu acho que aqui no Município do Rio, por exemplo, a gente só tinha dois serviços, hoje a gente tem 14. Ainda não é o ideal, a gente precisa ter mais serviços. E articular, entender o que cada ator deste sistema faz eu acho que é importantíssimo. Eu gostaria muito que os promotores e a delegada estivessem aqui presentes...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que nós estamos percebendo e a queixa que nos chega diz respeito aos CREAs, porque os CREAs seriam um atendimento especializado, como o próprio nome diz.

A SRA. CRISTIANE SANTANA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas não tem especialização. Então, portanto, você lida com a violação de direitos, o CRAS com a política básica, enfim, também com a violação de direitos, sem nenhuma dúvida, mas o CREAs com a violação de direitos muito concreta e singularizada.

A SRA. CRISTIANE SANTANA - Isso.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E no CREAs você não tem um atendimento especializado para cada tipo de violação de direito. Então, você atende de uma forma generalista às violações de direitos. Então, nos têm chegado muitas queixas de que é difícil você fazer um atendimento mais individualizado e aprofundado com esse nível de atuação, de olhar generalista. Então, isso não significa necessariamente que faça parte do SUS, e o SUS eu acho que é uma conquista do Brasil, da população, da cidadania, mas significa que nenhuma política se basta, não é? Nenhuma política se basta. Elas são...

A SRA. CRISTIANE SANTANA - Necessárias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...necessariamente inter-relacionadas e complementares, porque temos uma incompletude institucional que precisa ser reconhecida, para que você tenha o atendimento que dê conta de todas as demandas e os direitos da pessoa humana. Então, era preciso que a gente pudesse, eu não falo “guetar” ou colocar em guetos, mas era preciso que nós tivéssemos uma, primeiro, uma articulação de rede maior, porque tem pouca articulação do ponto de vista da própria escola. Eu não estou falando nem da... Estou falando da política de garantia. Não estou falando da promoção, enfim, de nenhuma política preventiva, porque a escola é um instrumento importante, ou um dos mais.

E existe também uma dificuldade de acionar outras políticas para resolver problemas que são estruturantes, como o de renda, como o de habitabilidade e como o de tratamento também, não é?

Porque, assim, você só resolve com várias ações articuladas e com várias políticas enganchadas uma na outra. Nós estamos falando isso porque é preciso... Porque, assim, você tem os planos de enfrentamento. Aqui no Rio tem, foi dito, desde 2004. Eles são acompanhados, atualizados, mas existe um plano de enfrentamento que é intersetorial, como tem que ser. Mas você tem um plano de enfrentamento à exploração sexual, tem um plano de enfrentamento ao trabalho infantil, tem um plano de atendimento a menino, em cumprimento de medida. Você tem um outro plano de convivência familiar. E você tem... De enfrentamento da população de rua, a situação de rua. Então, você tem uma porção de planos, porque, muitas vezes, você está lidando com o mesmo menino, com a mesma



clientela. E uma porção de equipamentos que não têm o olhar diferenciado para cada clientela.

Então, a gente precisa, talvez, ou marcar uma reunião, ou chamar uma audiência com o Ministério do Desenvolvimento Social, para que nós possamos...

A SRA. CRISTIANE SANTANA - E a Secretaria de Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É, Direitos Humanos...

A SRA. CRISTIANE SANTANA - É porque, assim, a questão da violência sexual é trabalhada tanto pelo Ministério do Desenvolvimento Social quanto pela Secretaria de Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É, mas a Secretaria de Direitos Humanos foi criada com a lógica transversal.

A SRA. CRISTIANE SANTANA - É, mas o plano é da Secretaria de Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei. Eu sei disso. Agora, ela tem pouca estrutura de execução. Eu penso que se deveria criar um sistema único de defesa da criança e do adolescente. Eu até já coloquei o nome: SUDECA — Sistema Único de Defesa da Criança e do Adolescente. Mas tem dificuldades até de você ter as Secretarias, porque todos os lugares têm Secretaria de Saúde, todos os lugares têm Secretaria de Assistência Social, mas nem todos têm Secretarias de crianças e essas coisas.

Mas esse modelo, acho, está em construção. O SUAS precisa ser aperfeiçoado. Mas a gente tem que fazer essa discussão do modelo. E, aqui, objetivamente, e em outros lugares, a gente deve aprofundar a articulação. Não é só informação, como aqui foi falado.

Informação é importante. É um primeiro elemento para articular, mas é preciso articular as políticas, porque, em todos os lugares, elas são políticas muito fragmentadas, numa lógica meio de capitania hereditária pós-moderna: você é dono disso, outro é daquilo, tal e tal, ausência de lucro do colonialismo, né?

A SRA. CRISTIANE SANTANA - É. Só para concluir.

No Município do Rio, o SUAS é novo, ele é de 2004. Já tem 8 anos. E aí a gente está pensando em como conseguir articular todas essas violações de direito. A gente está com alguns pilotos em dois CREAs: é trabalhar por território. Então,



dois técnicos trabalham um determinado território, e aí ele vai se debruçar, de fato, em todo aquele território, para articular com todos os outros atores do sistema de garantia de direitos e entender todas as violações que ocorrem ali.

É uma tentativa de a gente tentar articular todos os planos do trabalho infantil. A gente tem feito, nos nossos *folders*, agora da violência sexual, em conjunto com o trabalho infantil, porque é uma das piores formas. Então, a gente tem feito isso, essa articulação. É uma tentativa, não sei se vai dar certo, se esse é o caminho, mas a gente está fazendo dois CREAs com piloto dessa forma. É articulando todo o território.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todo o território?

A SRA. CRISTIANE SANTANA - O CREAs é dividido em vários territórios. E os técnicos são responsáveis por aquele território. Daí eles vão trabalhar com todas as violações de direitos daquele território.

É uma tentativa. Não sei se vai dar certo ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pode ser uma boa tentativa. Acho que tem que territorializar e tal.

Eu quero agradecer à Cristiane Santana.

A SRA. CRISTIANE SANTANA - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Passo a palavra para o último inscrito, o Marcelo, que é representante da federação de motociclistas.

O SR. MARCELO CAMPOS - Boa noite a todos, boa noite à Mesa. Vou ser bem rápido, porque eu sei que todos estão bastante cansados e com fome. Eu também estou.

Na verdade, não é federação de motociclistas; é Federação de Motoclubes do Estado do Rio de Janeiro, FMCRJ.

O que acontece? Nós, motociclistas, hoje, no Rio...

Quando eu falo em motociclistas não são aqueles motociclistas arruaceiros, que não respeitam as leis de trânsito, esse tipo de coisa. São motociclistas que recebem treinamento, fazem curso de direção defensiva e tudo mais. Nós somos mais de 100 mil motociclistas no Estado do Rio de Janeiro.

Assim como a Lei Seca comparece aos nossos eventos e nos dá um adesivo e coloca na nossa moto, e a gente fala assim: *“Eu apoio. Eu não bebo, para poder*



dirigir”, a gente pode também oferecer à CPI, a todos os órgãos, à Polícia Federal, que faz parceria com os caminhoneiros, oferecer o seguinte: se conseguirmos colocar 100 mil adesivos, 1 em cada moto, dizendo que nós somos contra a exploração sexual infantil, nós vamos atingir quantas pessoas? Quantas pessoas vão ver isso? Podemos criar bandeiras. Quando fizermos um evento que fecha Cabo Frio, Saquarema, as cidades que tem por aí afora, a gente pode colocar uma bandeira dizendo que a Federação de Motoclubes, que os motoclubes apoiam o trabalho da Polícia Federal, da CPI, dos órgãos que estão aqui.

A Federação dos Motoclubes está disposta a colaborar não só como federação, mas como cidadão. Depois de tantas horas aqui, o que a gente vê é o seguinte: um clamor, um pedido de socorro aos órgãos que precisam se falar, se integrar e precisam do quê? Da ajuda do cidadão.

O motociclista roda na madrugada, não tem medo de rodar na madrugada. Ele sai, ele volta de madrugada, ele conhece os pontos de exploração sexual infantil — e conhece mesmo — e não raras vezes presencia alguma coisa. E muitas vezes fica aquela situação: “*Vou me socorrer a quem? Vou à delegacia?*” Chega à delegacia, tem dez flagrantes ocorrendo lá, um tumulto dentro da delegacia. Estou falando isso porque, na minha vida particular, profissional, eu sou advogado, milito na área criminal de famílias, e não raramente aparecem casos de abuso sexual também no meu escritório.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - São quantos motoqueiros?

O SR. MARCELO CAMPOS - Mais de 100 mil.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É nacional ou só aqui do Estado?

O SR. MARCELO CAMPOS - Não, é federação do Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Só do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO CAMPOS - Exatamente. Só do Estado do Rio de Janeiro.

A nossa federação tem contato com todas as federações do Brasil. Inclusive tem uma instituição chamada Brazil Riders, que é mundial. Se eu quiser amanhã fazer uma viagem daqui para os Estados Unidos de moto, eu faço contato com eles, e eles vão me dar todo o suporte para eu dormir nos locais específicos para isso, eu vou receber todo o apoio, itinerários, rotas boas, rotas perigosas para chegar ao meu destino, porque o objetivo é fazer uma viagem segura.



Então, o que eu quero colocar aqui, depois de assistir a tudo isso, é que nós nos colocamos à disposição como cidadãos, como federação e como motociclistas para ajudar a divulgar o trabalho de todos eles.

A gente faz um trabalho junto ao Hospital Gaffrée e Guinle, que é para as crianças que estão no estágio terminal. As motos vão lá, passeiam com as crianças. Desculpem o termo, mas a gente banca algodão-doce, banca sorvete, banca isso, banca aquilo, e a gente leva um pouco de conforto para aquelas crianças. E o auge do evento é a gente carregar as crianças na moto, que vão com soro pendurado no braço, o médico do lado. Mas elas estão andando na moto, porque têm a fantasia de andar de moto.

Então, o motociclismo sério tem uma série de atividades sociais. Cada motoclube tem, no mínimo, uma instituição de assistência social, seja de criança, seja de idoso, que nós ajudamos. Mas a gente faz isso como? Na calada da noite, recolhendo alimentos, as coisas, tudo entre nós mesmos. Nós levamos, fazemos a entrega e não divulgamos, porque não temos interesse em aparecer com isso. Mas o momento aqui é de aparecer, porque, como foi dito logo no início, essa violência pode chegar à nossa casa, e eu não quero que chegue à minha.

Eu tenho dois filhos, um de 17 e um de 12 anos, e crio um sobrinho de 17 anos. Se tiver que criar mais uns 10 eu vou criar, porque eu não quero que essa violência chegue lá.

Então, eu quero me colocar pessoalmente, mais a Federação, mais o meu motoclube, enfim, mobilização para poder apoiar o trabalho e tentar evitar essa violência.

É só isso. Fui longo demais?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não. Foi muito bom. Parabéns.

O SR. MARCELO CAMPOS - Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Marcelo, o que a gente podia tentar construir é isso o que foi feito com os hotéis, e tal, que seria um pacto, não é?

O SR. MARCELO CAMPOS - Hum, hum.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Um pacto com os motoclubes, tentar organizar um encontro dos motoclubes, alguma coisa assim. Teria que pensar depois, e podia conversar com...

Você é daqui do Rio, não é?

O SR. MARCELO CAMPOS - Sou.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a Liliam é daqui também. Tentar conversar e tentar ver.

Nós estamos pensando também fazer um pacto, por exemplo, com os times de futebol porque há muitas denúncias de exploração e abuso sexual nas escolinhas, não é?

O SR. MARCELO CAMPOS - Hum, hum.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, assim, para ter uma responsabilidade dos times com relação a isso. Então, assim, houve denúncias, algumas denúncias, inclusive, de alguns times grandes, que você, o menino joga a vida dele na possibilidade de ser um jogador de futebol e isso é utilizado com a finalidade de exploração, e que ele não denuncia, porque significa romper a possibilidade de virar jogador e também porque se sente envergonhado, porque a maioria são meninos, do sexo masculino.

O SR. MARCELO CAMPOS - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, a gente poderia depois pensar em organizar esse pacto, esse documento, e tal. Mas eu acho que é muito interessante, inclusive um adesivo, as pessoas colocarem, usarem um selo "Eu apoio a CPI" ou "Eu enfrento a Violência..."

O SR. MARCELO CAMPOS - Ou "Sou contra a Exploração Infantil."

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...ou "Sou Contra a Exploração Infantil", e tal, enfim, alguma coisa como essa. A gente vai pensar depois.

O SR. MARCELO CAMPOS - Ou coisas mais agressivas, como a gente utiliza, um anel de caveira, que significa, apenas a caveira, significa que todos nós somos iguais por debaixo da nossa pele; no crânio, ninguém sabe se é branco, se é negro, se é homem, se é mulher. É esse o símbolo da caveira que o motociclista usa. Nada mais. Ele não quer fazer ninguém ficar assustado com isso. E por que ele



usa roupa preta? Porque andar de moto com uma roupa branca você sair de lá encardido. Não tem jeito, você tem que usar roupa preta, senão você perde todas as roupas. É só isso. Não tem mistério.

Motociclismo de verdade é do bem, e a gente faz uma parceria mais agressiva: ó, não explore uma criança ao meu lado. E você coloca no seu colete... Uma pena eu não ter vindo com o meu colete, está guardado no baú da minha moto. E a gente pode colocar uma tarja aqui: "Não explore uma criança ao meu lado, eu vou lhe prender." E vamos mesmo, porque se você estiver em grupo, a gente segura o sujeito e leva preso, assim como a gente faz com os arruaceiros que querem atrapalhar a programação nas cidades, e por aí vai. (*Palmas.*)

Estamos à disposição, tá?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Marcelo, eu agora não vou implicar mais com o anel de caveira do meu filho.

O SR. MARCELO CAMPOS - (*Risos.*) Que bom, gostei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vou passar para o Humberto, para a gente ir fechando. Viu, Humberto? Rapidinho.

O SR. HUMBERTO LIMA - Desculpa voltar ao falatório aqui, mas eu não podia deixar de falar.

O Rio de Janeiro avançou, Deputada, há pouco tempo. Eu já labuto nessa área há mais de 15 anos. Então, quando um Deputado Federal, enquanto Secretário de Assistência, o Rodrigo Bethlem, bancou a internação compulsória de crianças e adolescentes encontradas, isso evitou, com certeza, um número enorme do abuso de crianças e adolescentes. Então, que esse exemplo do Rio de Janeiro seja levado para outros Estados, porque a Dra. Ivone também, posteriormente, bancou a atitude da Prefeitura. E hoje nós estamos discutindo, o Conselho Municipal Antidrogas aprovou, e aprovou na última reunião, dia 29, também o internamento compulsório para adultos. Esse foi o entendimento do Conselho.

Então, eu só queria registrar isso, que a Prefeitura do Rio avançou.

O SR. WALTAIR DO NASCIMENTO - (*Início fora do microfone.*) Internamento compulsório ser política séria (*ininteligível*).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois é. Nós não vamos aqui discutir a internação compulsória porque realmente é muito polêmico e o Movimento



em Defesa das Crianças tem-se posicionado contrário inclusive. Então, não vamos... Vamos nos... Não, mas aqui nós não estamos aqui para fazer a discussão sobre isso, não é? Vamos buscar o que nos unifica, que tem muita coisa, não é isso? Então, vamos lá.

Então, só para a gente tentar fechar, aqui foi falado da falta de comunicação, de articulação, e nós teríamos alguns encaminhamentos: fazer audiência pública, com a experiência do Rio Grande do Sul; fazer um ofício à Secretaria de Turismo sobre a remessa dos progressos existentes no combate ao turismo sexual aqui no Rio de Janeiro; audiência pública sobre violência sexual no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro; responsabilizar os donos dos hotéis e hospedagem que permitam crianças e adolescentes desacompanhados, com graduação até a cassação do alvará...

A SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - *(Início fora do microfone.)* Deputada, eu acabei esquecendo de falar das minhas sugestões. A maioria dos *(ininteligível)* agências de turismo e imobiliárias fazem aluguel por temporada não têm nenhum tipo de documentação aparente, nem CREFI, nada. Tinha que ser pedido isso porque muitos pedófilos chegam aqui para se hospedar *(ininteligível)* e teria que colocar, ter a obrigação, de alguma forma, essa advertência nos *(ininteligível)*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É. Você pode assegurar advertência sobre a lei; que a lei proíbe o menor, criança e adolescente serem hospedados sem um responsável. Vamos anotar isso também.

Aqui, solicitar à ABAV cópia dos relatórios semestrais, com ações do Plano de Enfrentamento à Exploração Sexual, capacitação no enfrentamento à exploração sexual por policiais; uma lei para a criação de DPCAs a partir de um parâmetro populacional mínimo, que é a sugestão do promotor; legislação para impor sanção administração para quem vender bebida alcoólica a crianças e adolescentes; fazer um pacto com motoclubes do Brasil. São algumas sugestões que nós vamos passar aqui para a Secretaria da CPI para que possam ser encaminhadas.

A SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - *(Início fora do microfone.)* Se puder ser acrescentado também, porque no Congresso tem um projeto para criação de uma força institucional de segurança específica para isso *(ininteligível)*.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso, vamos fazer uma discussão sobre isso, não é? A gente pode discutir...

A SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - *(Início fora do microfone.)*...o Disque 100 recebeu 25 mil denúncias por ano e não consegue apuração *(ininteligível)*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

O Disque 100, nós estamos em discussão, como eu falei no início, com o Governo Federal, porque é preciso ter um acompanhamento tanto da responsabilização quanto do atendimento.

Bom, eu queria informar que nós vamos estar em diligência aqui no Estado do Rio de Janeiro até a próxima sexta-feira. Tem uma programação com várias visitas. Nós tivemos aqui a fala do IML, mas nós vamos visitá-lo. Então, várias unidades serão visitadas pela CPI. Eu não sei se tem a programação, se tem... A programação está na Internet. Se não, eu leria agora para vocês, para que vocês possam saber qual vai ser o roteiro do trabalho da CPI. Mas são várias atividades que serão desenvolvidas até a sexta-feira.

Bom, eu queria agradecer muito a presença de todos e de todas, dizer que nós fizemos uma boa discussão, penso eu, e que, com esses encaminhamentos que aqui foram pontuados, há necessidade de a gente fazer o máximo de pactos possíveis, pactos com a rede privada, pacto com a sociedade civil para o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. E com essas informações...

E, mais uma vez, o nosso agradecimento pela presença de cada um e cada uma de vocês. Registrando, antes de encerrar, a presença também da assessoria do Deputado Jean Wyllys, que está aqui acompanhando. O Deputado deve chegar na sexta-feira, provavelmente, na quinta-feira, para poder também acompanhar as diligências e os trabalhos da CPI aqui. O Deputado é o Segundo-Vice-Presidente desta CPI, da Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, nós temos muitos Deputados e Deputadas do Rio de Janeiro.

Lembrando mais uma vez que nós estamos aqui em função de um requerimento da Deputada Liliam Sá, que é a autora e relatora desta CPI.



Com essas considerações, agradecendo a paciência, a resistência e a coragem de todos e todas que se encontram conosco até este momento, agradecendo também os funcionários tanto da Câmara quanto os funcionários da Assembleia Legislativa e, mais uma vez, ao Presidente da própria Casa e aos funcionários, aos assessores da Deputada Liliam Sá, que trabalharam com muita competência e generosidade, extremamente generosos, derramando carinho por onde passam.

Nós queremos declarar encerrada a presente reunião de audiência pública desta Comissão. (*Palmas.*)